

Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Programa de Pós-graduação em Comunicação

Dissertação

**De realidade fraturada a
patrimônio cultural: um estudo
sobre os sentidos contidos no
processo de patrimonialização da
Capela de Santo Antônio em
Paracatu de Baixo**

Tamara Marques

Mariana
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

TAMARA CRISITIANE CASTRO MARQUES

**De realidade fraturada a patrimônio cultural:
um estudo sobre os sentidos contidos no processo de patrimonialização da Capela de
Santo Antônio em Paracatu de Baixo**

Mariana – MG

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

TAMARA CRISITIANE CASTRO MARQUES

**De realidade fraturada a patrimônio cultural:
um estudo sobre os sentidos contidos no processo de patrimonialização da Capela de
Santo Antônio em Paracatu de Baixo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Comunicação e Temporalidades

Linha de Pesquisa: Práticas Comunicacionais e Tempo Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juçara Gorski Brittes

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M357d Marques, Tamara Cristiane Castro .

De realidade fraturada a patrimônio cultural [manuscrito]: um estudo sobre os sentidos contidos no processo de patrimonialização da Capela de Santo Antônio em Paracatu de Baixo. / Tamara Cristiane Castro Marques. - 2019.

123 f.: il.: color., gráf., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Juçara Gorski Brittes.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Comunicação. Área de Concentração: Comunicação e Temporalidades.

1. Desastres - Cobertura jornalística. 2. Barragens de terra. 3. Paracatu de Baixo (Mariana, MG). 4. Sentidos e sensações na arte. 5. Patrimônio Cultural. 6. Capelas - Paracatu de Baixo (Mariana, MG). I. Brittes, Juçara Gorski . II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.77

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário ICSA/UFOP

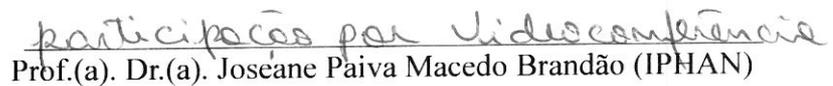
Tamara Cristiane Castro Marques

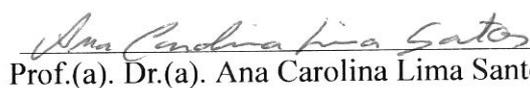
DE REALIDADE FRATURADA A PATRIMÔNIO CULTURAL: UM
ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS CONTIDOS NO PROCESSO DE
PATRIMONIALIZAÇÃO DA CAPELA DE SANTO ANTÔNIO
EM PARACATU DE BAIXO

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
(ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre(a)
em Comunicação, aprovado em 20 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora:


Prof.(a). Dr.(a). Juçara Gorski Brites – Orientador(a)
(UFOP)


Prof.(a). Dr.(a). Joséane Paiva Macedo Brandão (IPHAN)


Prof.(a). Dr.(a). Ana Carolina Lima Santos (UFOP)

Para Bruno, que comigo sempre estará.

AGRADECIMENTOS

A caminhada do mestrado foi longa, um pouco mais que o esperado. Os rumos da vida às vezes seguem estradas desconhecidas, que reservam surpresas: caminhos floridos, com horizontes à vista ou, às vezes, tortuosos, estradas duras a serem enfrentadas. Minha experiência no mestrado acabou pegando uma carona que passou por dois caminhos distintos. O caminho das flores me trouxe meu filho, Eduardo. Foi minha dupla em sala de aula, participou da qualificação da mamãe de um lugar privilegiado e, algumas semanas depois, ele chegava de vez ao mundo: alegria sem fim...

Mas a sequência do caminho me tirou o próprio chão e me levou, de forma tão trágica e cruel, o amor, o meu amor. Não dá para descrever o que falta, porque é grande demais para ser descrita em palavras. Porém, mesmo não estando aqui, fisicamente comigo, é para Bruno que eu preciso deixar meu primeiro agradecimento. Foi com ele, em nossa casa, numa conversa despretensiosa em um domingo à tarde, que comentei que queria voltar a estudar. Ele, concordando, me disse: “Não sei que horas você vai fazer isso, mas você consegue!”. Quantos foram os finais de semana em que ele simplesmente compreendeu que eu precisava me dedicar, que me ajudou a produzir materiais; quantas foram as vezes em que ele me escutou falar das ideias para a escrita, daquilo que me deslumbrava em sala de aula; quantas vezes foram.... obrigada, obrigada pelo incentivo, por ser parte deste trabalho, obrigada por você ser parte da minha vida.

Concluir esta dissertação significou muito! Significou um estímulo para prosseguir o caminho, ver novas perspectivas de horizontes, mesmo em dias de neblina, que ainda segue baixa.

Agradeço aos meus pais, fontes inesgotáveis de amor e dedicação. Obrigada por cuidarem do nosso pequeno para que eu conseguisse concluir esta etapa importante da vida. Esta conquista também é de vocês.

À querida orientadora Juçara, que fez das orientações momentos de descontração, aprendizado e tantas, tantas trocas para a vida. Sorte minha você ter me escolhido! Obrigada pela paciência, por respeitar as diferentes fases e momentos que vivi no mestrado e por todo carinho e ensinamentos.

A todos os professores do PPGCOM, em especial ao professor “Fred” e à professora “Carol”, que tanto me inspiraram durante as aulas. Vocês são mestres admiráveis. À Renata, representando todos funcionários da UFOP, que foi uma verdadeira guardiã dos prazos e das metas a serem cumpridas.

Aos queridos colegas de turma: estar em sala de aula com vocês foi revigorante. Obrigada pelas trocas e aprendizados acadêmicos, por atravessarmos juntos as angústias que a vida acadêmica pode trazer. E, não menos importante, por me atualizarem com memes, figurinhas e pela incomparável sagacidade nas divertidas conversas no nosso grupo do *WhatsApp*.

Aos meus amigos que entenderam minhas ausências e sempre me incentivaram. A dedicação exigida pelas entregas e produções acadêmicas, aliada às obrigações profissionais do dia a dia, transformaram os fins de semana em verdadeiros momentos de imersão, em meio a tantos textos. Em especial, agradeço a Aline Monteiro e a Bianca Pataro, pelas contribuições científicas, pelo apoio nos momentos de dúvidas e incertezas ao longo da jornada. Vocês foram verdadeiras co-orientadoras deste trabalho!

Aos participantes das entrevistas individuais e do grupo focal, que se dispuseram, tão gentilmente, a participar e contribuir para a minha pesquisa.

E, por último, com enorme carinho, agradeço à comunidade de Paracatu de Baixo. Lugar de gente forte, lugar de gente honesta e batalhadora. Sorte a minha ter conhecido, convivido e aprendido tantas lições para a vida com as várias famílias dessa comunidade que a lama não conseguiu apagar.

RESUMO

A capela de Santo Antônio, localizada no subdistrito de Paracatu de Baixo, na cidade de Mariana- MG, é uma das imagens que referenciam o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à Samarco, ocorrido em novembro de 2015.

A pesquisa investiga as mudanças de sentido em torno deste templo que se manteve erguido a despeito da passagem da lama, sendo reconhecido, na atualidade, enquanto um patrimônio cultural do município. Este estudo transdisciplinar entre os campos da Comunicação e do Patrimônio Cultural enfoca na compreensão do rompimento da barragem enquanto um acontecimento observando suas reverberações no subdistrito e no processo de patrimonialização da Capela de Santo Antônio por meio da análise das temporalidades manifestas, dos contextos, da presença ou ausência de atores sociais e dos diferentes valores atribuídos à edificação. Os recursos metodológicos adotados pertencem ao campo qualitativo e empírico, conjuga a pesquisa bibliográfica e documental; recorre a técnicas da análise de conteúdo, de entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Os resultados da pesquisa revelam o desequilíbrio entre as vozes que oficialmente se pronunciaram no processo de patrimonialização da capela, com fraca participação da comunidade de Paracatu de Baixo, bem como identifica os sentidos e valores predominantes na argumentação definidora daquele bem enquanto patrimônio cultural.

Palavras-chave: Acontecimento; Rompimento de barragem; Paracatu de Baixo; Produção de Sentidos; Patrimônio Cultural; Capela.

ABSTRACT

The Santo Antônio Chapel located in the Paracatu de Baixo sub-district in Mariana-MG is one of the images that refer to the failure of the Samarco dam of Fundão, an event that took place in November 2015. The research investigates the changes of meaning attributed to this chapel after the dam failure, which despite the mud was not destroyed. Today the chapel is recognized as a cultural heritage of the municipality. This transdisciplinary study between the fields of Communication and Cultural Heritage focuses on understanding the dam failure as an event, observing its reverberations in Paracatu de Baixo, as well in the process of patrimonialization of the Santo Antônio Chapel through the analysis of manifest temporalities, contexts, the presence or absence of social actors and the different values attributed to the building.

The methodological resources adopted belong to the qualitative and empirical field, combining the bibliographic and documentary research. It uses techniques of content analysis, semi-structured interviews and focus groups. The research results reveal the unbalance among the voices that officially spoke in the chapel's patrimonialization process, with weak participation of the Paracatu de Baixo community. It also identifies the predominant meanings and values in the defining argument of that property as a cultural heritage.

Keywords: *Event; Dam disruption; Paracatu de Baixo; Sense production; Cultural heritage; Chapel.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

COMPAT – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MP – Ministério Público

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação entre instituições e número de publicações	17
Figura 2 - Capela de Santa Antônio após passagem da lama	19
Figura 3 - Interior da Capela de Santa Antônio após passagem da lama: celebrações em homenagem a Santo Antônio	19
Figura 4 - Mapa de Localização da Comunidade de Paracatu de Baixo no município de Mariana	33
Figura 5 - Celebrações religiosas antes da passagem da lama	34
Figura 6 - Cotidiano de Paracatu de Baixo antes da passagem da lama	35
Figura 7 - Cotidiano Paracatu de Baixo antes da passagem da lama	35
Figura 8 - Escola Municipal de Paracatu de Baixo antes da passagem da lama	35
Figura 9 – Paracatu de Baixo: captura imagem de satélite em 23/ junho/2015	36
Figura 10 – Paracatu de Baixo: captura imagem de satélite em 11/ dezembro/ 2017	36
Figura 11 - Festa do Menino Jesus no subdistrito de Paracatu de Baixo	38
Figura 12 - Capela de Santo Antônio.	39
Figura 13 - Interior da Capela de Santo Antônio.....	39
Figura 14 - Capela durante Festa do Menino Jesus. Setembro/2017.....	41
Figura 15 – Capela após limpeza	42
Figura 16 - Missa em celebração ao padroeiro Santo Antônio. Junho/2018	42
Figura 17 - Imagem de Santo Antônio no interior da Capela Junho/2018	43
Figura 18 - Praça Minas Gerais, Mariana	52
Figura 19 - Conjunto arquitetônico e urbanístico, Mariana	52
Figura 20 - Representação da estrutura do COMPAT.....	55
Figura 21 - Gráfico síntese - Análise reuniões COMPAT	59
Figura 22 – Capela de Santo Antônio e seu entorno pós rompimento	61
Figura 23 – Cotidiano entorno da Capela antes do rompimento da barragem	64
Figura 24 - Entorno da Capela em data festiva antes do rompimento da barragem	64
Figura 25- Tapumes entono da Capela de Santo Antônio. Festa do Menino Jesus	65
Figura 26 – Detalhe da estrutura de biombos no interior Capela	66
Figura 27 - Biombos no interior da Capela	67
Figura 28 - Nuvem de palavras que define patrimônio cultural para os integrantes do grupo focal	72

Figura 29 - Imagens apresentadas durante grupo focal. Capela antes e depois do rompimento da barragem	75
Figura 30 - Nuvem de palavras: sentimentos acerca da imagem antes do rompimento	76
Figura 31 - Nuvem de palavras: termos utilizados para descrever a imagem após do rompimento	78
Figura 32 - Celebrações em homenagem ao Menino Jesus. Setembro/2017.....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. O ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA ENQUANTO ACONTECIMENTO E O SUBDISTRITO DE PARACATU DE BAIXO	23
1.1 O rompimento da barragem enquanto acontecimento	23
1.2 O acontecimento que continua a acontecer: o subdistrito de Paracatu de Baixo	33
1.3 A capela de Santo Antônio: passado, presente e futuro	37
2. A PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: CONCEITOS, MARCOS LEGAIS E OS PROCESSOS MUNICIPAIS DO PÓS ROMPIMENTO DA BARRAGEM	45
2.1 Patrimônio cultural: um apanhado conceitual e legal	45
2.2 O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana	51
2.3 Atuação do COMPAT após rompimento da barragem de Fundão e o tombamento da Capela de Santo Antônio	56
3. A CAPELA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: SENTIDOS EMERGENTES A PARTIR DO GRUPO FOCAL	70
3.1 O patrimônio em foco: a noção de patrimônio cultural	72
3.2 As imagens da capela de Santo Antônio	74
3.3 A Capela de Santo Antônio: que patrimônio é esse?	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
APÊNDICES	96
Apêndice 1- Apresentação de slides utilizada no Grupo Focal.....	96
Apêndice 2 - Transcrição entrevistas individuais	99
Apêndice 3 - Sistematização das atas do COMPAT.....	105

ANEXOS	118
Anexo 1 - Deliberação de tombamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo	118
Anexo 2 - Ata de reunião do COMPAT: Aprovação do tombamento em definitivo das Capelas de Mercês em Bento Rodrigues e Santo Antônio em Paracatu de Baixo	120

INTRODUÇÃO

O dia 5 de novembro de 2015 marcou a história do Brasil e da mineração em todo o mundo. Nessa data, uma barragem de rejeitos de minério de ferro localizada na cidade de Mariana, no interior de Minas Gerais, rompeu-se, deixando um rastro de destruição nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A barragem rompida é denominada de Fundão e pertence à mineradora Samarco, empresa formada pela brasileira Vale S.A. e pela anglo-australiana BHP Billiton.

A onda de rejeitos, contendo cerca de 30 milhões de m³, fez um percurso de destruição com mais de 600 quilômetros seguindo o curso dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce¹. No Estado de Minas Gerais, provocou o desaparecimento, quase que por completo, de dois subdistritos marianenses – Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo –, além de impactar outras comunidades e cidades ao longo dos rios Gualaxo e do Carmo. As perdas são incontáveis: vítimas fatais, famílias desabrigadas pela destruição de suas residências, agravos de saúde, mudanças na dinâmica sociocultural, perda da renda e da capacidade produtiva, entre tantas outras possíveis acarretadas por um deslocamento forçado, ocorrido sem nenhuma forma de aviso preventivo. Ao chegar ao rio Doce, que segue em direção ao Estado do Espírito Santo, a lama provocou o desabastecimento hídrico de vários municípios: populações inteiras se viram sem água própria para consumo. Ainda que não tenham recebido o impacto da lama diretamente em suas propriedades, as populações residentes ao longo do rio Doce sofreram com o impacto em sua fonte de sustento e vida. Pescadores, areeiros, faiscaidores, agricultores, empreendedores do turismo, populações indígenas (como as etnias Tupiniquim, Guarani e Krenak) e ribeirinhas assistiram, com a chegada da lama, a impossibilidade de continuarem exercendo suas atividades econômicas, socioculturais e de lazer.

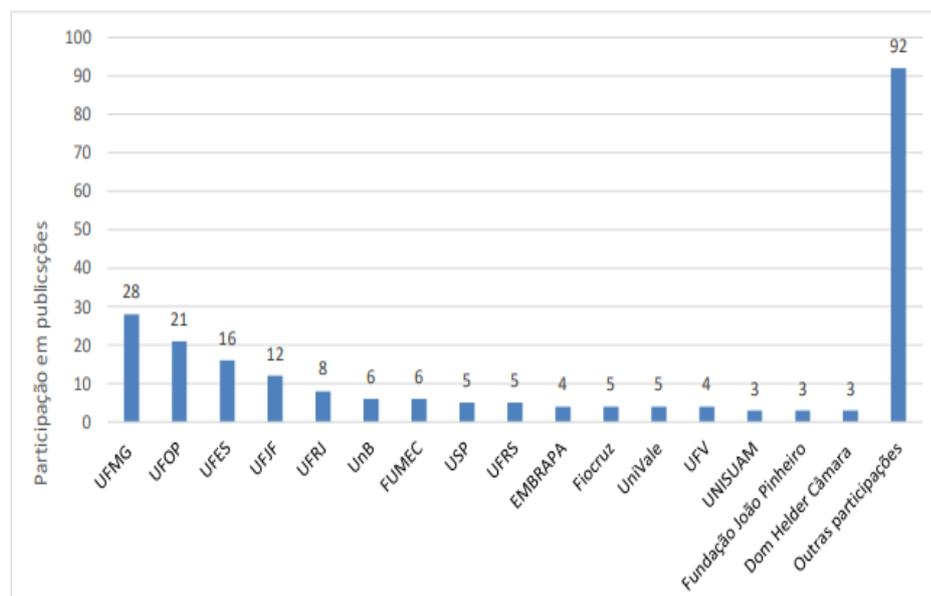
Nesse lugar de realidade complexa estão os impactos do rompimento da barragem da Samarco, os desdobramentos advindos do fato e os sentidos produzidos por ele fazem emergir diversos significados, de diversas ordens, considerando os variados agentes

¹ Conforme a Agência Nacional das Águas a onda de rejeitos alcançou “as povoações de Bento Rodrigues e Barra Longa nas margens no rio Gualaxo do Norte; passou pelo rio do Carmo, atingiu o rio Doce e, após 16 dias percorrendo aproximadamente 660 km, alcançou o mar em 21 de novembro de 2016, em Regência, Município de Linhares (ES).” Disponível em: <https://www.ana.gov.br/sala-de-situacao/rio-doce/rio-doce-saiba-mais>. Acesso em: 18. Mar.2018

sociais e institucionais inseridos no debate desse acontecimento, que envolve diversas áreas do saber, tanto no campo social como no ambiental.

Na comunidade acadêmica, há uma variedade de trabalhos e pesquisas realizadas e publicadas em torno desse fato que, como dito, possui reverberações em diversos campos do conhecimento. Destaca-se, o estudo realizado por cinco pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais intitulado “Panorama das publicações científicas sobre o rompimento da Barragem de Fundão (Mariana-MG): subsídios às investigações sobre o maior desastre ambiental do país” que objetivou sistematizar 199 trabalhos científicos sobre a temática publicados no Brasil entre 05 de novembro de 2015 a 15 de fevereiro de 2019, considerando livros, periódicos e anais de eventos científicos. O estudo apresentou o caráter multidisciplinar das pesquisas em torno desse acontecimento, evidenciando a preocupação dos pesquisadores em apresentar uma abordagem sistemática de seus impactos. Apontou, também, uma predominância de pesquisas relacionadas as áreas humanas e sociais.

Figura 1 - Relação entre instituições e número de publicações.



Fonte: Barros *et al.* (2019)

Entre as diversas instituições de ensino que tiveram destaque pelo estudo em número de publicações estão a própria Universidade Federal de Minas Gerias e a Universidade Federal de Ouro Preto (Figura 1). Os autores destacaram o volume de publicações no campo da comunicação “com mais de 15% do total de publicações, com forte presença da UFOP” (BARROS *et al.*, 2019, p.313). Contudo, o estudo identificou lacunas e

campos importantes para serem aprofundados, destacando a “necessidade de investigações que abordem dimensões sociais da população atingida” (p.319), mesmo com a predominância do tema nas publicações levantadas, visto sua complexidade e múltiplas reverberações.

Daí a justificativa e a importância da continuidade da produção científica com o olhar para esse acontecimento. Em especial, para este trabalho oriundo da UFOP, destaca-se a importância e a responsabilidade da instituição e de seus pesquisadores nos estudos, debates, produções e publicações relacionadas ao tema. Não apenas pela UFOP estar localizada no epicentro do fato (considerando os *campi* de Ouro Preto e Mariana) - a proximidade oportuniza a compreensão de um contexto histórico dos impactos que o processo da mineração já acarreta na região -, também pela contribuição que a instituição local, por meio do debate acadêmico, pode proporcionar para busca de soluções dos variados impactos na comunidade em que está inserida.

Nesse aspecto, o estudo apresentado nesta dissertação aprofundou um contexto comunicacional de uma realidade fraturada, considerando a amplitude dos impactos que esse acontecimento provocou. Ainda que contida na esfera da Comunicação, a abordagem do trabalho pretende ser inovadora por propor uma interface analítica entre os campos da Comunicação e do Patrimônio Cultural.

A partir desse contexto interdisciplinar, a pesquisa teve como objetivo identificar e investigar as mudanças de sentido ocorridas na capela de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo, após rompimento da barragem da Samarco. Para tal, enquanto delimitação do objeto de estudo, buscou-se compreender as reverberações do rompimento da barragem em um dos territórios atingidos pela lama de rejeitos, denominado Paracatu de Baixo.

A localidade é um subdistrito do município de Mariana que, assim, como Bento Rodrigues, foi submersa pela onda de rejeitos, que levou ao deslocamento forçado de sua população. Contudo, a capela de Santo Antônio, que está localizada no coração do subdistrito, permaneceu erguida em meio à destruição promovida pela passagem da lama. O templo religioso, atualmente, possui o título de Patrimônio Cultural da cidade de Mariana e segue em utilização pela comunidade de Paracatu que, em datas celebrativas, retorna à sua localidade de origem para a continuidade das suas manifestações socioculturais.

Figura 2 - Capela de Santa Antônio após passagem da lama. Junho/2018



Fonte: Acervo da autora.

Figura 3 - Interior da Capela de Santa Antônio após passagem da lama: celebrações em homenagem a Santo Antônio. Junho/ 2018.



Fonte: Acervo da autora.

Sob o aspecto metodológico, este estudo de caráter empírico e qualitativo foi realizado a partir da escolha de métodos e abordagens que possibilitam análises em diferentes perspectivas. Braga (2011) defende a importância da realização da pesquisa empírica no campo da Comunicação, uma vez que essa abordagem:

solicita uma efetiva observação de algum ângulo da realidade, apresentando perguntas sobre aspectos de uma determinada situação ou “objeto” e procurando respostas diretamente através de investigação sistematizada de elementos concretos que compõem o objeto escolhido e construído. (p.3)

Para o autor, a pesquisa empírica está intrinsecamente relacionada a pesquisa qualitativa que, conforme descreve Santaella (2001), segue o rigor metodológico inerente à pesquisa científica:

Embora com características próprias, as pesquisas qualitativas também obedecem a certos protocolos, tais como a delimitação e formulação claras de um problema, sua inserção em um quadro teórico de referência, a coleta escrupulosa de dados, a observação, as entrevistas, quando necessárias, a determinação de um método, a análise dos dados, o teste das hipóteses, a necessidade de generalização das conclusões etc. (p.143-144)

Para dar conta da investigação proposta, o percurso metodológico combinou métodos e técnicas de pesquisa qualitativa que se complementaram ao longo do estudo. A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental fundamentaram a estruturação do arcabouço teórico e o levantamento de informações sobre a origem e a fundação do subdistrito de Paracatu de Baixo e da Capela de Santo Antônio. A análise de conteúdo suportou a avaliação de documentos relativos ao reconhecimento da Capela de Santo Antônio enquanto patrimônio cultural, bem como demais discussões em torno do uso e significações dessa capela após o rompimento da barragem de Fundão. Ademais, pelo caráter social do estudo e, por vezes, pela escassez de fontes primárias, foi fundamental a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e a partir da realização de grupo focal, pela riqueza de informações que a interação do grupo poderia proporcionar.

A dissertação foi estruturada em três capítulos, orientados pelos resultados alcançados por meio das estratégias metodológicas adotadas. No primeiro capítulo, objetivou-se discutir o rompimento da barragem da Samarco a partir dos conceitos de acontecimento e de acontecimento discursivo, além de apresentar algumas concepções acerca da memória, dos discursos e da produção de sentidos. As reflexões foram ancoradas nos seguintes autores: Carlos Locatelli e Luis Varela (2017), Michel Foucault (1999), Eclea Bosi (2017), Eni Orlandi (2003), Frederico Tavares (2012), Luis Quéré (2008), Peter Berger e Thomas Luckmann (2012), Michel Pécheux (2012), Maurice Halbwachs (1990), Renné França e Lígia Lana (2008) e Vera França (2012). Nesse capítulo, foram apresentados e analisados alguns impactos e reverberações do rompimento da barragem, especificamente, na localidade de Paracatu de Baixo. Também foi apresentado o levantamento do histórico sobre a comunidade e a Capela de Santo Antônio, templo religioso que resistiu à passagem da lama de rejeitos. Para tanto, foi fundamental a realização de entrevistas, considerando a limitação de informações sobre o surgimento de Paracatu de Baixo e da própria construção do templo religioso.

No segundo capítulo realizou-se um breve resgate conceitual sobre o campo do patrimônio cultural, bem como um apanhado sobre os principais marcos legais acerca da temática, a partir da legislação brasileira, bem como decretos e leis do município de Mariana. Destaca-se, neste estudo, a Constituição de 1988, que tornou oficial a possibilidade de descentralização das discussões acerca do reconhecimento dos patrimônios culturais, antes limitada à esfera Federal (Brasil, 1988). A mudança oportunizou a inclusão de forma mais ampliada da sociedade nas discussões que poderiam ser realizadas em esfera municipal, por meio das intuições reconhecidas para tal: os conselhos municipais. As discussões foram

ancoradas nos seguintes autores: Pierre Bourdier (2005), Leonardo Castriota (2009), Bianca Climaco (2011), José Gonçalves (2009), Marília Machado (2009), Ulpiano Menezes (2009); Marcos Paulo Miranda (2009), Paulo Peixoto (2004), José Eduardo Rodrigues (2009) e Francimário Santos (2019).

Foram avaliadas, por meio da análise de conteúdo, atas, deliberações e documentos provenientes do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), órgão responsável por congregar as discussões sobre o reconhecimento e preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade de Mariana. Ao todo, 31 atas desse conselho, compreendidas entre o período de novembro de 2015 a dezembro de 2018, foram estudadas. A leitura permitiu identificar e avaliar as discussões feitas pelo COMPAT após o rompimento da barragem, com foco nas comunidades atingidas pela lama e, principalmente, o cenário em que se deu todo o processo que atribuiu nova significação aos territórios atingidos, com foco principal para a capela de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo.

A análise de conteúdo subsidiou a identificação das ocorrências de discussões em torno da capela, bem como o aprofundamento e entendimento do contexto em que os debates se deram, considerando variáveis institucionais e poderes instituídos nessa arena discursiva. A análise proposta por esse método busca extrapolar, justamente, aquilo que está descrito no texto, proporcionando “uma leitura de contexto e das circunstâncias em que a mensagem foi feita” (CHIZZOTTI, 2014, p.115), além de autorizar uma leitura daquilo que não se manifesta claramente ou que está, de certa forma, encoberto no texto. A análise das atas foi reveladora, principalmente, para demonstrar as ausências percebidas durante o processo de reconhecimento da Capela enquanto um patrimônio cultural.

Contudo, os registros das reuniões e os documentos não seriam suficientes para analisar os sentidos possíveis nesse processo, considerando os diferentes atores existentes desse contexto que, inclusive, não integram ou não se fizeram presentes na esfera institucional do COMPAT. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com um membro do Conselho, para qualificar as informações apuradas a partir dos documentos e, principalmente, captar percepções que os registros não dão conta de expressar. Realizou-se, também, uma entrevista com um membro da comunidade eclesial de Paracatu de Baixo, um dos moradores mais antigos do lugarejo que participou das obras da capela em Paracatu quando da sua ampliação. A realização do grupo focal complementou a coleta de dados e buscou aprofundar os sentidos contidos em torno da capela de Santo Antônio após o rompimento da barragem e o seu processo de tombamento enquanto patrimônio cultural. Em todas as citações e falas dos entrevistados apresentadas nesse trabalho, foi preservada a identidade

dos participantes. Sendo assim, ora será informado o grupo ao qual o entrevistado faz parte, considerando as entrevistas individuais (membro do COMPAT ou membro da comunidade), ora serão referenciadas as iniciais dos nomes dos integrantes do grupo focal².

Para realização da técnica do grupo focal, buscou-se a formação de um grupo variado, para proporcionar uma composição diversificada de olhares para a realidade observada. Pelo caráter qualitativo da pesquisa, a definição das amostragens ou dos dados levantados não está relacionada ao número de elementos analisados, mas, principalmente, na maneira como eles se relacionam e são pertinentes para alcançar as questões centrais propostas nesse estudo. Assim, o grupo focal não foi formado a partir de uma amostragem probabilística. Buscou-se a reunião de pessoas com intuito de proporcionar um espectro de pontos de vistas variados, a partir de sua realidade particular, conforme aconselha Gaskell (2013). Assim, o grupo foi composto tanto por participantes que possuíam relação direta com o rompimento da barragem de Fundão quanto por pessoas que não estavam tão próximas dos impactos causados por essa situação.

A estratégia definida para condução do grupo foi ancorada em algumas perguntas norteadoras e no uso de imagens da capela de Santo Antônio em duas temporalidades: antes e depois do impacto da lama de rejeitos. As imagens permitiram apurar as diferentes formas de afetação provocadas por elas e os sentidos emergentes, considerando a experiência de cada sujeito, as emoções, a bagagem afetiva e de memória trazidas por cada um que compôs o grupo.

O último capítulo da dissertação apresentou, então, os sentidos que emergiram a partir do grupo focal em diálogo com os seguintes autores: Roland Barthes (1984), Peter Berger e Thomas Luckmann (2012), Leonardo Castriota (2009), John Dewey (2010), Vera França (2012), César Guimarães (2016), Bruno Leal; Carlos Mendonça e César Guimarães (2010), Maurício Lissovsky (2014), Jean-Luc Moriceau e Carlos Mendonça (2016), Bianca Pataro (2018) e Ulpiano Menezes (2009). Esse capítulo representou a materialização das discussões teóricas, reflexões e apontamentos iniciados no primeiro e segundo capítulos, que foram consolidadas nas considerações finais.

² As entrevistas individuais foram registradas em áudio e transcritas pela autora. Encontram-se nos apêndices deste trabalho. O Grupo Focal foi registrado em áudio. Os trechos transcritos estão apresentados ao longo do trabalho.

1. O rompimento da barragem em Mariana enquanto acontecimento e o subdistrito de Paracatu de Baixo

1.1 O rompimento da barragem enquanto acontecimento

Neste capítulo, discute-se o rompimento da barragem da Samarco enquanto um acontecimento. Para tal, lança-se mão dos conceitos de acontecimento e de acontecimento discursivo, que possibilitam refletir as reverberações do rompimento da barragem de Fundão, que proporcionou um atravessamento em sentidos já existentes e o surgimento de novas narrativas sob diversos aspectos do cotidiano das populações atingidas.

O rompimento da barragem de Samarco foi denominado de várias formas: tragédia, desastre, catástrofe, crime, acidente, evento. As maneiras de narrar esse fato trazem consigo vários significados, muitas vezes antagônicos, que evocam discussões de ordem sociocultural, histórica, econômica, considerando todo atravessamento provocado a partir desse acontecimento. Neste estudo, opta-se por seguir a linha dos autores Locatelli e Varella que afirmam não ser possível “abordar o desastre ambiental de Mariana sem tratá-lo como um acontecimento” (LOCATELLI; VARELLA, 2017, p. 3).

O acontecimento é um fenômeno que exerce a ação dos sentidos, pode ser entendido como aquilo rompe certa normalidade e cotidianidade e provoca o sujeito à busca da significação. “É exatamente por não ter sentido em meio àquilo que já existe que o acontecimento obriga o sentido, fazendo com que o sujeito busque novos significados para dar conta do que acontece a ele” (FRANÇA; LANA, 2008, p.5).

Para Quéré (2012), “o acontecimento é o que vem de fora, o que surge, o que acontece, o que se produz, o excepcional que se desconecta da duração” (p.21). O autor se vale das proposições do filósofo francês François Jullien, que observa diferenças entre o pensamento ocidental e o oriental acerca do tema. Enquanto o primeiro (ocidental) tem o acontecimento como algo que fascina e acarreta rupturas, mudanças e atravessa o já esperado, o segundo (oriental) vê o acontecimento como uma ocorrência contínua, uma sequência, não algo que rompe, mas que se consolida ao longo do tempo. Nesse sentido:

o que caracterizaria o acontecimento, então, é o fato de que, em vez de algo que acontece, ele vem a ser, emerge e é desfecho de transições que se operam em qualquer momento, com esboços de tendências que vão se desenvolver de acordo com a lógica própria de cada uma e culminar em acontecimentos. (QUÉRÉ, 2012, p.22)

Promovendo uma ruptura imediata ou não, um fato que é marcante promove um desfecho que se consolida com o tempo. “O acontecimento está [...] ligado à ideia de provável, funcionando como força que rompe com as expectativas, efetuando-se sobre o sujeito” (FRANÇA; LANA, 2008, p.4). O aspecto relacional do acontecimento se faz presente e necessário, pois, é o sujeito quem dará sentido a qualquer fato ocorrido e permitirá sua existência a partir do processo de significação, como se novos possíveis fossem configurados durante a produção de sentidos.

O acontecimento está contido no agora, no presente, deve ser apreendido enquanto uma emergência. “Seu vir e a ser é que lhe confere sua identidade e sua singularidade” (QUÉRÉ, 2012, p.25). Por sua natureza representacional, passado e futuro são constantemente reconfigurados, e eles se condicionam, se relacionam ao sentido dado ao acontecimento, conforme argumenta o autor: “a partir do presente, fazemos extensões em direção ao passado e ao futuro. Essas extensões, seja em direção ao passado ou ao futuro, são hipotéticas, e os novos acontecimentos nos conduzem a reconstruir tanto o passado quanto o futuro” (*Ibidem*, p. 27).

França (2012) traz a dimensão do acontecimento a partir de ondas de ocorrência, conceituadas enquanto “vidas”³. A primeira vida do acontecimento seria sua dimensão existencial, inserida na experiência do cotidiano, ocorrendo em qualquer instância ou dimensão da sociedade, sem lugar especificado. A segunda vida está ligada à repercussão desse acontecimento, ao “momento em que ele ganha uma existência simbólica e se transforma em discurso” (FRANÇA, 2012, p.16). O acontecimento, à medida em que é narrado, é mediado por pessoas, por grupos instituições, por processos midiáticos. As realidades possíveis estarão sempre mediadas, “[...] como uma construção simbólica de um grupo social e que se faz compreendido a partir de consensos e convenções sociais; o que permite a existência de ‘diferentes reais’ para diferentes grupos sociais” (TAVARES, 2012, p.8). Os sentidos são construídos a partir das possibilidades de mediação, com destaque para a mídia e para os grupos sociais institucionalizados que exercem poderes. França (2012) também descreve o acontecimento a partir de sua relação com as situações do cotidiano, que se destacam por seu poder afetação e por serem fatos marcantes. Há correntes que entendem

³ Vera França apresenta o conceito de vidas do acontecimento a partir das proposições de Quéré (2012).

que o acontecimento só se dá quando é narrado. Ou seja, ele precisaria passar pelo processo discursivo para se efetivar, sendo a narrativa jornalística uma das formas de concretização mais reconhecida.

A partir da narrativa enquanto condição de produção de sentido para o acontecimento, poder-se-ia ter o entendimento de que os processos de significação criam uma condição de ordenação do acontecimento. No entanto, essa não é uma afirmação simples de se fazer, pois a afetação que o acontecimento provoca e, conseqüentemente, sua interpretação e produção de sentido são da ordem individual, porém com reverberações no âmbito coletivo. “O sentido nada mais é do que uma forma complexa da consciência: não existe em si, mas possui um objeto de referência. Sentido é a consciência de que existe uma relação entre as experiências” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p.15). Reforça-se, assim, o aspecto relacional na produção de sentidos a partir de um determinado fato, e como o sujeito significa e ressignifica esse fato por meio de suas experiências. Pode-se afirmar, por meio de Quéré (2012), que os acontecimentos são transformados, em coisas com que significados são “fontes de inferências e de raciocínios, mas também um meio de ação controlada” (p. 31).

Necessário pontuar que a ordenação de sentidos também pode se dar pelas dúvidas e incertezas provocadas a partir de eventos trágicos, de grande impacto e com alto grau de complexidade em suas tratativas. Nesse contexto, se encontra o rompimento da barragem de Fundão. Este fato deveria levar atenção para o que não mais pode ser deixado de lado e precisa ser discutido, modificado. As dúvidas também podem ser consideradas como uma ordenação. Elas representam um processo de significação a partir desse fato: quando as populações estabelecerão seus modos de vida? Como os danos e perdas serão calculados? É possível reparar a integralidade dos danos? “A dimensão do estrago foi muito maior do que se pôde calcular e essa repentina tragédia causa não só o desconforto, como também perturba o sistema de expectativas ao não se ter previsibilidade sobre as condições ambientais” (VARELLA; LOCATELLI, 2017, p.4). Retomando a dinâmica de vidas do acontecimento, vê-se, por meio dos autores acima citados, a significação simbólica do rompimento enquanto tragédia ambiental. Essa foi a roupagem, a interpretação escolhida por eles para dar vida, para narrar esse acontecimento. Essa escolha diz de um processo de significação que está diretamente ligado aos valores e as urgências que afetam cada sujeito.

Nesse sentido, vários enunciados podem surgir para descrever o mesmo fato, porém não constroem ou levam para uma mesma significação, como se constituíssem uma espécie de batalha discursiva, e sua continuidade ou descontinuidade de sentidos prossegue junto ao acontecimento. Essa linha de pensamento expressa o que Pêcheux (2012) propõe ao

refletir sobre o conceito de acontecimento discursivo, tomando como exemplo o desfecho da eleição presidencial na França de 1981, e como certos enunciados puderam proporcionar significações diversas a partir desse mesmo fato⁴. Para Pêcheux, o discurso se funda em duas bases, a estrutura e o acontecimento. A estrutura está relacionada à própria linguagem e aos seus processos; e o acontecimento relaciona-se ao momento no qual determinada narrativa foi produzida e às rupturas em decorrência de um determinado fato, o que interfere na produção sentidos. Dessa forma, o discurso extrapola a questão linguística; nem os sujeitos, nem os sentidos estão acabados, “[...] eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história” (ORLANDI, 2003, p. 37), inserindo-se, assim, no ambiente social e histórico em que sua produção se deu.

Orlandi (2003) indica que a condição da produção do discurso está relacionada, fundamentalmente, à situação e aos sujeitos, ou seja, ao “contexto sócio-histórico e ideológico” (p.30), sendo que a partir deles (sujeitos), aciona-se a memória, parte integrante da produção do discurso. A autora propõe que a memória, sob ótica do discurso, seja tratada enquanto interdiscurso, que “é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independente.” (ORLANDI, 2003, p.31). Ou seja, trata-se daquilo que vem antes, a memória discursiva do sujeito, que também é constituída pela memória social, irá afetar a produção de sentidos: aquilo que já foi dito em diferentes momentos e lugares afetará os processos de significação.

Bosi (2017) apresenta a memória enquanto fenômeno a partir da concepção bergsoniana⁵. Para autora, a memória possibilita a relação do presente com o passado sendo esse resultado capaz de provocar significações que são da ordem subjetiva, conforme descrito:

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva, ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2007, p.46-47)

⁴ Levando em consideração o contexto político e socioeconômico vivido pela França no ano de 1981, no livro ‘O discurso: estrutura ou acontecimento’, PÊCHEUX (2012) propõe uma discussão a partir da seguinte frase “*On a gagné*” que, traduzida para o português, significa “Ganhamos”. A partir dela, uma batalha de sentidos emerge, considerando várias construções de significações possíveis a partir do contexto social e político daquele momento no país.

⁵ O Capítulo 1 da obra “Memória e Sociedade: Lembranças de Velho”, da autora Eclea Bosi, foi construído a partir das reflexões de Henri Bergson a respeito do fenômeno da memória.

A autora buscou apreender como Bergson compreendeu a conservação do passado em diálogo com o presente, considerando a maneira como as lembranças atuam nesse contexto. Para Bergson, “na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (BERGSON, 1959 *apud* BOSI, 2007, p. 46). A memória alicerça a consolidação da “vida” atribuída ao acontecimento por meio dos processos de significação. Vidas que se alteram a partir da bagagem que a memória individual acumula influenciando, assim, os sentidos e as narrativas dos fatos.

Halbwachs (1990) apresenta a memória dividida em duas frentes: a interna (memória pessoal - autobiográfica) e a externa (memória social - histórica), porém elas não existem isoladamente, sendo que a individual se apoiaria na memória social para se constituir. Nesse aspecto, a memória, seja a social, constituída pelos fatos históricos, ou a pessoal, em que estão lembranças que são apreendidas de forma individual, não existe de forma dissociada, suas bases irão influenciar o modo como os acontecimentos serão percebidos, significados e conseqüentemente narrados.

Importante considerar que o acontecimento discursivo pode se relacionar a outros tantos discursos anteriores. Para Foucault (1999), a partir da publicação de sua aula inaugural no *College de France*⁶, o discurso está para além da organização lógica de palavras e frases que levarão a um certo sentido, ele também é uma ferramenta de organização que, a partir de certos tipos de enunciação naturalizados, leva à construção de um determinado imaginário social. “A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros” (FOUCAULT, 1999, p.43). O autor compreende o acontecimento como aquilo que pode inaugurar uma nova realidade discursiva, e reforça que o acontecimento discursivo está relacionado ao contexto social em que ele se dá: “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 1999, p. 26). É destacada, ainda, a importância do autor (sujeito) enquanto ordenador do discurso. “O autor, não entendido, é claro, como indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 26). Assim, o sujeito é cerne na produção de sentidos e a ideologia do autor (influenciada pela memória) se faz presente em suas construções.

⁶ A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trata-se de publicação a partir de aula inaugural ministrada por Michel Foucault em que o autor fala dos mecanismos de controle do discurso, com destaque para mecanismo de exclusão que seriam externos ao discurso, porém o influenciam, quais sejam *interdição*, a *separação* e a *vontade de verdade*.

Orlandi (2003) propõe que, diante de qualquer objeto simbólico ou acontecimento, o sujeito se coloca a interpretar e, ao interpretar, ele aciona significados certamente já existentes. Para a autora, esse é o trabalho da ideologia: “produzir evidência, colocando o homem na sua relação imaginária com suas condições materiais de existência.” (*Ibidem*, p.46). A ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2003, p.46). As narrativas, a partir do acontecimento, sempre estarão condicionadas ao sujeito, à produção e à recepção; estão relacionadas à memória e à ideologia que são inerentes ao acontecimento. Nesse aspecto,

os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. (ORLANDI, 2003, p. 43)

O sujeito dará sentido, significando e ressignificando ao passado, ao presente e ao futuro, que não escapam da mediação de diversos agentes que compõem um determinado contexto socio-histórico. O fato ocorrido em Mariana, pela ruptura de uma normalidade estabelecida, fez emergir diversas reflexões, iniciando pelo próprio setor de mineração. A atividade ganhou luz sob aspecto das operações minerárias que pelo seu processo geram materiais a serem descartados (rejeito), necessitando do uso de barragens para acúmulo e contenção desses materiais. Pode-se dizer que o tema barragens, no contexto nacional, anteriormente ao ocorrido, recebia mais atenção sob o ponto de vista de impactos para instalação e funcionamentos de projetos de hidrelétricas; pouco se discutia sobre rejeitos provenientes da extração do minério de ferro.

As barragens fazem parte de um perfil de risco característico a um determinado padrão de vida. O uso da eletricidade, da água e de outras benesses comumente alardeadas entre os usos múltiplos das barragens operam uma dissociação entre os que produzem os riscos e aqueles que os consomem. (GONÇALVES, 2010, p. 193)

Os grandes empreendimentos minerários, sem dúvida, geram inúmeros impactos socioambientais que, na maioria das vezes, são sobrepostos pelos interesses econômicos e pela narrativa desenvolvimentista daquilo que a atividade pode gerar economicamente para uma determinada região. Apesar de existirem, atualmente, 663 barragens de rejeito de

mineração no Brasil⁷, a temática ainda não ganhava notoriedade e nem estava na pauta central das discussões sociais relacionadas aos impactos da atividade minerária, mesmo em outras situações de vazamento e/ou rompimento relacionadas à mineração, com menor amplitude, já terem ocorrido no Brasil até 2015.

O ocorrido em Mariana deveria inaugurar uma nova concepção sobre controles de riscos, impactos, prevenções e implantação de grandes empreendimentos. Certamente, novas construções e definições legais demandarão tempo, tanto pelo número de agentes necessários e envolvidos em debates dessa amplitude, como pela importância de certa maturação do ocorrido, para que seja possível uma avaliação da amplitude de suas consequências. Considerando o fator tempo relacionado ao acontecimento, Quéré (2012) afirma que “é necessário um mínimo de distância temporal para compreender o que se passou realmente” (p.26). Nessa perspectiva, o tempo é importante para a compreensão e o entendimento das consequências e reverberações do fato. Porém, para aqueles que sofreram perdas diretas a partir do ocorrido, esse tempo possui tantas outras configurações, outros significados relacionados às urgências, aos traumas, às reparações.

Além disso, esse acontecimento levou mais luz para a reflexão sobre a atividade minerária, para uma dimensão que vai além da operação de barragens. Considera-se, também, todo o contexto sociocultural, econômico e ambiental ao qual grandes empreendimentos podem impactar, sendo pautados e ancorados pelo Estado na busca do chamado desenvolvimento econômico sustentável, que considerando a econômica globalizada e orientada pela capital, pode promover a manutenção de violações de direitos humanos fundamentais e impactos irreversíveis ao meio ambiente e a sociedade. Tal afirmação pode

⁷ Dado coletado por meio da Agência Nacional de Águas (ANA) que, desde a promulgação da Lei 12.334/2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragens, coleta informações dos órgãos fiscalizadores para consolidação do Relatório Anual de Segurança de Barragens. A última versão disponível do Relatório, de 2014, identificou 14.966, das quais 13.366 são barragens de usos múltiplos da água, 663 de rejeitos de mineração, 642 de energia elétrica e 295 de contenção de rejeitos industriais. De acordo com a Lei, a fiscalização dos barramentos é de responsabilidade do órgão ao qual a atividade fim da barragem está relacionada, divididas em quatro tipos: as barragens para geração de energia devem ser fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); as de contenção de rejeitos minerais, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); as de contenção de rejeitos industriais, pelo Ibama ou pelos órgãos ambientais estaduais; e as de reservação de água para vários usos, pela ANA, se a barragem estiver localizada em rio de domínio federal, ou pelos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, se localizada em rio de domínio estadual (aqueles cuja nascente e foz estão dentro dos limites de um Estado). Disponível em: http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=12892.

ser exemplificada a partir do discurso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁸:

As atividades de mineração e metalurgia são, reconhecidamente, de elevado impacto ambiental. No caso da mineração, o enorme tamanho de algumas operações, a quantidade de carga movimentada e os rejeitos gerados têm representado riscos para diversas regiões e populações, eventualmente afetadas por acidentes e mecanismos ineficientes de deposição e monitoramento. [...] Esse conjunto de desafios oferece oportunidades para as empresas desses setores, que deverão ser capazes de atender aos requisitos de sustentabilidade impostos e desenvolver operações cada vez mais eficientes. Nesse contexto, há uma tendência para a elevação do conteúdo tecnológico nesses setores, reconhecidos, tradicionalmente, como de baixa intensidade tecnológica. (BNDES, 2017⁹)

A narrativa do BNDES, apesar de apontar o alto grau de impacto da atividade mineratória, marca como acidentais, as falhas existentes em relação à deposição de rejeitos nas atividades de mineração. Ainda destaca a eventualidade desses ocorridos, sem ao menos mencionar a extrema complexidade dos impactos sociais e ambientais, além dos impactos na saúde humana, que ainda não podem nem mesmo ser mensurados. As consequências do ocorrido também não devem ser consideradas como fatos isolados, visto que suas reverberações são continuadas. O BNDS, enquanto instituição financeira, apresenta tal contexto de falhas enquanto oportunidades para o desenvolvimento de novas tecnologias por parte das empresas que poderão, obviamente, ser ancoradas financeiramente pelo banco que é um instrumento do Governo Federal que possibilita investimentos e financiamentos de longo prazo em diversos setores econômicos. A narrativa apresentada por este órgão é aquela da eventualidade, do não esperado, da fatalidade, mesmo reconhecendo o risco gerado pelas operações com barragens de rejeitos. A “vida” do acontecimento expressada na narrativa do BNDS é a do fato acidental, é o sentido gerado a partir de uma entidade econômica que,

⁸ “Fundado em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e, hoje, o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira. Para isso, apoia empreendedores de todos os portes, inclusive pessoas físicas, na realização de seus planos de modernização, de expansão e na concretização de novos negócios, tendo sempre em vista o potencial de geração de empregos, renda e de inclusão social para o Brasil”. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acesso em: 02 set. 2019.

⁹ Matéria “Desafios da mineração: desenvolvimento e inovação para redução dos impactos ambientais e sociais” publicada no *site* do BNDES em 07 ago. 2017. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/inovacao-tecnologia-mineracao-metais>. Acesso em: 02 set. 2019.

embora pública e com objetivos de inclusão social, parece sobrepor os ganhos econômicos aos impactos ambientais, sociais e as perdas humanas.

Especificamente para o Estado de Minas Gerais, que tem a atividade de mineração como raiz de sua origem, pode-se dizer que os impactos cotidianos da mineração estavam, de certa forma, naturalizados. O acontecimento reforçou a necessidade de refletir sobre um risco que, fisicamente, não era oculto. Porém, suas consequências ou possíveis impactos foram pouco debatidos e divulgados. Chama-se atenção, após o ocorrido, para o Estado de Minas Gerais por sua ligação histórica com a mineração, mas as consequências do fato reverberam para o país e para o mundo.

O rompimento da barragem de Fundão provocou uma mudança brusca no cotidiano dos moradores das comunidades¹⁰ que foram atingidas pela lama. Residências, estruturas coletivas como escolas, templos religiosos, áreas de cultivo e estradas foram encobertas pela lama. As populações foram obrigadas, de forma repentina, a abandonarem seus lares, seus pertences, sua história, seu jeito de viver.

Nos casos específicos dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, locais que foram soterrados e completamente destruídos pela lama, a desorganização promovida pela tragédia se fez presente de forma generalizada e prolongada na comunidade. (RODRIGUES *et al.*, 2016, p. 167)

Um novo modo de vida precisou, de maneira forçada, ser inaugurado por essas pessoas, que passaram a viver em outra localização geográfica, tendo seus hábitos e organização social amplamente alterados.

Esse fato também provocou, para as populações atingidas, a necessidade de uma adaptação relacionada à busca de direitos e reparações, a fazer parte e acompanhar diversos debates coletivos, em um processo crítico que envolve poderes, disputas e diversas instituições. A fala, a seguir, de um atingido demonstra a situação:

Tem pessoas que já não aguentam mais o estresse, a duração e a frequência das reuniões e eu entendo muito bem o porquê. Mas eu ainda vou. E faço questão de ficar até o fim. (Jornal “Voz da Comunidade”¹¹, Fundação Renova, Setembro, 2019)

¹⁰ O termo comunidade foi amplamente utilizado nesse estudo. Seu significado, sob aspecto das ciências sociais, é constantemente debatido sem uma homogeneidade para classificação, sendo um relevante debate desde o nascimento da sociologia até a contemporaneidade. A similaridade e o compartilhamento de entendimentos, consensos, hábitos de integrantes de um determinado território perpassam por essa definição.

¹¹ Informativo da Fundação Renova com as comunidades atingidas de Mariana conforme descrito pela instituição.

Esse contexto, certamente, estava distante da realidade anterior vivida por muitas das pessoas atingidas por esse acontecimento. Aplica-se, nessa situação, a afirmação de Louis Quéré, segundo a qual “existem mudanças e emergências que são enfrentadas de acordo com suas qualidades imediatas e sua força brutal” (QUÉRÉ, 2012, p.24). Os sujeitos estão submetidos a essas emergências e buscam se adaptar, a partir das várias consequências promovidas pelas mudanças.

Uma nota divulgada pelas Nações Unidas, doze meses após o rompimento da barragem de Fundão, critica as soluções alcançadas até então e, reforça o aspecto contínuo das consequências das reverberações do acontecimento:

Após um ano, muitas das seis milhões de pessoas afetadas continuam sofrendo. Acreditamos que seus direitos humanos não estão sendo protegidos em vários sentidos, incluindo os impactos nas comunidades indígenas e tradicionais, problemas de saúde nas comunidades ribeirinhas, o risco de subseqüentes contaminações dos cursos de água ainda não recuperados, o avanço lento dos reassentamentos e da remediação legal para toda a população deslocada [...]. (Nações Unidas, 2016¹²)

A partir das decorrências advindas do rompimento da barragem da Samarco, é possível perceber vários aspectos que enquadram esse fato na conceituação de acontecimento. As várias discontinuidades, ressignificações, lacunas e questionamentos provocados continuam a reverberar, trazendo inquietações, dúvidas, buscas de significações. Tal situação é identificada a partir da fala de um atingido de Bento Rodrigues: “A onda de lama destruiu meu passado, presente e futuro. Perdi minhas memórias que estavam guardadas na casa. Perdi meus animais de criação e o lugar em que sonhava envelhecer” (Jornal “Voz da Comunidade”, Fundação Renova, Setembro, 2019).

Assim, a compreensão das rupturas e, também, a ordenação dos fatos provenientes do acontecimento não são imediatas, e os processos de significação perpassarão a experiência individual; o passado e o futuro estarão constantemente contribuindo e provocando a ressignificação e os questionamentos que continuam a emergir a partir desse fato que certamente terá várias vidas (narrativas) a medida que for narrado ao longo do tempo.

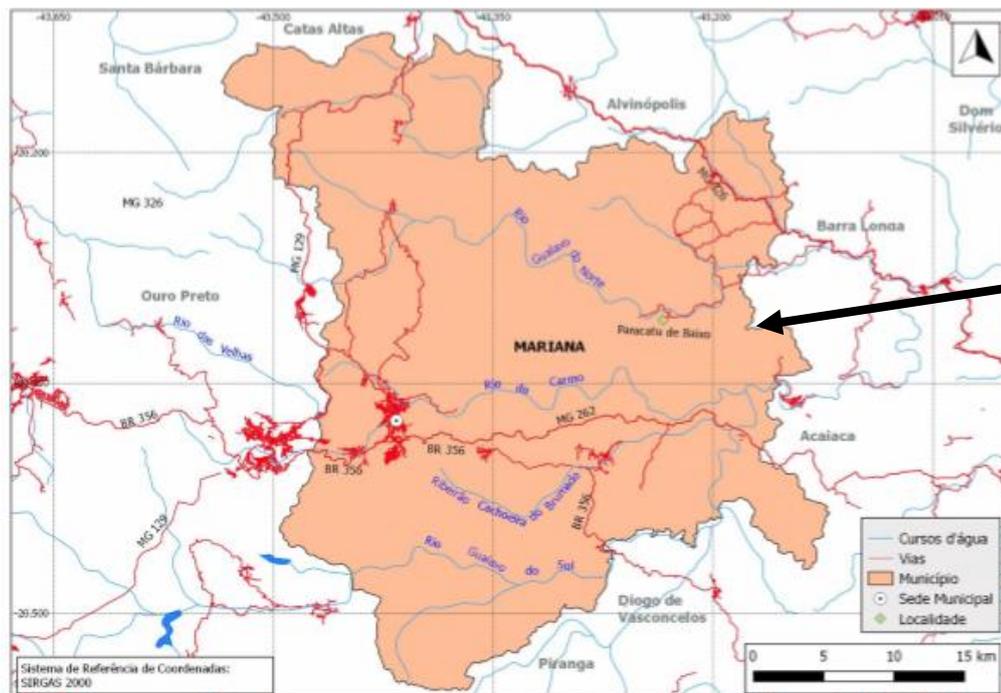
¹² Matéria publicada no site das Nações Unidas Brasil quando do marco de 12 meses pós rompimento da barragem de Fundão. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/especialistas-da-onu-pedem-acao-urgente-no-aniversario-de-um-ano-do-desastre-de-mariana/>. Acesso em: 28 out. 2019.

1.2 O acontecimento que continua a acontecer: o subdistrito de Paracatu de Baixo

Neste estudo, tem destaque a localidade de Paracatu de Baixo, uma das comunidades de Mariana atingidas pela lama de rejeitos da barragem de Fundão. O subdistrito pertencente ao distrito de Monsenhor Horta e está situado na cidade histórica de Mariana, a 35km da sede municipal¹³.

Figura 4 - Mapa de Localização da Comunidade de Paracatu de Baixo no município de Mariana.

Agosto/2018.



Fonte: Relatório Estilo Nacional

Do ponto de vista histórico, há poucas informações sobre os primórdios do subdistrito. Seu surgimento estaria ligado à formação do distrito de Monsenhor Horta, anteriormente, denominado “São Caetano”¹⁴. Esse território teve seu ápice de ocupação

¹³ É notório o maior destaque dado à comunidade de Bento Rodrigues ao se referir ao rompimento da barragem em Mariana, por ter sido primeira localidade a ser atingida. Daí, também a justificativa e o interesse pelo recorte deste estudo, voltado para a comunidade de Paracatu de Baixo, que também sofreu impactos de grande magnitude.

¹⁴ Conforme apresenta o Relatório Estilo Nacional: “A freguesia de São Caetano foi instituída em 1742. Tornou-se colativa pelo alvará de 16 de janeiro de 1752, sendo seu primeiro pároco colado, o padre Caetano Lopes

populacional com os movimentos migratórios no auge do ciclo do ouro na região de Ouro Preto e Mariana. O aumento da população, de forma desordenada, gerou crises de abastecimento de gêneros alimentícios, fazendo com que os mineradores buscassem novas fontes auríferas em locais que também ofertassem condições de plantio para prover subsistência. Assim, teriam surgidos os novos arraiais como o de São Caetano, mantendo sua vocação agropecuária ao longo do século XIX.

A formação da comunidade de Paracatu de Baixo se deu ao longo do rio Gualaxo, passando por um incremento populacional nas últimas décadas do século XX, em consequência da exploração de minério de ferro e da instalação de grandes empresas mineradoras na região de Mariana (Estilo Nacional, 2019).

Figura 5 - Celebrações religiosas antes da passagem da lama



Fonte: Luzia Queiroz

Pereira (BARBOSA, 1971, p. 293). Nesse intervalo temporal, sabe-se que a população de São Caetano girava em torno de 2.064 pessoas “de confissão e comunhão”, conforme documento datado de 1749, que integra o Códice já referido (1999, p. 707). Número que se eleva para 2.738, em 1823. (TRINDADE, 1945, p. 349). Nesse mesmo ano de 1823, no dia 06 de julho, a freguesia de São Caetano recebeu a visita pastoral do bispo de Mariana, Dom Frei José da Santíssima Trindade. O relatório e provimento gerados pela visita indica que a freguesia tinha duas capelas filiais e três capelas particulares: Paracatu, Gualaxo e Águas Claras.”

Figura 6 - Cotidiano de Paracatu de Baixo antes da passagem da lama.



Fonte: Luzia Queiroz

Figura 7 - Cotidiano Paracatu de Baixo antes da passagem da lama



Fonte: Airton Sales

Figura 8 - Escola Municipal de Paracatu de Baixo antes da passagem da lama



Fonte: Gislene Pereira

Pelas imagens do subdistrito, anteriores à passagem dos rejeitos (Figuras 5,6,7 e 8) percebe-se a arquitetura local com edificações simples, sem predominância de uma forma ou estilo construtivo, com a existência de estruturas, em sua maioria, com apenas um pavimento. Além das edificações residenciais, compunham o subdistrito uma capela em homenagem a Santo Antônio; uma escola de ensino fundamental; uma quadra poliesportiva e um campo de futebol. O trecho central e principal da comunidade era pavimentado em

asfalto, ligando o distrito Monsenhor Horta às localidades de Pedras, Borbas e Campinas, pertencentes ao município de Mariana, e à zona rural do município de Barra Longa¹⁵.

Com a passagem da lama, que seguiu o curso do rio Gualaxo, foram destruídas a maioria das residências do local, restando apenas algumas edificações nas partes mais elevadas do lugarejo ou sítios mais afastados do pequeno adensamento de residências. Independente do impacto direto da lama, a população perdeu, da mesma forma, os equipamentos básicos para seu cotidiano. Toda a tessitura social, cultural e econômica do subdistrito de Paracatu de Baixo foi abruptamente impactada, em consequência da onda de rejeitos de minério de ferro que devastou o povoado, fazendo com que a população¹⁶, em sua maioria, fosse deslocada para a sede do município de Mariana, passando a conviver em um novo contexto social de urbanização.

Figura 9 – Paracatu de Baixo: captura imagem de satélite em 23/ junho/2015



Fonte: Google Earth

Figura 10 – Paracatu de Baixo: captura imagem de satélite em 11/ dezembro/2017



Fonte: Google Earth

Dessa forma, em função desse acontecimento, várias características dessa comunidade foram desmanteladas, provocando descontinuidades de sua realidade: 1) territorialidade, na medida que o seu espaço foi destruído e, hoje, a população se encontra, distribuída aleatoriamente em um contexto urbano, na sede de Mariana, que concentra cerca

¹⁵ “O município de Mariana situa-se na vertente sul da Serra do Espinhaço, na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, conhecida como Quadrilátero Ferrífero, a 697 metros de altitude. Faz limite com os municípios de Ouro Preto, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Acaiaca, Piranga, Catas Altas e Alvinópolis. Tem distância de cerca de 12 km de Ouro Preto e 110 km de Belo Horizonte.”

Disponível em: < <http://www.mariana.mg.gov.br/localizacao/>>. Acesso em: 18 Ago. 2019.

¹⁶ Mais de 90% da população de Paracatu de Baixo foi desalojada com a chegada da lama, o que representa cerca de 120 famílias, segundo a Fundação Renova. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/paracatu-de-baixo/>. Acesso em: 15 Abr. 2017.

de 87%¹⁷ da população urbana do município; 2) os vínculos prejudicados, tendo em vista o distanciamento físico em que as famílias se encontram na nova realidade territorial, ao serem realocados, em sua maioria, na sede do município de Mariana, diferentemente da distribuição socioespacial anterior; 3) mudança de hábitos e das dinâmicas sociocomunicacionais, a partir daquilo que novo território oferece ou deixa de oferecer, considerando as características de ruralidade existentes no território anterior.

O acontecimento pode ter provocado, além das mudanças do presente, a própria reconfiguração do passado vivenciado em um local que, atualmente, está amplamente modificado pelo impacto provocado pela passagem da lama. Não há como dizer da vivência do presente a partir desse acontecimento sem remeter também às experiências do passado. O acontecimento continua a acontecer à medida em que a comunidade, mesmo sendo obrigada a abandonar a localidade, retorna ao vilarejo devastado para manutenção de algumas manifestações socioculturais, como a celebração dos festejos do padroeiro Santo Antônio, ou para realizar algumas atividades¹⁸ cotidianas praticamente impossíveis de serem feitas no contexto urbano ao qual a população de Paracatu de Baixo está atualmente submetida.

1.3 A capela de Santo Antônio: passado, presente e futuro

A capela¹⁹ de Santo Antônio faz parte da Paróquia de São Caetano, localizada no distrito de Monsenhor Horta, ambas vinculadas à Arquidiocese de Mariana. Segundo relatos da comunidade, existia, anteriormente, uma capela primitiva no mesmo local onde se encontra a construção atual, que teria sido erguida no início do século XX. A edificação anterior, em dado momento, não conseguiu suprir as necessidades da comunidade, considerando seu crescimento populacional. Então, na década de 1990, houve a construção da nova edificação. Conforme relata um dos mais antigos moradores da comunidade:

¹⁷ Dados referentes ao ano de 2010, conforme apresentado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível:http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/mariana_mg.. Acesso em: 24 de Fev. 2018.

¹⁸ Atividades como apanhar lenha, colher folhas para chá ou hortaliças para fins de alimentação são alguns exemplos simples que demonstram práticas que alguns dos ex-moradores da comunidade ainda buscam manter ao retornar ao território atingido.

¹⁹ O termo capela está relacionado a designação dada a templos que possuem subordinação a uma paróquia. Embora o templo aqui estudado seja uma capela, há diversas falas de moradores e outros atores que contribuíram para essa pesquisa que a referenciam enquanto igreja.

A igreja velha era de madeira, ela foi jogada no chão e fez aquela de cimento. O prefeito da época, João Ramos, que realizou essa obra. A igreja estava ruim, antiga e pequena. Seu João achou que ela estava pequetita, aí aumentou. (Membro da comunidade de Paracatu de Baixo, 2019)²⁰.

Há, ainda, relatos sobre o total protagonismo da comunidade no levantamento de recursos, por meio de arrecadação de doações, realização de rifas e bingos para execução das obras que teriam sido tocadas em ritmo de mutirão pelos próprios moradores (Estilo Nacional, 2017). No entanto, esta pesquisa não conseguiu apurar, nos levantamentos e documentos acessados, se a decisão e condução para ampliação do templo partiu da comunidade, da Arquidiocese de Mariana ou do poder público municipal.

Figura 11 - Festa do Menino Jesus no subdistrito de Paracatu de Baixo



Fonte: Portal do Patrimônio Cultural

A Figura 11 apresenta, ao fundo, a capela de Santo Antônio antes de sua demolição, no local que daria lugar à nova construção. A estrutura anterior possuía uma arquitetura simples, sem a existência de torres. A edificação atual, apresentada na figura 12, guarda a delimitação anterior das muretas que compõem o adro²¹. Porém, diferente da arquitetura da capela anterior, possui duas torres e amplo salão. Seu acabamento é composto de elementos

²⁰ Trecho de entrevista. A entrevista na íntegra está disponibilizada nos Apêndices desse trabalho, a partir da página 86.

²¹ Adro: espaço localizado em área externa que fica em frente de um templo.

contemporâneos, como piso cerâmico, forro em material vinílico, telhado com estrutura metálica, esquadrias (portas e janelas) em madeira e alumínio.

Figura 12 - Capela de Santo Antônio. Imagem cedida pela comunidade



Fonte: Acervo pessoal de Gislene Pereira

Figura 13 - Interior da capela de Santo Antônio. Imagem cedida pela comunidade



Fonte: Acervo pessoal de Gislene Pereira

Considerando a constituição das vilas mineiras, sob o aspecto da organização portuguesa que trazia a centralidade da religiosidade na organização dos territórios com a localização da construção de seus templos, a capela de Paracatu de Baixo também exercia papel central como local de interações sociais da comunidade. É notória a importância desse espaço ao se conhecer o calendário sociocultural da comunidade, que contempla as festa do padroeiro, Santo Antônio, bem como as demais homenagens aos santos juninos²², a Festa do Menino Jesus (que, na localidade, é realizada em setembro como uma saída para escapar do período chuvoso) e a Festa de Nossa Senhora Aparecida, em outubro. Além das comemorações natalinas e do Dia de Reis, com destaque para a tradicional Folia de Reis de Paracatu de Baixo, que culmina em sua apresentação final, no 6 (seis) de Janeiro. Todas as celebrações eram realizadas ou se encerravam na capela de Santo Antônio. Dessa forma, era no entorno da capela que a vida social e religiosa da comunidade de Paracatu de Baixo acontecia: as festas, os casamentos, os momentos coletivos, os encontros. Embora tenha ocorrido devastação física e social no território de Paracatu de Baixo com o rompimento da barragem, a capela de Santo Antônio permaneceu de pé, resistindo à passagem de toneladas de rejeitos por sua estrutura.

A capela pode representar um testemunho do presente, de um acontecimento socioambiental catastrófico. Contudo, seus sentidos são diversos. O passado está amplamente contido nessa edificação, assim como a projeção de futuros variados para o local destruído e para as pessoas que nele viviam. O rompimento registrado e evidenciado inclusive pela permanência da Capela impacta e afeta os indivíduos de maneiras variadas. É o sujeito que dá sentido e é capaz de ter a percepção quando algo quebra sua rotina, apresenta-se como inesperado, proporciona uma desorganização do presente, sendo capaz de provocar inquietações sobre o passado e a busca por respostas e potências de futuros possíveis. O acontecimento é instância de conhecimento, assim como o rompimento da barragem foi; ele faz pensar, ele intriga, ele promove buscas e investigações. Como observa Vera França,

O acontecimento é dotado de um poder hermenêutico; é suscitar de conhecimento. É capaz, inclusive, de modificar o passado; desvelar o não visto, iluminar o opaco, estabelecer distinções que não haviam sido percebidas. O acontecimento nos faz igualmente olhar, pensar e planejar o futuro. Quando ele rompe uma sequência e quebra as expectativas, uma interrogação e um vazio se colocam – e agora? (FRANÇA, 2012, p.14)

²² A religião católica celebra no mês de junho homenagens voltadas a três santos: Santo Antônio (dia 13), São João Batista (dia 24) e São Pedro (dia 29).

A capela, com a marca da passagem da lama e seu arredor encoberto pelo rejeito, pode provocar, uma narrativa quase que completa do acontecimento: uma enxurrada de lama que, sem aviso, se abateu sobre uma pequena e pacata comunidade do interior de Minas, destruindo casas, plantações, pastagens, derramando rejeito por cursos de rios, fazendo com que pessoas fugissem dali às pressas, deixando sua memória, sua terra, seu espaço, sua forma de viver. A edificação pode provocar inúmeras inquietações e diferentes recepções: a imagem do templo que ficou ali, erguido, suportando toda a passagem do volume de lama, pode simbolizar, para muitos, considerando o contexto religioso dessa região, a esperança e possibilidade de recomeço; ou um apelo para a fé, pelas incertezas que o futuro reserva. Essa experiência afetiva, que está ligada à memória de cada sujeito, imprime a essa edificação a materialização dos vínculos da própria comunidade, uma vez que, como o templo ainda permanece de pé, segue sendo utilizado pela comunidade para celebração de suas manifestações e rituais religiosos e culturais, após passar por intervenções e manutenções mínimas, para o reuso. As imagens a seguir testemunham essa afirmação:

Figura 14 - Capela durante Festa do Menino Jesus. Setembro/2017



Fonte: Acervo Cleber Ribeiro

Figura 15 – Capela após limpeza. Fevereiro/2018



Fonte: Acervo Fundação Renova

Figura 16 - Missa em celebração ao padroeiro Santo Antônio. Junho/2018



Fonte: Acervo pessoal

Figura 17 - Imagem de Santo Antônio no interior da capela. Junho/2018



Fonte: Acervo pessoal

Ao continuar utilizando o espaço com todas as marcas nele contidas, a comunidade não convive apenas a edificação que ajudou a erguer, centro de suas atividades religiosas e culturais. Também evoca a experiência traumática da mudança abrupta e inesperada, revive as perdas constantes de vínculos e a mudança de seu cotidiano. A edificação não é mais a mesma, por todos os sentidos que a atravessaram a partir do acontecimento.

Fundamental refletir que os sentidos construídos pelos sujeitos em torno da capela não escapam da mediação de diversos agentes que compõem a rede de pessoas, instituições e processos que envolvem o acontecimento do rompimento da barragem de Mariana. “O acontecimento se propaga graças à série de sentidos atribuídos ao seu paradoxo, que vão se inserindo pelas várias mediações que encontra pelo caminho” (FRANÇA; LANA, p.5).

A compreensão das rupturas e, também, a ordenação dos fatos proveniente do acontecimento não são imediatas, e os processos de significação perpassarão pela memória individual e coletiva. A mediação do acontecimento possibilita, então, a construção e formulação de sentidos que serão consolidados e reverberados por grupos da sociedade. Nesse aspecto, a capela de Santo Antônio não é mais alvo de atenção principal apenas da

comunidade de Paracatu, mas também de outros grupos e instituições que passam a olhar para aquele local, símbolo de uma tragédia, com diferentes sentidos e até mesmo interesses. Reforçando essa afirmação recorre-se a Berger e Luckmann (2012) que destacam que “de especial importância são aquelas instituições que têm por tarefa o reprocessamento social do sentido [...] cuja função principal é o controle da produção e transmissão de sentido” (p.22). As instituições, os grupos sociais ou de poder – pelo lugar de fala²³ em que se encontram – produzem e influenciam os sentidos.

Para esta pesquisa, seguem em destaque os sentidos contidos em torno da capela de Santo Antônio de Paracatu de Baixo, sob a ótica do patrimônio cultural, uma vez que a edificação, após o rompimento da barragem de Fundão, passa a ter caráter legal de patrimônio. Nos capítulos que seguem serão apresentados os conceitos, levantamentos e discussões sobre patrimônio cultural, além da análise de dados e informações que ancoraram a compreensão do processo que atribuiu o título de patrimônio cultural à capela.

²³ Para Braga, toda fala faz sentido em algum local, de acordo com uma perspectiva. É justamente esse lugar de sentido que o autor classifica enquanto lugar de fala. “Ao tratar uma situação, uma fala constrói um lugar de fala na realidade social e no conjunto de discursos socialmente disponíveis” (BRAGA, p. 169 apud PRADA; MEDEIROS, 2015).

2. A produção do Patrimônio Cultural: conceitos, marcos legais e os processos municipais do pós rompimento da barragem

2.1 Patrimônio cultural: um apanhado conceitual e legal

Patrimônio é um termo de uso comum, utilizado de forma corriqueira no cotidiano para se referir a bens pessoais ou coletivos, sejam eles de ordem econômica, imobiliária ou cultural. Do ponto de vista semântico, a palavra é constituída por dois vocábulos de origem greco-latina: *pater*, que tem como significado aquele que representa a família e chefe de família; em uma interpretação mais ampla, o termo pode ser entendido como antepassados. Já o vocábulo *nomos* está relacionado a costumes, leis advindas de uma determinada origem, seja de uma família ou de uma localidade. Patrimônio, em sentido mais expandido, em que seu alcance também ultrapassa a materialidade, pode ser interpretado como bens ou costumes deixados como herança ou legado de um grupo social para outro. O termo possui uma amplitude de contornos semânticos e deve ser entendido como “uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” (GONÇALVES, 2009, p.26). O tema, ao longo do tempo, passou por diversas transformações, e nem sempre “conheceu fronteiras tão bem delimitadas” como na atualidade (Ibidem, p. 27).

Interessa a esta pesquisa, o conceito de patrimônio no âmbito da cultura, no qual segue inserido uma herança coletiva. Castriota (2009) observa que, ao falar de patrimônio cultural na atualidade, indica-se sempre um sujeito coletivo, algo que possui relevância e importância para preservação a partir de um determinado grupo de pessoas. Para o autor, o patrimônio cultural de um determinado povo está compreendido nas “obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores, sábios, assim como criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida” (CASTRIOTA, 2009, p.42).

É possível tomar o patrimônio cultural enquanto um processo que demanda a ação, a significação e o reconhecimento de valores sob o ponto de vista formal. Dessa maneira, a patrimonialização é o processo de tornar algo formalmente reconhecido enquanto patrimônio, a partir de um valor atribuído àquilo que se pretende preservar, por meio de instrumentos específicos. No entanto, existem correntes que não limitam o processo de

patrimonialização aos instrumentos legais de proteção de um bem cultural, conforme, conforme defendem Peixoto e Leite (2019):

o conceito de patrimonialização é utilizado para “dar conta de um movimento de duplo alcance. Por um lado, e na sua essência, os processos de patrimonialização se referem a intervenções de natureza patrimonial e predominantemente técnica que visam, acima de tudo, obter, através de uma operação de tombamento formal, um estatuto patrimonial. Por outro lado, lateralmente, os processos de patrimonialização se referem a operações de natureza diversa (arquitetônica, paisagística, urbanística, política, cultural, comercial, etc.) cujos objetivos, independentemente de um reconhecimento formal, assentam na exacerbação de um patrimônio ou do valor patrimonial de um objeto. (PEIXOTO; LEITE, p.109 *apud* CLIMACO, 2011, p.13-14)

A partir das discussões do campo do patrimônio cultural e da consolidação de diretrizes e instrumentos formais, apresentam-se alguns marcos legais sobre tema no contexto brasileiro, compreendidos em momentos legislativos que versam sobre definições, formas de preservação, responsabilidades, neste estudo recortados em três momentos:

- i) Lei nº 378, de 13 janeiro de 1937 – Criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- i) Decreto-Lei Nº 25, de 30 novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, por meio do processo de tombamento (BRASIL, 1937);
- ii) Artigo 216 da constituição de 1988 – Institui como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial (BRASIL, 1988);

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira nomenclatura destinada ao órgão federal instituído em 1937 pelo Governo Federal, pela Lei nº 378, para a proteção do patrimônio cultural nacional. Conforme artigo 46 dessa lei, o órgão teria como finalidade “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46). Esse órgão, mais tarde, se tornaria a autarquia federal denominada Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN²⁴), sendo sua

²⁴ Outro momento que marcou a história oficial do SPHAN, na transição para o surgimento do IPHAN, ficou conhecido como a “fase moderna”. Seu início se dá no ano de 1979, com Aloísio de Magalhães à frente da instituição.

responsabilidade “proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras” (IPHAN, 2019). Esta ainda é, na atualidade, a esfera mais importante no contexto nacional para o reconhecimento formal do patrimônio cultural brasileiro.

Com o Decreto-lei de nº 25 também do ano de 1937, ficou instituído o processo de tombamento – primeiro instrumento brasileiro para proteção oficial de bens culturais e que segue ainda vigente. Embora o tombamento já seja citado anteriormente na Lei nº 378, de criação do SPHAN, o Decreto-lei nº 25 apresenta e descreve os livros do Tombo, que foram divididos em quatro categorias, ou seja, as esferas do tombamento passam a ser detalhadas e categorizadas. Para Menezes (2009), “o tombamento tem um papel instituinte do valor cultural” (p. 33). Desse modo, pode-se articular o processo de tombamento a partir do reconhecimento de valor, mas ele também se relaciona com o ato de comunicar – ele enuncia que um determinado bem é importante, tem valor para um contexto social e precisa ser guardado, preservado para que aquilo que o bem expressa ou significa seja mantido. O Decreto-lei de nº 25 apresentou, ainda, a definição e a instituição por lei do patrimônio histórico e artístico enquanto:

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, Decreto-Lei Nº 25, 1937)

Nesse sentido, uma amplitude de bens passa a fazer parte de um universo passível de tombamento num contexto nacional em que se buscava estabelecer ou reconhecer referências histórico-culturais. Esse decreto-lei ainda trouxe a dimensão daqueles que seriam os atores legítimos para definição dos bens a serem considerados e reconhecidos enquanto patrimônios culturais: os especialistas, as pessoas de notório saber, os grupos de poder, que sob tutela do Estado, via SPHAN, determinavam quais bens deveriam ser formalmente preservados. Conforme acentua Rodrigues (2009), esses profissionais, em sua maioria arquitetos, traziam consigo conceitos advindos da escola modernista que “valorizavam as edificações coloniais, tendo em vista sua simplicidade e clareza de forma, que as tornaria precursoras da arquitetura moderna por eles cultivada” (p.29).

Disponível em:

http://www.casaruiarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCR_B_Francimario_Vito_dos_Santos_Trajectoria_descentralizacao_e_aproximacao.pdf. Acesso em: 02 set. 2019.

Em contrapartida, aquela arquitetura denominada eclética, - que, naquele momento, não era entendida por esses grupos enquanto autêntica ou nacional - não foi valorizada ou desejada nesse contexto, o que pode ter representando uma grande perda, considerando que “os mais significativos exemplares do ecletismo já desapareceram, condenados à destruição por rivalidades e conceitos ideologicamente datados e superados” (RODRIGUES, 2009, p.29).

É pertinente destacar o contexto nacional em que houve a criação do SPHAN e instituição do instrumento de tombamento. A Era Vargas (1930-1945)²⁵ representou a busca da construção e valorização de uma identidade nacional, por meio da instituição de símbolos que seriam capazes de promover uma unidade nacional. Soma-se a isso uma forte atuação do Estado por meio de vários mecanismos de controle social. Tal contexto, reforça o papel e a atuação de grupos dominantes, de poder, na produção simbólica das esferas cultural e de preservação daqueles bens que contribuiriam para construção da identidade nacional.

Por fim, a Constituição Brasileira de 1988, por meio do artigo 216, solidifica a definição legal do patrimônio cultural abarcando tanto a natureza material quanto a imaterial e apresentando as tipificações previstas pela constituinte²⁶. Vale ressaltar que o aspecto da imaterialidade ganha ainda maior relevância com o Decreto-lei nº 3.551 de 4 de agosto de 2000²⁷, que instituiu o formato para registro do patrimônio cultural imaterial ou intangível,

²⁵ Era Vargas é a denominação do período histórico brasileiro entre os anos de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas governou o Brasil. O período é relevante para história brasileira, considerando-se as mudanças sociais e econômicas promovidas durante a sua gestão.

²⁶ “Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.”

Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em: 31 Ago. 2019.

²⁷ Conforme artigo 1º descrito no Decreto: “Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”, que será registrado, por meio de livros específicos: “I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de

formalizando a importância de se reconhecer o valor para além dos aspectos da materialidade, rompendo ainda mais com o pensamento voltado para preservação apenas daquilo que se tinha concretude, dos “chamados bens de pedra e cal” (ABREU; CHAGAS, 2009, p.13) aos quais eram atribuídos valores arquitetônicos e artísticos.

Contudo, a principal mudança estabelecida a partir da Constituinte está relacionada aos grupos e instâncias legítimas para a definição e formalização de um patrimônio. Segundo Menezes (2009, p. 33), “a Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade.” Nesse sentido, o artigo 216 representou a possibilidade da descentralização das discussões para o reconhecimento do patrimônio, alterando a condição de domínio do Estado nesse campo e reconhecendo a colaboração da comunidade na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, conforme apresenta o inciso 1º do artigo.

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988, Art. 216, § 1º)

É importante a compreensão do Art. 216 como um marco, uma formalização alcançada a partir de uma série de discussões e debates técnicos científicos que buscavam o caráter mais participativo no processo de reconhecimento formal de bens culturais. Rodrigues (2009) ressalta que a Constituição de 1988 deferiu determinadas competências a todas as esferas de poder (Federação, Estados e Municípios)²⁸ que passam a ter a mesma competência

Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.” Decreto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 24 Ago. 2019.

²⁸ A partir do artigo 23 da Constituinte de 1988, é competência comum da União, Estado e dos Municípios: “I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora; VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios; XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito. Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito

que anteriormente estava limitada ao SPHAN. Esse órgão nacional seguia em uma atuação “autoritária de caráter centralizador e de agente fiscalizador, que não estabelecia com a sociedade uma relação participativa, no sentido de tentar recambiar sugestões, críticas e apoio da população sobre as decisões e escolhas dos bens a serem protegidos” (SANTOS, 2010, p.8). Daí a grande alteração apresentada pela Constituição, que possibilitou a ampliação da participação e das instâncias passíveis para a definição dos bens cujos valores históricos e culturais deveriam ser preservados.

O princípio da participação popular comunitária na proteção do patrimônio cultural expressa a ideia de que para a resolução dos problemas atinentes a tal área deve ser dada especial ênfase à cooperação entre Estado e a sociedade, através da participação de diferentes grupos sociais na formulação e na execução da política de preservação dos bens culturais. (MIRANDA, Marcos²⁹, 2009, p.20)

O formato instituído oportunizaria a participação e a responsabilização da sociedade na identificação e na preservação do patrimônio. Para tal, seriam necessárias a organização e a estruturação de instituições/ órgãos para a execução dos mecanismos de promoção e proteção do patrimônio, como mencionados no artigo 216 da Constituição, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Nesse contexto, emergem a formação dos conselhos³⁰ destinados à temática do patrimônio cultural. Os conselhos, considerando a multiplicidade de temas para aos quais podem existir, geralmente são formados por representantes do poder público e membros da sociedade civil. Cada conselho tem atuação específica, de acordo com a realidade dos territórios e dos objetivos aos quais se propõe. Conforme Castriota (2009), se antes o patrimônio era considerado um assunto estritamente técnico, a partir das agendas locais, ele

nacional.”.

Disponível

em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_23_.asp. Acesso em: 31 Ago. 2019.

²⁹ Marcos Paulo de Souza Miranda – Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Artístico atuou especificamente no caso do rompimento da Barragem de Fundão pertencente à Samarco Mineração.

³⁰ Segundo a Cartilha de Participação Social da Secretaria do Governo: Os conselhos são um importante espaço permanente de participação social na administração pública e promovem a integração da sociedade aos debates governamentais sobre as políticas públicas. Existem diversos conselhos em funcionamento no Brasil, no nível federal, regional, estadual e municipal, em várias áreas de atuação estatal. Os conselhos variam muito em termos de composição, atribuições, estrutura e vinculação, mas guardam em comum o propósito de controle social das políticas públicas e o fortalecimento da democracia participativa no Brasil. Com maior ou menor difusão a depender da área de atuação, os conselhos são uma realidade em boa parte dos municípios brasileiros. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/participacao-social/publicacoes/cartilha-prefeitos>. Acesso em: 31 Ago. 2019.

passa a ser um tema mobilizador de diversos setores da sociedade civil, com a possibilidade de ampliação da participação popular, a partir de uma nova forma institucional relacionada à partilha de espaços de deliberação.

Porém, a possibilidade do deslocamento dos centros de decisão e a criação das instâncias locais para discussões sobre patrimônio cultural, não são a garantia da participação da comunidade. Esses aspectos serão aprofundados a partir da análise do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), apresentando o contexto de seu surgimento e sua formação, com foco principal nas suas ações após rompimento da barragem da Samarco, no que tange ao processo de patrimonialização da Capela de Santo Antônio de Paracatu de Baixo.

2.2 O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana

A cidade de Mariana foi a primeira capital de Minas Gerais. Seu centro histórico é tombado como Patrimônio Nacional desde 1945 pela relevância arquitetônica e cultural advinda do Ciclo do Ouro. Seu valor é singular por ser “a única de traçado planejado entre as cidades coloniais mineiras. [...] O traçado urbano policêntrico - pontilhado por igrejas, Passos da Paixão e chafarizes - revela o efeito cênico típico da estética barroca de influência portuguesa” (IPHAN, 2018), conforme detalhado pela instituição:

Projetada pelo arquiteto português José Fernandes Pinto Alpoim, Mariana apresenta traçado com ruas retas e praças retangulares, seguindo os preceitos modernos, o que ainda pode ser notado, apesar de sua expansão e da constante descaracterização sofrida. Na segunda metade do século XVIII, surgiram os edifícios institucionais e, ao final do século, todo o seu acervo arquitetônico estava constituído. Única vila da província que teve seu traçado urbano planejado no período colonial, distanciando-se, nesse aspecto, das demais vilas do ciclo do ouro. (*Ibidem*).

Figura 18 - Praça Minas Gerais, Mariana



Fonte: Prefeitura de Mariana, Portal do Turismo.

Figura 19 - Conjunto arquitetônico e urbanístico, Mariana



Fonte: Raphael Gustavo Marques da Costa (IPatrimônio)

Mesmo com todo o destaque, a importância histórica/cultural e a emergência de novas instâncias decisórias sob o aspecto do patrimônio cultural, conforme a Constituição de 1988, a cidade de Mariana passa a ter um conselho específico para o tema apenas no ano de 2003. O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural foi instituído por meio da Lei Municipal de nº 1.728/2003 com o objetivo de “implementação das políticas públicas de proteção e preservação do patrimônio histórico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e

ambiental do Município de Mariana” (Mariana, 2003, Lei nº 1.728/2003), em atendimento às Leis Orgânicas do município.

Pela lei, os patrimônios culturais do município³¹ foram definidos como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores do povo marianense” (Mariana, 2003, Lei nº 1.728/2003). Cabe, de maneira geral, ao Conselho de Patrimônio: definir a política municipal de defesa e proteção ao patrimônio, coordenando, integrando e executando atividades referentes a essa política; zelar, contribuir e acompanhar a política proposta, inclusive, para sugerir aos poderes públicos, em todas as suas instâncias, a modificação de legislação em vigor; atuar junto aos agentes privados para a colaboração na execução da política proposta. Duas de suas atribuições descritas na lei são recortes do artigo 216 da Constituição, considerando a definição da colaboração da comunidade junto ao poder público para a identificação e a proteção do patrimônio, bem como a coordenação e a orientação das ações de acautelamento e preservação dos bens.

A formação do conselho é prevista em lei, conforme artigo 6º, considerando pessoas com “comprovada idoneidade moral e com notórios conhecimentos às suas finalidades” (Mariana, 2003, Lei nº 1.728/2003) que, nesse caso, representariam os segmentos sociais e culturais do município, além de membros do poder público e outros setores da sociedade civil organizada.

A lei de constituição do COMPAT define que a composição de conselheiros terá vigência de dois anos. Após complementação da normativa inicial³², que instituiu seu regimento interno³³, a sua composição ficou assim definida: presidente, vice-presidente, secretário, três conselheiros natos, quatro conselheiros eletivos e sete conselheiros convidados com direito a voto. São definidos como conselheiros natos: um membro da

³¹ Considerando os termos da Lei Orgânica do município de Mariana, são patrimônios: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, fotografias, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; os documentos públicos, privados ou sacros que contenham referências históricas do povo marianense; o acervo das bandas de música; as serestas, a música, a dança, a expressão corporal, o folclore, as artes plásticas, as cantigas de roda, a culinária, o artesanato em madeira, pedra e sisal e as diversas manifestações de cultura afro-brasileira e as festas populares e religiosas

³² Lei nº 1882, de 24 de fevereiro de 2005, complementa a lei inicial.

³³ Regimento disponível no site: <https://www.compat.info/leis-relativas-ao-patrimonio-cultural>. Acesso em: 18 Jan. 2018.

Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos, um membro vinculado à Secretaria de Educação e um membro vinculado à Secretaria de Meio Ambiente.

Já os conselheiros eletivos representam quatro cadeiras, que também possuem regras para definição dos representantes. Esse grupo de conselheiros é formado por um membro da academia de notório saber das áreas de Ciências Humanas ou Sociais, Engenharia ou Artes Plásticas. A indicação é feita pelos conselheiros natos que apresentam três opções, sendo a escolha a ser feita pelo Prefeito Municipal. Compõe o grupo, um membro representante das artes plásticas ou entidades culturais organizadas do município; a indicação é feita pelos conselheiros natos que, da mesma forma, apresentam três opções, sendo que a definição do representante é feita por meio de consulta às Associações de Moradores de Mariana. Há, também, um membro que representa a atividade econômica; sua indicação também é feita pelos conselheiros natos, que apresentam três opções, sendo a escolha a ser feita pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana. E, por fim, um membro indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, da subseção local.

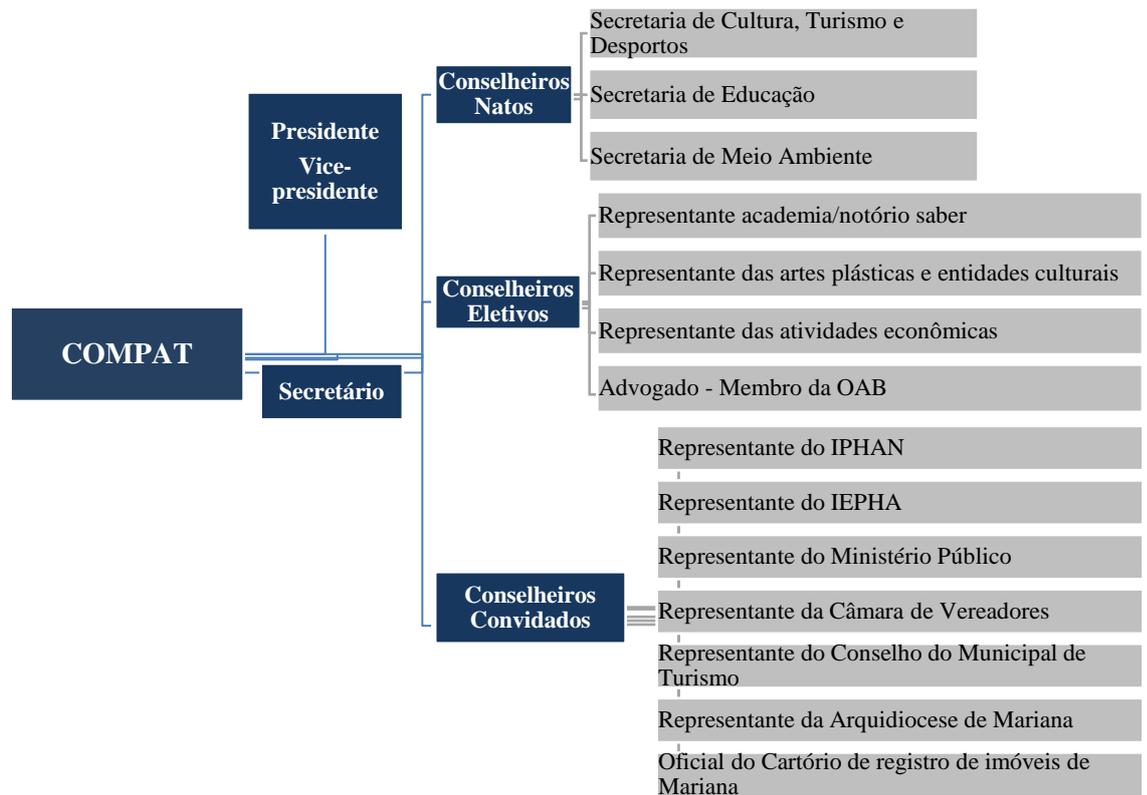
Os Conselheiros convidados e com direito a voto tem, em sua maioria, caráter técnico, sendo: representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), do Ministério Público (MP), da Câmara Municipal de Vereadores, do Conselho Municipal de Turismo, da Arquidiocese de Mariana e o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis do Município de Mariana.

Avaliando a composição do grupo, percebe-se alto grau de influência do próprio poder público municipal, sendo o executivo responsável pela representação e escolha dos conselheiros natos, além de uma das cadeiras eletivas. Os conselheiros natos também indicam uma cadeira eletiva e, os demais conselheiros eletivos, seguem indicados de forma restrita. A participação popular se dá de forma muito limitada, na escolha de apenas um conselheiro, indicado a partir da definição feitas pelas associações de moradores do município. Não fica claro, no entanto, como se dá essa definição junto às diversas associações existentes na sede no município de Mariana e, também, nos seus distritos e subdistritos.

Os conselheiros eletivos são representantes advindos de instituições consolidadas no município ou por sua esfera de influência e poder, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana, e por representante de notório saber. Instituições que, muitas vezes, possuem interesses divergentes daqueles da população atingida, considerando as tratativas relacionados aos processos de reparação do rompimento da barragem de Fundão. Um exemplo claro de

divergência de interesses está no anseio pela recuperação econômica do município de Mariana, a partir da retomada da operação da Samarco *versus* os esforços devidos à reparação das famílias desabrigadas em função do rompimento. E, por fim, os conselheiros convidados, alguns de caráter técnico, porém outros advindos de instituições de caráter político.

Figura 20 – Representação da estrutura do COMPAT



Fonte: Elaboração própria

Nesse contexto, percebe-se uma dominação institucional na constituição do grupo, relacionada a uma formação excludente que privilegia agentes do poder público e instituições formais ou agentes sociais já consolidados e reconhecidos no município, mantendo um sistema de escolhas e de tomadas de decisão restrito aos agentes detentores de poder que, a partir de seu discurso, podem definir os valores a serem privilegiados na esfera patrimonial. A partir disso, pode-se compreender essa esfera institucional formadora do Conselho enquanto dominadora a partir da conjectura de Foucault que defende que são as instâncias de poder que definem como “o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1999, p.17).

Nesta análise, considera-se o conjunto de mecanismos de exclusão (interdição, separação e direito de verdade) que influenciam um discurso, proposto por Foucault (1999). Especificamente, a interdição no sentido do “direito privilegiado ou exclusivo” (*Ibidem*, p.9) daquele que fala, que pode ser capaz de excluir ou restringir o sentido em favor do desejo alguns, “as interdições [...] revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e poder” (*Ibidem*, p.10) daquele que domina o lugar de fala. Nesse mesmo aspecto, da dominação do lugar de fala, estão as produções simbólicas enquanto instrumento de dominação. “As ideologias [...] servem interesses particulares que tendem apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 1989, p.10).

Fez-se fundamental detalhar e conhecer o COMPAT na integralidade de sua atuação, analisando quais vozes se fazem ou não presentes nessa esfera institucional que constitui uma instância deliberativa e detentora de poder, à medida em que os bens a serem preservados passam pela atribuição de valores simbólicos aos quais seus membros julgam importantes de se manter. Nesse aspecto, os valores a serem tomados para transformar um bem em patrimônio cultural se alteram a partir da concepção dos agentes que irão influenciar nos sentidos propostos para a preservação de determinado bem. “Os bens culturais são definidos conforme critérios arbitrários nas aspirações dos atores sociais que constroem o patrimônio” (CLIMACO, 2011, p.60).

Mesmo com as alterações instituídas no campo do patrimônio com a Constituição de 1988, que propõe maior envolvimento da sociedade na definição ou reconhecimento de patrimônios, essa seleção ainda segue restrita às mãos de certos grupos sociais. As tomadas de decisões não escapam ao olhar tecnicista dos especialistas e dos grupos poder que possuem interesses específicos, sejam eles formados por agentes públicos, políticos ou econômicos que podem, pelo seu poder de fala, influenciar nos sentidos que se busca atribuir ao um bem cultural.

2.3 Atuação do COMPAT após rompimento da barragem de Fundão e o tombamento da capela de Santo Antônio

Após o rompimento da barragem da Samarco, o COMPAT inseriu em suas discussões os territórios atingidos pela passagem da lama de rejeitos, com foco principal nas

comunidades de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo. Como uma de suas ações iniciais pós-rompimento, emitiu a deliberação provisória de tombamento para os territórios atingidos:

Ficam tombados provisoriamente como patrimônio cultural e paisagístico de Mariana, os territórios das localidades denominadas Bento Rodrigues, Paracatu de Cima e de Baixo, incluindo toda conformação original das aglomerações urbanas impactadas pelo presente desastre ocorrido em 05 de novembro de 2015, com o acréscimo de uma área de 100 metros de entorno. (COMPAT, 2016, Art.1º)

O tombamento provisório foi emitido tendo como justificativa “o grande número de bens de valor cultural situados nas localidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo” (COMPAT, 2016), considerando o cumprimento do artigo 216 da Constituição de 1988, e, ainda, pelo acontecimento se configurar como um “fato memorável da nação brasileira” que, a título de exemplo, deve ter seus impactos preservados para conhecimento das gerações futuras.

O decreto apresenta, enquanto justificativa de tombamento, a preservação de territórios que passaram por um processo de destruição, não significando apenas a guarda de um bem ou um conjunto arquitetônico para preservação de suas condições físicas para usufruto das gerações futuras, mas preservando o rastro, os vestígios do que ali existiu. “Vale lembrar a relação entre conservação e luto, ou seja, o fato de que o patrimônio seja acionado sempre em que há um cenário de morte e perda” (TAMASO, 2007, p.34). Esse tombamento registra o resultado de um acontecimento, que promoveu a mudança de uma paisagem por meio da destruição quase total de duas vilas, guardando, assim, o que aquela destruição representa.

Tanto o subdistrito de Bento Rodrigues quanto Paracatu de Baixo tiveram uma pequena parcela de suas edificações resguardada do impacto direto da lama. Observa-se que em Bento Rodrigues, a capela de Nossa Senhora das Mercês permaneceu intacta por estar localizada em uma área topográfica mais elevada da comunidade. A capela é datada do século XVII e já possuía tombamento municipal e estadual desde 2016³⁴. Por outro lado, a capela

³⁴ A igreja de Nossa Senhora das Mercês é do século XVIII e resistiu ao rompimento da Barragem do Fundão, em 2015, por estar localizada em um plano mais alto do distrito. A edificação é um belo exemplar da arquitetura colonial, rica em detalhes, tanto na sua fachada autêntica e preservada, quanto também no seu interior, ornado com detalhes em madeira entalhada e policromada. O seu piso em pedra lavrada, cantaria, se destaca pela originalidade. Com a aprovação do dossiê de tombamento pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep), presidido pelo secretário de Estado da Cultura, Ângelo Oswald, o templo passa a contar com a proteção da instituição estadual e será alvo de outras salvaguardas por parte do governo de Minas. Fonte: Prefeitura de Mariana. Disponível em: <http://mariana.mg.gov.br/noticia/4829/igreja-de-bento-rodrigues-e-tombada-pelo-ipeha-de-minas-gerais>. Acesso em: 1 Set. 2019.

de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo, não possuía nenhum tipo de salvaguarda anterior ao rompimento da barragem, sob o ponto de vista histórico-cultural. E, após a passagem da lama de rejeitos, recebeu o tombamento provisório considerando o território em que está inscrita, como também o tombamento específico do templo, conforme levantado a partir da análise das atas da reunião do COMPAT.

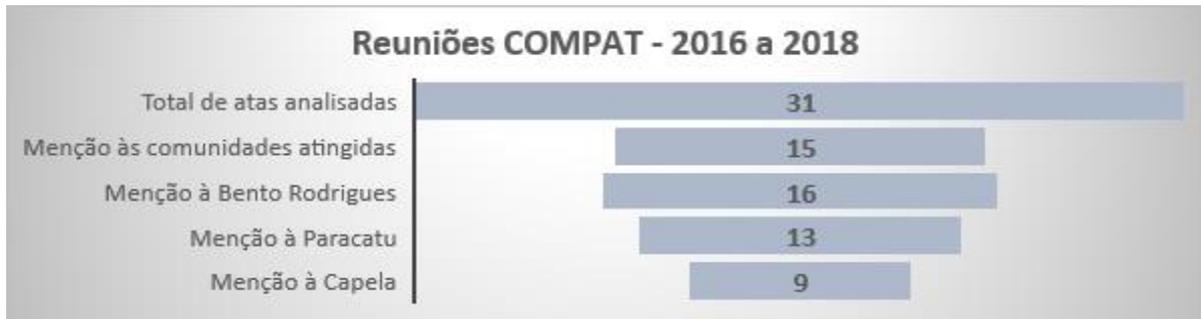
Para compreender o processo de tombamento e as discussões acerca da capela de Santo Antônio foram levantadas e analisadas 31 atas³⁵ do COMPAT, considerando o período de novembro de 2015 até dezembro 2018. Esta amostra permitiu verificar como o contexto do rompimento da barragem e os debates acerca do patrimônio cultural material e imaterial foram conduzidos por esse grupo, com ênfase para o contexto da localidade de Paracatu de Baixo e da capela de Santo Antônio.

A análise de conteúdo subsidiou a identificação das ocorrências de discussões em torno da capela em Paracatu, bem como o aprofundamento e o entendimento do contexto em que os debates se deram. A análise proposta por esse método buscou extrapolar, justamente, aquilo que está descrito no texto, proporcionando “uma leitura de contexto e das circunstâncias em que a mensagem foi feita” (CHIZZOTTI, 2014, p.115), além de propiciar uma leitura daquilo que não se manifestou claramente ou que está de certa forma encoberto no texto.

Embora as atas analisadas perpassem duas gestões do COMPAT (2015/2017 e 2017/2019), observam-se poucas mudanças em relação aos representantes natos, eletivos e convidados, mantendo-se, assim, uma linearidade da condução interpretativa e decisória do conselho. A frequência dos encontros do grupo que, conforme regimento, ocorrem mensalmente, teve momentos oscilação desta frequência, justamente nos últimos meses de 2015. Acredita-se que em função da própria dinâmica do município, alterada após rompimento da barragem, visto que vários conselheiros que também fazem parte do poder público poderiam estar envolvidos nas demandas emergenciais das famílias atingidas que o rompimento da barragem provocou. Outro momento em que há uma paralização de dois meses na dinâmica dos encontros do Conselho foi no início de 2017, considerando a nova formação do grupo e a finalização do período da gestão anterior.

³⁵ As atas do COMPAT estão disponíveis no site oficial do Conselho. Disponível em: <https://www.compat.info/atas>. Acesso em: 04 Mar.2018.

Figura 21 - Gráfico síntese - Análise reuniões COMPAT. Agosto/2019



Fonte: Elaboração própria

O gráfico síntese apresenta números gerais das 31 atas de reuniões analisadas. Deste total, 15 reuniões trazem, de alguma forma, o contexto do rompimento da barragem de Fundão. Pode-se notar um equilíbrio das discussões em torno do processo de tombamento e discussões sobre Bento Rodrigue e Paracatu de Baixo, sendo que em 9 reuniões foram tratados assuntos relacionados especificamente à Capela de Santo Antônio.

Atualmente, a área atingida pela lama no subdistrito de Paracatu de Baixo se insere em uma área delimitada pelo COMPAT que possui tombamento³⁶ provisório. A capela de Santo Antônio, no entanto, já é um bem tombado municipalmente por esse Conselho em caráter definitivo, desde abril de 2016. A condição de bem tombado faz com que o templo esteja protegido pelo Conselho, que deverá deliberar sobre qualquer intervenção na Capela e nas demais áreas ainda alvo de tombamento definitivo.

A despeito das discussões envolvendo as comunidades atingidas, um dado identificado a partir da leitura das atas revela importantes ausências no debate e na tomada de decisão acerca do tombamento dos territórios atingidos. Em apenas duas reuniões ordinárias do COMPAT, contou-se com a presença de representantes dos atingidos, sendo esses apenas da comunidade de Bento Rodrigues. Em nenhum dos encontros do Conselho houve presença de representantes da comunidade de Paracatu de Baixo, nem mesmo na

³⁶ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN define tombamento como: “instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. [...] De acordo com o Decreto, o Patrimônio Cultural é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana [...]. Para ser tombado, o bem passa por um processo administrativo que analisa sua importância em âmbito nacional e, posteriormente, o bem é inscrito em um ou mais Livros do Tombo.” Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 17 Jan. 2018.

reunião na qual deliberou-se pelo tombamento definitivo da capela de Santo Antônio, dando a esse templo todas as prerrogativas de um bem salvaguardado, porém sem o devido envolvimento e escuta daqueles que o utilizavam antes do rompimento.

Os antigos moradores da região, que deveriam ser considerados os principais interessados e os agentes a serem envolvidos e ouvidos nesse processo de discussão e tomada de decisão em relação ao uso e destinação da capela, não estiveram presente ou não foram devidamente envolvidos no espaço institucional em que as tomadas de decisões ocorreram. Esse fato traz à tona a reflexão acerca do processo de participação e das ausências que promovem o silenciamento de algumas vozes. O sentido que buscou ser dado ao processo de patrimonialização da capela, foi dado a partir dos valores que os agentes de poder – neste caso, os membros do COMPAT – designaram ao templo, conforme apresentado por membro do Conselho:

O valor da igreja agora está em duas questões. A minha relação com a Igreja é nesse sentido, da proteção, da defesa da memória, passando pela comunidade. Mas a proteção e a defesa da memória têm pelo menos duas vertentes ou consequências diretas: uma é a significância dela para a comunidade, a implicação dela, o fato dela permanecer dentro naquele local, a igreja ser um local de encontro. Mas ela tem também uma outra importância que é fundamental, ela representa um marco da tragédia que aconteceu em 05 de novembro de 2015. Ela extrapola o valor dela pra comunidade. Eu diria que essa igreja tem um valor por ser um hoje um prédio que permanece em pé, mas com as marcas muito claras da lama. Ela tem um valor que ultrapassa o interesse da comunidade, o interesse da comunidade Mariana, o interesse da comunidade de Minas Gerais, até mesmo o interesse da comunidade Brasileira. Porque ela guarda um pouco da dimensão da tragédia. (Membro do COMPAT, 2018)

As novas paisagens existentes nos territórios atingidos passam a retratar não apenas a passagem da lama e seus impactos físicos catastróficos. Também fazem emergir a condição de negligência em que os processos produtivos podem estar pautados, deixando em risco aqueles que estão próximos às atividades de mineração. Nesse aspecto, ainda que os interesses da comunidade atingida estejam mediados pelo Conselho, o valor principal atribuído à capela está relacionado ao acontecimento, à passagem da lama, às marcas deixadas por ela nesse templo, à dimensão representada por ela após o rompimento.

Com base nessas análises, pode se afirmar que o processo de constituição desse patrimônio não foi espontâneo, a partir daqueles que utilizavam o espaço: os antigos moradores de Paracatu de Baixo. Ele teve uma finalidade específica e um sentido proposto e designado pelos os agentes de poder, a partir de como passaram, pós-acontecimento, a perceber aquela capela.

Contudo, destaca-se a fala do membro do COMPAT que apresenta o templo enquanto um “elemento importante para a sobrevivência desse povo enquanto comunidade. Um símbolo, um fator de coesão [...] a ideia do tombamento é exatamente preservar a memória, os valores daquela comunidade que ali existiam” (Membro do COMPAT, 2018). A partir da fala, pode-se dizer que o tombamento da capela também está relacionado à sua importância para a comunidade atingida. No entanto, há aqui uma contradição. Enquanto no discurso o Conselho reconhece o significado da Capela para a população de Paracatu, na prática não buscou mecanismos que pudessem equilibrar as vozes e os sentidos a serem atribuídos ao processo de tombamento do templo.

A ausência do envolvimento da comunidade nas discussões, se repete em outras instâncias, considerando os demais agentes envolvidos no processo de reparação, conforme apresentado pelo próprio Conselho ao relatar processo conduzido pela Fundação Renova:

O que eu vi a partir da Renova em relação a capela de Santo Antônio em Paracatu foi no sentido contrário (do envolvimento da comunidade). A Renova contratou uma empresa, fez um projeto, já trouxe tudo pronto [...] as pessoas mais interessadas foram alijadas do processo, [...] em tese, o Conselho poderia aprovar um projeto que não tivesse relação com a comunidade, entretanto não é essa a ideia do Conselho. (Membro do COMPAT, 2018)

Percebe-se, na fala, a preocupação do Conselho com o envolvimento da comunidade atingida. Porém, um exemplo claro e caro para a comunidade de que os interesses e sentidos foram conflitantes está relacionado à retomada da utilização da capela. Ainda que o seu entorno seja um cenário de devastação, o templo teve seu estado estrutural preservado, sendo possível reutilizá-lo. Para tal, seria preciso torná-lo apto para o uso.

Figura 22 – Capela de Santo Antônio e seu entorno pós rompimento



Fonte: MPMG

Enquanto bem tombado municipalmente, a discussão precisaria perpassar o COMPAT, considerando a análise e a liberação de quaisquer intervenções a serem realizadas. Dentre as intervenções de limpeza interna, iluminação, água e esgotamento, esteve em pauta a limpeza das marcas da lama da capela, sendo decidida a permanência da lama em suas paredes. Conforme informação de um dos seus membros, o COMPAT ouviu rapidamente alguns atingidos sobre a reabertura e reutilização da capela. A escuta revelou que “a vontade da comunidade era de lavar a capela inteira, porque eles queriam voltar a usar. E na cabeça deles, e com certeza deve ter fundamento, a poeira suspensa dentro do templo seria prejudicial ao uso da Igreja” (Membro do COMPAT, 2018).

Todavia, o Conselho trouxe a reflexão sobre o que essa limpeza provocaria: “O desaparecimento da marca da tragédia que dizimou o local que eles moravam” (*Idem*). Para o Conselho de Patrimônio, a limpeza das paredes poderia fazer parecer que ali nunca havia acontecido nada. Diante de tais ponderações, e após a reflexão de um grupo específico, “Eles mesmos acharam que realmente não se devia limpar a capela, pelo menos não pra o uso temporário” (*Idem*). A partir da discussão e da reflexão promovidas por um agente político e de poder, que atribui ali valores específicos, definiu-se, ainda que temporariamente, qual memória estava sendo mantida. A análise desse episódio demonstra, como propõe Castriota, “[...] que se considera patrimônio cultural de um povo não vai ser algo dado, mas sempre o produto de uma escolha” (CASTRIOTA, 2009, p.43). Uma escolha foi feita, ancorada em aspectos políticos e representativos. A constatação do patrimônio cultural enquanto um campo eminentemente político é trazida por Menezes (2009) que propõe que o “campo de valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É antes, uma arena de conflito, de confronto – de avaliação, valoração” (p.38). Nesse aspecto, haverá valores conflitantes, ou até mesmo que irão se sobrepor.

Em entrevista concedida por membro da comunidade de Paracatu, que participou da construção da capela e que faz parte da comunidade eclesial, fica evidenciado a importância de o templo ter resistido: “Fiquei com medo daquela igreja cair, ficaria ruim demais pra nós. Por dentro ela está limpinha, é só por fora que ela está com barro [...]. A gente podia refazer a mesma igreja, fazer até a nossa casa no mesmo lugar. A gente não esquece dessa igreja não.” (Membro da comunidade Paracatu de Baixo, 2019). E, sobre a manutenção das marcas da lama, o entendimento do ex-morador é pela retirada:

Eu acho que tinha que limpar. Não tem nenhuma trinca nela. Todo mundo que quer usar nossa igreja, limpa. Ela representa a comunidade. As pessoas viviam ali em volta. [...] Não sei quem tomou a decisão. Mas acho que é difícil continuar falando pra não limpar. Todo mundo interessa que ela seja limpa. Queria ela limpinhazinha, pra nos usarmos todo domingo na nossa conferência de São Vicente [...]

Há, nessa discussão, um agenciamento de sentido, que busca tornar aquele templo marcado como um dos símbolos de uma tragédia: “Os valores atribuídos às coisas e lugares que vão dar-lhes significado e transformá-los em patrimônio.” (CASTRIOTA, 2009, p.43). Muito embora, a partir das falas do COMPAT, é possível observar a tentativa de equilibrar os anseios e os desejos da comunidade. As políticas de patrimônio irão sempre trabalhar com a “dialética lembrar-esquecer” nas quais, “para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimentos de outros, iluminam-se certos aspectos da história [...]” (CASTRIOTA, 2009, p.43).

Nessa perspectiva, o uso desse bem cultural, após o processo de tombamento da capela, transcende a comunidade de Paracatu. Essa situação já é percebida pela própria comunidade, conforme fala de entrevistado: “Hoje ela é protegida, tem visita lá toda semana. Há poucos dias eu estava lá com uma turma de Belo Horizonte e de São Paulo.” (Membro da comunidade de Paracatu de Baixo, 2018). O interesse da sociedade pela capela não está ligado à memória do seu uso anterior, mas à sua representação simbólica. Diferente do sentido dado pela comunidade: “[...] Antes do barro passar lá, era outra coisa. Todo sábado o pessoal juntava lá, tinha reza, agora não tem nada disso. Agora a gente só faz as festas. Antes, tinha reza todos os dias na igreja, lá ficava cheio de gente de todo lugar” (*Idem*). Na temporalidade anterior ao rompimento, a capela de Santo Antônio estava no cotidiano da comunidade. Hoje, com todo o desmantelamento sofrido e a possibilidade de reuso, representa um local de coesão, reencontro de manutenção de vínculos, ainda que em momentos específicos, relacionados às manifestações religiosas.

Figura 23 – Cotidiano do entorno da capela antes do rompimento da barragem



Fonte: Luzia Queiroz

Figura 24 - Entorno da Capela em data festiva antes do rompimento da barragem



Fonte: Luzia Queiroz

Percebe-se uma diferença nos valores que estão atribuídos à capela: uma disputa de sentidos relacionada àquilo que ela representa para a comunidade do seu entorno e para a sociedade em geral. Interessante, ainda, avaliar a perspectiva do tombamento de um território praticamente destruído: parece ser uma relação dicotômica quando se pensa no objetivo de tornar algo ou um bem em patrimônio. A preservação, neste caso, ultrapassa as barreiras da

preservação física e está relacionada a conservação da memória de um fato ocorrido, já que existem apenas escombros das edificações existentes no entorno da capela. Especificamente no caso da capela em Paracatu, é fundamental considerar que a preservação do templo perpassa, também, o seu uso. Daí a importância do envolvimento da comunidade. Ainda que o templo possa representar uma memória ampliada de uma tragédia para a sociedade, a capela acontece quando as pessoas nela estão: são as experiências e as memórias também da comunidade atingida que continuarão atribuindo valor ao bem, assim como o seu uso pode continuar viabilizando sua conservação e preservação física. Machado (2009) reforça que “o tombamento não representa o congelamento do bem cultural”, ele deve permanecer “em um permanente diálogo entre o tempo e o espaço” para que as pessoas que o utilizam continuem “construindo ali sua história” (p.54).

Figura 25 - Tapumes entorno da Capela de Santo Antônio. Festa do Menino Jesus. Setembro/2017



Fonte: Acervo Cleber Ribeiro

As imagens demonstram a continuidade das manifestações religiosas da comunidade de Paracatu. As celebrações são realizadas no templo, após intervenções básicas necessárias para a retomada do uso, que seguiram as orientações do COMPAT. Destaca-se a instalação de biombos no interior do templo (Figuras 26 e 27), como forma de preservação das marcas proveniente do rejeito, bem como para tornar menor o contato das pessoas com a poeira aspergida. Mais uma vez, percebe-se a preocupação e a atuação do Conselho de Patrimônio para a viabilização da continuidade do uso pela comunidade, guardando e

preservando a memória do acontecimento. Esse entendimento também é exposto pelo COMPAT quando indagado sobre o uso futuro da capela:

A tendência no futuro em termos de reuso, é que ela não seja mais usada como foi antes, mas que ela seja usada em ocasiões especiais nas festas e velórios e num cenário que preservaria a imagem, a representação gráfica do que foi o rompimento da barragem. Mas isso vai depender da comunidade, se a comunidade disser que essa situação faz mal para ela, que se sentem angustiados, a tendência do Conselho será respeitar, embora acredite que isso não irá acontecer. (Membro do COMPAT, 2018)

Figura 26 – Detalhe da estrutura de biombos no interior Capela. Data: Setembro/ 2018



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 27 - Biombos no interior da Capela. Setembro/2018



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Nessa discussão, identifica-se uma miscelânea de desejos e expectativas em relação ao uso atual e futuro da capela. Existem vários atores nessa discussão, cujos valores, expectativas e interesses atribuídos ao bem são específicos e que podem ser divergentes. Alguns deles seguem identificados³⁷:

- a. O Conselho de Patrimônio: que precisa, legalmente, zelar pela salvaguarda do bem, enquanto órgão fiscalizar e orientador;
- b. A comunidade: que não pode ser definida como um único ator, pela diversidade de anseios e vozes existente numa coletividade;
- c. A Arquidiocese de Mariana: proprietária da edificação e, por isso, aquela que legalmente responde pelo bem;
- d. O Ministério Público: que defende os interesses coletivos, porém possui ramificações que irão focar em temas específicos, como Direitos Humanos, Patrimônio Cultural e Meio Ambiente;

³⁷ Este estudo aprofundou o entendimento e funcionamento do COMPAT buscando compreender a inserção da comunidade atingida de Paracatu nas discussões. Esta escolha se deu pelo Conselho ser órgão que congrega várias outras instituições, por meio de seus representantes, sejam eles membros natos, eletivos ou convidados. Contudo, cada uma das instituições ou grupos identificados mereceria estudo aprofundando considerando suas questões, anseios e interesses específicos.

- e. As empresas causadoras dos danos enquanto parte desse processo cujos interesses seguem pautados na perspectiva econômica;
- f. E a Fundação Renova, executora do processo de reparação que é regida por uma governança complexa que envolve tanto outros atores, atuando em um contexto em que dificilmente se conseguirá consenso nas soluções propostas num processo de reparação complexo, político e com situações irreversíveis.

Todos esses agentes ocupam lugares de poder no campo do patrimônio, muitas vezes, distantes da realidade de uma comunidade. O patrimônio é constituído por um campo de forças entre agentes especializados e não especializados, que possuem legitimidade perante o tema (TAMASO, 2007).

É interessante atentar como o processo de patrimonialização altera a condição da comunidade de Paracatu enquanto mantenedora da capela. Pode-se dizer que não perderam a capela com a passagem da lama, mas perderam o domínio e as decisões acerca do seu uso, uma vez que a partir do tombamento, qualquer intervenção precisará passar pela análise do Conselho, órgão responsável por sua proteção³⁸. Tanto para o COMPAT quanto para o entrevistado da comunidade, a população é “dona” da capela: “A capela pertence a comunidade. O padre não fala nada não” (Membro da comunidade de Paracatu de Baixo, 2019). Entretanto, sabe-se que, enquanto proprietária, que teve danos materiais (considerando seus bens móveis, as peças sacras e artísticas, e imóveis, as edificações), caberá à Arquidiocese as definições técnicas pertinentes ao restauro da capela, acredita-se que de forma dialogada com o COMPAT.

Ainda que o título de bem tombado não mude a situação de propriedade, é preciso manter as orientações do órgão responsável pelo tombamento. No entanto, como fala do próprio COMPAT, a Arquidiocese tem se mantido em silêncio em relação ao processo. Contudo, o interesse do Conselho, conforme demonstrado durante a entrevista, é pelo envolvimento da comunidade nas tomadas de decisões, uma vez que “é a comunidade que mantém o templo, não do ponto de vista físico, mas ela que matem o prédio com o significado de templo” (Membro do COMPAT, 2018).

³⁸ Machado (2009) apresenta como efeito do tombamento que “o bem cultural tombado não poderá ser demolido, destruído ou mutilado, nem nele colocado anúncio ou cartazes; toda e qualquer intervenção sobre ele deverá ser aprovado e ter sua obra fiscalizada pelo órgão de proteção responsável por seu tombamento (2009, p.54).

Resta, agora, para os anos que seguem, considerando o longo processo de reparação pelo quais a comunidade de Paracatu de Baixo ainda passará, saber se o envolvimento das famílias e as vozes da comunidade, de fato, serão ouvidas e terão participação efetiva nos processos decisórios, considerando que outros processos de tombamento podem ser realizados nas esferas estadual e nacional. Nesse aspecto, sabe-se que nem sempre a patrimonialização têm a ver com a preservação de uma identidade (PEIXOTO, 2004). Corre-se o risco de que o sentido atribuído pelas agências de poder (em suas diversas esferas) se mantenha e se sobreponha àqueles sentidos iniciais apresentados pela comunidade, considerando-se que “as narrativas de construção dos acervos patrimoniais fundamentam-se na produção de sistemas simbólicos que atuam como instrumentos de comunicação, divulgando valores e atribuindo sentido ao mundo social (BOURDIER, 2005 *apud* CLIMACO, 2011, p. 92).

Dessa forma, as famílias atingidas de Paracatu de Baixo podem se manter submetidas aos valores de uma elite cultural dominante, formadora de opinião, prevalecendo dimensões (que são importantes que se façam presente) da resistência, da luta política e por direitos, mas que não deveriam sobrepor ao sentido que, genuinamente, a comunidade buscará dar para seu templo, seu lugar.

3. A capela como patrimônio cultural: sentidos emergentes a partir do grupo focal

Com o objetivo de aprofundar os sentidos em torno da capela de Santo Antônio de Paracatu de Baixo, o seu processo de patrimonização e o próprio entendimento sobre o conceito de patrimônio, realizou-se, enquanto técnica de coleta de dados, um grupo focal³⁹. Com origem na sociologia, a técnica é um tipo de entrevista em profundidade feita pelo pesquisador de forma coletiva, permitindo, por meio da interação dos participantes, “explicar como as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou um evento” (FREITAS; OLIVEIRA, 2010, p. 326), bem como analisar “o sentido dos valores, dos princípios e motivações que regem o julgamento e a percepção das pessoas” (COSTA, 2011, p.180).

Buscou-se, para esse estudo, a formação de um grupo com vozes diversas para proporcionar uma composição variada de olhares para a realidade observada. Conforme (GASKELL, 2013), o grupo focal não é formado a partir de uma amostragem probabilística, mas, é a reunião de pessoas convidadas pelo pesquisador, capazes de proporcionar um espectro de pontos de vistas variados a partir de sua realidade particular. De tal modo, “a finalidade da pesquisa qualitativa não é contar as pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes opiniões sobre o assunto em questão” (*Ibidem*, p. 65).

O grupo foi composto por oito pessoas, na faixa de idade entre 21 a 46 anos, com atuações e formações variadas: profissionais da educação e saúde pública, da iniciativa privada e estudantes universitários. Os participantes eram provenientes das cidades de Mariana, Belo Horizonte, Santa Bárbara e Barão de Cocais. Alguns deles têm relação direta com os impactos do rompimento da barragem da Samarco, enquanto moradores ou profissionais que trabalhavam em Paracatu de Baixo antes de rompimento; profissionais que atuaram ou atuam junto às famílias e, os demais participantes, sem vínculos diretos com o acontecimento, porém que passaram por certa afetação a partir desse fato devido sua amplitude. Conforme apresenta Gaskell (2013), “o debate realizado por um grupo, por meio da entrevista qualitativa, irá proporcionar a compressão de como os atores sociais se relacionam em uma determinada situação, a partir das crenças das pessoas em contextos

³⁹ O grupo focal foi realizado no dia 25 de setembro de 2019, às 18h, nas dependências do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto (ICSA/UFOP), no prédio do Programa de Pós-Graduação em Comunicação localizado na cidade de Mariana/MG.

sociais específicos” (p. 64). Daí a relevância de um grupo heterogêneo, capaz de provocar reflexões a partir de diferentes experiências.

A condução do grupo foi planejada para conter três momentos: 1) discussão sobre o significado de patrimônio cultural; 2) discussão sobre duas imagens da capela de Santo Antônio em diferentes temporalidades; e 3) percepção dos participantes sobre a capela enquanto um patrimônio cultural, que serão detalhadas e analisadas mais adiante, a partir das percepções que emergiram no grupo. Enquanto condução do método, buscou-se o mínimo de interferência possível junto aos participantes. Optou-se por projetar⁴⁰ as perguntas norteadoras⁴¹, bem como as imagens – pontos chave para realização da técnica – enquanto dispositivos capazes de provocar reflexões, evocar interpretações e sentidos particulares. “O sentido nada mais é do que uma forma complexa da consciência: não existe em si, mas possui um objeto de referência. Sentido é a consciência de que existe uma relação entre as experiências” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 15). A fruição, a partir da imagem, será sempre particularizada, singular e vista de maneira específica por cada sujeito que se colocar diante dela, provocando, então, sentidos diversos. Por isso, a estratégia adotada pela contemplação das imagens de forma silenciosa, individual, para posterior debate entre grupo. Embora a análise de imagens não tenha sido foco nesse estudo, esse método, de certa forma, subsidiou várias reflexões sobre a capela, desde seu resgate histórico e seu contexto antes do rompimento até as imagens atuais do templo com as marcas – visíveis e invisíveis – que ela carrega. Dessa maneira, alguns autores do campo das imagens estiveram presentes ao longo desse estudo, mais intensamente neste último capítulo, compreendendo as imagens enquanto processos comunicacionais, logo, produtoras de sentido.

Não houve nenhum tipo de intercorrência na condução e realização dos debates. As discussões ocorreram de forma natural no grupo, sem necessidade de intervenções para retomada dos temas propostos, inclusive com interações entre os participantes, que destacaram a importância de conhecer outros pontos de vistas, capazes de levar a novas reflexões sobre o tema.

⁴⁰ A projeção visual feita por meio de *datashow*.

⁴¹ Perguntas norteadoras utilizadas no grupo focal: O que significa patrimônio cultural?; Qual dos momentos da capela representa um patrimônio cultural? e Quem define o que é patrimônio cultural?
A apresentação utilizada durante grupo focal está disponível nos *Apêndices* da dissertação, página 97.

3.1 O patrimônio em foco: a noção de patrimônio cultural

A primeira questão norteadora levada ao grupo foi relacionada à compreensão do conceito de patrimônio cultural. O grupo trouxe, de forma coesa e com clareza, o entendimento de patrimônio cultural abarcando bens tangíveis e intangíveis: “É tudo aquilo que precisa ser preservado, tanto material quanto imaterial” (G. C. P.)⁴²; e trouxe exemplos: “Não só objetos ou espaços, mas o patrimônio cultural pode ser mensurado também em atividades da comunidade, tradições de uma população e um território” (S. O. G); são as “riquezas e valores de uma comunidade” (V. R. V.).

Castriota (2009) afirma que, ao falar sobre patrimônio, fala-se “sempre de um sujeito coletivo” (p. 42). A necessidade de uma coletividade para a definição do patrimônio surgiu de forma destacada. Todos os integrantes relacionaram o patrimônio a algo de importância para um grupo social, aquilo que representa e tem valor para uma comunidade. Quando convidados a escrever uma palavra que evocaria o sentido de patrimônio cultural, o grupo apresentou o seguinte conjunto⁴³:

Figura 28 - Nuvem de palavras que define o termo patrimônio cultural para os integrantes do grupo focal



Fonte: Elaboração própria

⁴² Para identificação dos participantes do grupo focal, optou-se por indicar suas iniciais, conforme informado na *Introdução* desse trabalho.

⁴³ Foi utilizado o recurso de “nuvem de palavras” para apresentação dos termos apresentados pelo grupo focal. As palavras com mais incidências são apresentadas em maior destaque/tamanho.

A palavra “tradição” foi a única a se repetir no grupo quando questionados sobre o significado do patrimônio cultural, reforçando o aspecto imaterial existente nesse campo. Já os termos “conjunto” e “humanidade” foram utilizados e explicados pelos participantes a partir de um mesmo contexto, do qual trazem a importância da ação do homem para gerar valor para um bem ou costume, conforme propõe Menezes (2009): “o patrimônio é antes de mais nada um fato social” (p.33). Daí, a centralidade do agir humano, considerado ação dotada de valor histórico, social e cultural. Esses aspectos vão ao encontro da conjectura de Rodrigues (2009):

No caso do patrimônio cultural, a participação da população é ainda mais essencial, uma vez que ela é a produtora e a beneficiária dos bens culturais. Como efetiva construtora do patrimônio cultural, ninguém mais do que ela representa legitimidade para designar o valor que justifique a preservação de determinado bem, o qual não precisa ser artístico, arquitetônico ou histórico, mas também estético ou simplesmente afetivo (RODRIGUES, 2009, p.31).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que produz, seria ela, a população, capaz e responsável por identificar valores e de defender a importância da preservação de um determinado bem ou saber. Menezes (2009) também defende a necessidade de se privilegiar a perspectiva daquele que faz uso do bem ou do local de valor simbólico. Esses usuários, para o autor, são produtores do valor em causa, detentores do direito e da gratificação da fruição.

A palavra “preservação” apareceu de forma recorrente no debate, principalmente quando o grupo foi questionado sobre o porquê do ato da preservação e qual o seria o prejuízo da perda de algo considerado patrimônio cultural. A indagação provocou ponderações do grupo, que apresentou alguns argumentos: “Não se pode apagar o que é patrimônio, é um apagamento do passado” (M.C); “Tornar patrimônio seria garantir que o conhecimento seja passado pra frente, para não deixar de existir” (R. F. T. S.); “Talvez seja para algo não deixar de existir, que se torna um patrimônio” (S. G). Por meio dessas falas é possível compreender o receio da perda como um importante elemento para preservação legal de bens.

Conforme Pataro (2018), “a perda de elementos culturais revestidos do valor simbólico de reflexo das coletividades está entre as principais justificativas para a preservação de práticas pretéritas” (p.92). Ou seja, o risco do apagamento de algo imbuído de valores culturais, identificados por uma coletividade, levaria ao reconhecimento enquanto patrimônio cultural, proporcionando assim mecanismos de preservações legais para evitar o

seu esquecimento. Entretanto, é preciso destacar que, mesmo que reconhecido por uma coletividade, são os agentes do poder simbólico, ou seja, as instâncias legais para o reconhecimento e a classificação de um patrimônio, que detêm o poder de, formalmente e legalmente, conduzir os processos de tombamentos e registros, assim definindo quais bens tornam-se oficialmente patrimônios. São as práticas e as políticas exercidas pelos agentes do patrimônio que realizam o trabalho da dominação simbólica (TAMASO, 2007).

O reconhecimento de um patrimônio cultural pode partir da comunidade, mas a definição e a formalização de um bem a ser salvaguardado segue “enraizado nas concepções dos atores sociais responsáveis pela patrimonialização”, conforme afirma Pataro (2018, p. 94). Os integrantes do grupo focal trouxeram essa dimensão: “De início é a comunidade que identifica que algo é patrimônio. Mas aí envolve a questão política e até mesmo judicial, envolve a justiça quando tem que haver o tombamento de algum patrimônio” (J. F.). Independente do conhecimento técnico e especializado sobre o processo de tombamento ou institucionalização de um patrimônio, o grupo destacou a limitação da atuação da comunidade nesse processo. Para o grupo, a comunidade reconhece e, ao mesmo tempo, atribui valor. Porém, a decisão sobre oficializar ou não esse valor está em um campo em que ainda não se veem participantes. Menezes (2009) defende que o valor cultural é constituído de uma somatória de valores que perpassam por valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos, e que “tais componentes não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições hierárquicas diversas, transformações, conflitos” (*Ibidem*, p. 35).

Assim, a superposição de valores pode ocorrer, e os bens patrimoniais podem ser definidos a partir de valores, muitas vezes arbitrários, a partir daquilo que os integrantes das instituições oficiais e formais elaboram enquanto passíveis para se tornarem formalmente patrimônios culturais.

3.2 As imagens da capela de Santo Antônio

Duas imagens da capela foram expostas ao grupo. Os integrantes foram convidados a expressar, em uma palavra, os sentimentos que surgiram a partir da visualização

de cada uma das imagens⁴⁴. A leitura dessas imagens, os sentidos contidos nelas e a afetação provocada eram aspectos que se buscava aprofundar. Importante trazer aqui a dimensão e o alcance da potência do afetar. O afeto, no sentido de sensibilizar-se a partir de algo, possibilitando diversas sensações e impressões, “tornar-se curioso para ver para onde elas levarão nossos corpos e nossos pensamentos” (MORICEAU; MENDONÇA, 2016, p. 81). Não houve qualquer direcionamento ou discussão inicial, apenas a contemplação das imagens, apresentadas separadamente. Em sequência, cada integrante teve seu tempo respeitado para refletir e registrar uma palavra que lhe ocorresse ao observar a capela em temporalidades distintas.

Figura 29 - Imagens apresentadas durante grupo focal. Capela antes e depois do rompimento da barragem.



Foto à esquerda foi cedida pela comunidade e foto à direita. Acervo Fundação Renova

Os integrantes do grupo avaliaram, em um primeiro momento, a capela sem lama, conforme imagem à esquerda, em momento festivo daquela comunidade. Alguns participantes identificaram o momento representado na imagem enquanto uma apresentação de Congado que costumava a ocorrer durante as celebrações em homenagem ao “Menino Jesus” no mês de setembro. Os seguintes termos foram expressados pelo grupo quando levados a descrever a imagem da capela antes da passagem dos rejeitos:

⁴⁴ Os participantes registraram de forma individualizada, em silêncio, uma palavra que representava cada uma das imagens para posterior debate.

Figura 30 - Nuvem de palavras: sentimentos acerca da imagem antes do rompimento



Fonte: Elaboração própria

Os termos trazidos pelo grupo ao descreverem a capela antes da lama provocaram o acionamento da memória dos participantes para momentos vivenciados por eles, ainda que locais diferentes da imagem apresentada, uma vez que muitos deles se quer conheciam aquela capela. A foto provocou, em quase todos os presentes, o olhar para seu próprio passado, locais e momentos de afetividade, proporcionando uma variedade de significações. Reforçando, conforme propõe Moriceu e Mendonça (2016) que “o sentido não é algo dado, materializado, é resultado da potência do afetar” (p. 87), sendo assim da ordem do sujeito. Ocorreram, inclusive, falas emocionadas sobre algumas experiências vividas a partir da bagagem afetiva e da memória trazidas pelos participantes. A experiência estará ligada as emoções, não há como dissociá-las, assim como como as emoções ligam-se e dão sentido aos acontecimentos, conforme propõe Dewey (2010).

A primeira imagem da capela apresentada ao grupo carrega a memória de uma temporalidade anterior à passagem da lama. Em um passado no qual, possivelmente, não estava clara a relação da localidade de Paracatu de Baixo ao contexto de uma mineração de exploração de ferro ou sob riscos que tal atividade poderia acarretar, uma vez que o subdistrito se localiza acerca de 55 quilômetros⁴⁵ da estrutura que se colapsou. A memória se faz amplamente contida nesse objeto simbólico e nas imagens que ele retrata, como expressam Locatelli e Varela (2017) que propõe que “a estética está diretamente ligada à

⁴⁵ Distância de referência apresentada a partir da ferramenta – *Google Earth*

memória, na medida em que só é possível memorizar quando sou atingido pelos sentidos que me inscrevem na realidade e nas sensações que absorvo” (p. 13).

O grupo, ao analisar a imagem e detalhar o motivo da escolha das palavras para defini-la, destacou a importância daquele templo enquanto objeto simbólico. Porém, em praticamente todas as falas, o destaque foi para os sujeitos que ali estavam. Dessa forma, reforçaram que aquele espaço só tem sentido pelos fatos sociais, pelas memórias e pelos acontecimentos que ali se deram, a partir da união, da cultura, da história, da crença, dos festejos realizados pelas pessoas que vivenciaram ou vivenciam aquele espaço (MENEZES, 2009).

A segunda imagem apresentada provocou um acionamento mais ampliado de significados. Ancora-se aqui na compreensão da imagem enquanto um objeto estético⁴⁶, capaz de refletir sobre as experiências estéticas possíveis que esse objeto pode remeter e proporcionar. A experiência estética se apresenta como a reação do sujeito frente a determinado objeto e/ou ação, em uma ou várias temporalidades. Para Dewey (2010), ela “é o desenvolvimento esclarecido e intensificado de traços que pertencem a toda experiência normalmente completa” (p. 125). É uma experiência entendida de fora para dentro, que ocorre a partir da interação do sujeito com o mundo. Leal, Guimarães e Mendonça (2010) apresentam a dimensão do sensível para a definição que propõem sobre experiência estética:

A experiência estética não se reduz à ontologia dos objetos e é guiada por uma dimensão relacional que toma lugar da ênfase comumente atribuída às propriedades imanentes do objeto, à situação ou ao evento que, em virtude da economia interna de seus procedimentos expressivos, convoca nossa sensibilidade para experimentá-lo e compreendê-lo. (LEAL, GUIMARÃES e MEDONÇA, 2010, p. 7)

Podendo a experiência estética ser interpretada enquanto uma consequência da afetação proporcionada em função de um objeto, o templo atingido em Paracatu de Baixo, como imagem que evidencia o rompimento da barragem, pode ser capaz de causar diversos tipos de afetação, conforme palavras e sentimentos destacados pelos integrantes do grupo focal:

⁴⁶ Importante resgatar o significado do termo estética que comumente é relacionado ao campo das artes, no entanto apresenta uma amplitude em sua utilização e significação. A palavra que vem do grego *aesthesis* que significa “sensível”, ou seja, remete à dimensão da sensibilidade, do relacional e, conseqüentemente, do sujeito.

Figura 31 - Nuvem de palavras: termos utilizados para descrever a imagem após do rompimento



Fonte: Elaboração própria

Da mesma forma, independente da vivência direta daquele espaço representado na imagem, como era situação de vários integrantes do grupo focal, a capela evocou sentimentos que remeteram às consequências do rompimento da barragem da Samarco. Para Barthes (1984), a recepção de uma determinada imagem passa por um processo de complexificação, uma vez que, diante de uma imagem, nunca se está apenas diante do seu referente, mas de uma junção do passado (que será sempre ressignificado) e das memórias que são projetadas pelo receptor que observa a imagem no presente. O que dialoga com a observação de Guimarães (2016) que apresenta que “a experiência estética ocorre em uma situação na qual o sujeito é levado a desenvolver uma compreensão pragmático-performativa do objeto que lhe é apresentado” (p. 14). Todos os integrantes do grupo focal foram afetados, de certa maneira por esse acontecimento. Seja pelo impacto direto sofrido pelos atingidos, seja por meio do suporte e apoio diretos às famílias atingidas, de forma voluntária ou por um vínculo de trabalho, ou por meio da mediação das informações desse fato por instituições e ou veículos de imprensa local, nacional e até mesmo mundial. A afetação não se dá apenas em quem experienciou aquele ambiente anteriormente, mas também nos sujeitos que são atravessados e continuam experienciando esse acontecimento, mediado de tantas formas possíveis, por grupos, instituições, pelos canais de comunicação ou tantas outras mediações possíveis.

A imagem que retrata as marcas e condições atuais da capela de Santo Antônio representam o presente de um acontecimento socioambiental catastrófico, que apenas se iniciou em novembro de 2015: o fato continua atravessando a realidade e a cotidianidade,

principalmente da comunidade de Paracatu de Baixo, que hoje, mesmo conseguindo fazer uso da capela, experiencia um espaço diferente. Na contemplação dessa imagem, o destaque foi o olhar para a capela enquanto um objeto simbólico, que traz consigo uma narrativa tão ampliada das diversas ausências que se fazem presentes. Os sujeitos contidos na imagem agora não são aqueles que a utilizavam para suas diversas finalidades sociais, mas pessoas trabalhando numa espécie de recuperação da parte física do templo, com suas novas marcas, que são físicas, mas também da ordem do sensível.

A imagem atual do templo, com seus rastros e vestígios, pode ser entendida enquanto dialética por ser capaz de “contrair presente, passado e futuro em momento singular” (LISSOVSKY, 2014, p. 7). Ela representa um testemunho do acontecimento socioambiental capaz de remeter a diversas temporalidades: o passado de uma comunidade que utilizava o templo; o presente que marca a ausência da população no seu território devastado pela passagem dos rejeitos; e as incertezas acerca das definições sobre o futuro.

Não seria possível trazer o aspecto do presente sem destacar a população que residia nesse local, que, apesar de atualmente estar distante da sua região de origem, continua retornando a ele para vivenciar seu objeto simbólico, no intuito de realizar suas manifestações culturais naquele espaço que permaneceu, mas certamente não é o mesmo. Conforme destacado pelo integrante do grupo focal que residia na localidade:

Temos uma história antes do dia 5 de novembro, depois desse dia é começar do zero, começamos uma nova história. O pessoal faz as festas em Paracatu mas não é a mesma coisa, o sentido não é o mesmo [...] estruturalmente é a mesma capela, mas o sentido é diferente para as pessoas. (A.S.)

Esse sentimento é expressado pela comunidade de Paracatu em diversos momentos, como no depoimento dado por uma moradora ao Jornal “A Sirene”⁴⁷:

As festas não são mais como antigamente, mas é muito importante voltar, porque é a nossa comunidade e queremos todo mundo unido. Antes, todos os anos, eu participava, ajudava a cozinhar. Quando estávamos indo na procissão, eu até comentei: “que saudade de quando tinha festa e a gente ficava até de tarde aqui.

⁴⁷ Sobre o Jornal “A Sirene”: “Produzido pelos próprios atingidos, o veículo está no epicentro da maior tragédia ambiental do Brasil e é mantido por um acordo entre os atingidos, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana. (...) Publicado desde fevereiro de 2016, o Jornal A Sirene produziu histórias grandiosas sobre os efeitos da tragédia na vida de centenas de famílias. São destaques o resgate de patrimônios soterrados pela lama em Bento Rodrigues e o preconceito vivido por atingidos que decidem clamar por seus direitos em uma cidade dividida pelos rumos da mineração. Com o apoio de grupos técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de assessorias direcionadas aos atingidos, movimentos sociais e coletivos, o Jornal A Sirene tem mais de 70 pessoas, entre organizadores e colaboradores.” Disponível em: < <http://jornalasirene.com.br/sobre>>. Acesso em 10 nov. 2019.

Depois, fomos para nossas casas, para, mais tarde, voltar. A gente ia para o bar do Carlinhos, da Tia Laura”. Hoje, acabou, temos que ir embora. (Jornal “A Sirene”, Set. 2019⁴⁸)

Os integrantes do grupo focal, ao detalharem as palavras “recomeço” e “restauração”, trouxeram a tônica de uma comunidade que luta pela manutenção das suas tradições e pela sua unidade, mesmo após todo desmantelamento provocado pela passagem da lama, ao continuarem utilizando esse templo, mesmo com toda destruição que o cerca, com todas as ausências e os novos sentimentos que agora se fazem presentes.

Ao falarem de “desamparo”, “tristeza”, “revolta” e “ganância”, reforçam os impactos dos processos de exploração humana com vistas ao acúmulo financeiro: “Qualquer relação pode acabar por conta da ganância do homem” (S. G). O ocorrido em Mariana deveria inaugurar uma nova concepção sobre controles de riscos, amplitude de impactos, prevenções, legislações, implantação de grandes empreendimentos.

As repercussões a partir desse fato, precisam fortalecer a reflexão sobre a atividade minerária para uma dimensão que vai além da operação de barragens, envolvendo todo o contexto sociocultural, econômico e ambiental aos quais grandes empreendimentos podem impactar e reconfigurar. Esse tipo de empreendimento é pautado e ancorado pelo Estado na busca do chamado desenvolvimento econômico sustentável que, considerando a econômica globalizada e orientada pela capital, pode promover a manutenção de violações de direitos humanos fundamentais e trazer impactos irreversíveis ao meio ambiente.

O “recomeço” e a “restauração” podem evocar também as potências de futuro existentes nessa imagem. O templo que ficou de pé, suportando toda passagem do volume de lama, ainda possibilita aos ex-moradores a manutenção de um vínculo com aquele espaço, e pode simbolizar, a partir do próprio o contexto religioso tradicional dessa região, a esperança e a possibilidade de recomeço. Mas, certamente, os sentidos não se findam aí. Remete-se, ainda, ao sentimento de abandono, ao descaso, e à morosidade dos processos de reparação, considerando os anos que já se passaram. A palavra “memória” também teve destaque no grupo ao descrever a imagem com as marcas da lama, pela sua importância, considerando-se

⁴⁸ Trecho extraído em matéria publicada no site do Jornal “A Sirene” intitulada “Celebrar no nosso território”. Disponível em: < <http://jornalasirene.com.br/cultura-memoria/2019/10/08/celebrar-no-nosso-territorio>>. Acesso em: 11 out. 2019

a preservação da memória de um acontecimento único, a partir da manutenção das marcas do passado.

3.3 A Capela de Santo Antônio: que patrimônio é esse?

O último questionamento proposto ao grupo focal objetivou a discussão sobre qual das imagens representava um patrimônio cultural, sendo, então, apresentadas imagens da Capela antes e depois do rompimento da barragem. A questão gerou um rico e interessante debate. A primeira frase dita partir do questionamento foi: “Deveria ser a primeira, mas é a segunda” (A. S.), em referência à primeira imagem, antes da passagem da lama, e à segunda, com as marcas do rejeito nas paredes do templo. A capela “não tinha reconhecimento de patrimônio, mas as pessoas do local sabiam da importância daquele lugar para a comunidade” (A. S). Essa dimensão foi trazida por integrante do grupo que residia na comunidade Paracatu de Baixo.

A partir das entrevistas, das falas apresentadas durante o grupo focal e da análise dos dados levantados a luz das teorias exposta nesse trabalho, pode-se afirmar que a capela representa um bem cultural para a comunidade de Paracatu. Era o centro de referência para a vida social daquele lugarejo⁴⁹. Para Menezes (2009) a qualificação do bem cultural se dá pela “raiz de interioridade e consciência” (p. 27) que os usuários desse bem são capazes de apresentar. No entanto, o autor discute que a noção de bem cultural pode ser fundamentalmente diversa, pois a forma de se relacionar e de classificar os bens culturais terá variações. Não segue restrita apenas na relação que os habitantes de um determinado local possuem para com o seu bem simbólico, pode transcender os limites de territorialidade, proposição que dialoga com a capela em Paracatu.

Menezes (2009) expressa ainda que as pessoas do local “possuem uma forma de qualificar diferencialmente pelo sentido, pela significação, pelo valor” os bens culturais. E, além disso, o uso feito por eles é da ordem “qualificadamente existencial” (*Ibidem*). A capela ser entendida pelo povo de Paracatu de Baixo enquanto um patrimônio independia da relação de existência de instrumentos legais de preservação. A relação daquela população com a capela estava ligada ao pertencimento, à referência, à presença, ao cotidiano, aos valores e aos usos atribuídos àquele templo por quem o usava frequentemente. Pode-se afirmar que,

⁴⁹ Conforme apresentado em “A capela de Santo Antônio: passado, presente e futuro” p.37.

de certa forma, esses valores resistem na atualidade, à medida em que a comunidade retorna a esse templo para manutenção das suas tradições.

Figura 32 - Celebrações em homenagem ao Menino Jesus. Setembro/2017



Fonte: Acervo Cleber Ribeiro

O processo de patrimonialização municipal da capela foi motivado pela simbologia do pós-rompimento da barragem de Fundão, pelo histórico e pela relevância do fato ocorrido, conforme entendimento do COMPAT. No entanto, não se descartam os valores contidos ali antes do acontecimento. A capela pode ser vista como a materialização das várias perdas daquela comunidade, conforme destaca o Conselho de Patrimônio: “A ideia do tombamento é também preservar a memória, os valores daquela comunidade que ali existia” (Membro do COMPAT, 2018).

Mesmo com os diversos valores simbólicos existentes para comunidade de Paracatu em torno daquele templo, não havia, anteriormente a passagem dos rejeitos, luz para esse território, até então desconhecido sob ótica formal do patrimônio cultural. Após o rompimento da barragem, a capela revestida de lama recebe outros valores atribuídos pela sociedade e pelos agentes de poder, capazes de definir formalmente aquele espaço enquanto mais um símbolo de representação do desastre.

Como já afirmado, não se pode dizer que os valores existentes anteriormente se extinguíram. As motivações de relevância social, política e jurídica se sobrepuseram a eles, criando a necessidade de preservação, o que culminou no reconhecimento formal da capela

de Santo Antônio enquanto patrimônio cultural reforçando a necessidade da preservação daquele espaço. Esse novo contorno de valores dados à capela apareceu de forma clara no grupo focal:

Depois do ocorrido e que foi pra mídia é que a comunidade foi evidenciada. A mídia nunca divulgou Paracatu, as festas, a Folia de Reis. Mas depois que houve o rompimento, a mídia divulgou. Paracatu sempre foi esquecido, apareceu agora a partir da comunidade de Bento Rodrigues que sempre foi ponto central em todas as discussões e divulgações relacionados ao rompimento da barragem da Samarco. Se não divulgava coisas boas, o pós-tragédia também não deveria divulgar. A Capela já era patrimônio para a comunidade, mas depois do rompimento virou patrimônio para a sociedade. (A. S., 2019)

A fala do participante do grupo destaca o silêncio sobre aquele território antes e depois de 5 de novembro de 2015. E, inclusive, reafirma a menor visibilidade dada à comunidade Paracatu de Baixo, mesmo após os impactos do rompimento, se comparados à comunidade Bento Rodrigues. Os processos midiáticos também foram trazidos por diversos integrantes do grupo, considerando a crítica acerca da leitura do acontecimento sem a devida valorização do passado daquele território, indo ao encontro da compreensão de França (2012) que apresenta a mídia enquanto “a instituição central pela qual a sociedade fala de si mesma, a si mesma, forçoso é constatar que é principalmente neste domínio que os acontecimentos são revividos e ganham sua existência simbólica” (p. 16).

De fato, o subdistrito de Paracatu de Baixo adquiriu visibilidade e ganhou relevância a partir da narrativa midiática de um acontecimento que provocou o seu quase desaparecimento, porém apresentou para o mundo as consequências da atividade mineratória realizada de forma irresponsável. Este foi, também, o entendimento do Grupo Focal, que destacou a importância da mídia para “mostrar para a sociedade o quanto custa a ganância do ser humano” (S. G.).

A dimensão da capela enquanto um patrimônio cultural formal, instituído pela simbologia a qual ela carrega pós-rompimento, evoca a reflexão acerca da referência cultural e do valor patrimonial. Esse ponto foi colocado na discussão quando um dos participantes trouxe ao grupo o seguinte questionamento: “Para ser patrimônio precisa ser tombado?” (V. R. V). Certamente, quando um bem possui um valor, um significado especial para uma comunidade, o sentimento de pertencimento existe independente do título, reconhecimento ou salvaguarda formal que essa edificação possui. Conforme afirma Castriota (2009), “o patrimônio é uma construção social”. Entende-se que é o sentido atribuído ao bem que irá

revesti-lo dos valores que podem ter um reconhecimento formal ou não, a partir das instâncias de poder reconhecidas para tal.

Qual seria o sentido do tombamento da capela de Santo Antônio para a comunidade de Paracatu? Com esse instrumento, o espaço fica preservado tal qual se encontra na atualidade, com as marcas do rejeito enquanto referente da tragédia, o que representa, inclusive, limitações de uso ou intervenções. A manutenção do templo com suas marcas indica, sem dúvida, qual memória de fato está sendo priorizada – a memória do acontecimento –, porém não há como dissociar o acontecimento da história daquela população que ainda não foi consultada de maneira efetiva sobre essa decisão. Esse ângulo da questão foi levantado durante as discussões do grupo focal e foi reforçada na fala de um dos integrantes da comunidade:

Não adianta restaurar, aquela “igreja” foi construída pela comunidade. Com a união da comunidade fazendo rifa, festa, juntando dinheiro, a comunidade foi contribuindo com o que pode, pedindo ajuda para construir. Então, envolveu a questão da união da comunidade. (A. S., 2019)

Ainda que venha a ser restaurada, com a retirada das marcas da lama, restituindo elementos existentes anteriormente, para o grupo focal, a capela nunca será a mesma. Não se trata aqui de um restauro para manutenção e conservação física de um bem com relevância histórica que se deteriorou naturalmente com o passar do tempo. O restauro da capela poderia promover o apagamento, ainda que físico, da passagem dos rejeitos de minério de ferro. Ainda que todo seu entorno esteja destruído, o seu resistir pode provocar uma narrativa quase que completa do acontecimento. O passado daquele território, daquela capela, foi alterado a partir do acontecimento de 5 de novembro de 2015; ele nunca mais será o mesmo. Apesar de ser a mesma edificação, do ponto de vista físico e estrutural, o templo religioso não será o mesmo de antes do rompimento da barragem, não apenas pelas marcas resultantes do acontecimento, mas a partir da compreensão das rupturas e ordenação dos fatos proveniente do acontecimento, que não são imediatas e perpassarão pela experiência individual dos antigos moradores.

Após quatro anos desse acontecimento, seguem as discussões sobre o tombamento definitivo dos territórios, bem como as decisões relativas ao futuro desses espaços, inclusive aqueles possíveis de utilização como a capela em Paracatu de Baixo. A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural do Ministério Público de Minas Gerais tem sequenciado o assunto e recebeu, no ano de 2019, um dossiê de Tombamento de

Bento Rodrigues⁵⁰, elaborado pela Escola de Arquitetura da UFMG, o documento embasará o processo de tombamento definitivo do território de Bento Rodrigues. Seja por uma questão temporal ou por qualquer outro motivo não justificado, Paracatu de Baixo não faz parte do dossiê. Continua, portanto, a prática de menor destaque para essa localidade.

Ainda que não seja objeto dessa pesquisa, é interessante trazer luz para as reverberações desse documento no território de Mariana, junto às famílias atingidas e ao próprio Conselho de Patrimônio, instância local do processo de tombamento. Persistem as críticas sobre o não envolvimento da comunidade nas discussões, considerando-se a importância do tombamento também para manutenção da memória daqueles que habitavam os territórios devastados.

Há quase quatro anos aguardamos por este tombamento. No entanto, a proposta assim como a que foi realizada pelo IEPHA, não foi construída em conjunto com a comunidade. Esses fatos são muito preocupantes, pois, como em tantos processos já vividos até o momento, resultam em novas violações de direitos das comunidades atingidas. Este tombamento é uma ferramenta de proteção das marcas deixadas nesse território em 5 de novembro de 2015. Mas não pode se ignorar quem nasceu e cresceu naquele local. É preciso existir diálogo e respeito por meio de seu envolvimento neste processo. Não se envolve ninguém com a proposta construída de gabinete. Há anos, discutimos a necessidade de ser realizado um trabalho de educação patrimonial com as comunidades, algo que também não foi feito até o momento. Anteriormente, as mineradoras decidiram o futuro das comunidades abaixo do seu complexo sem qualquer questionamento se eles desejavam aquele futuro. Hoje são os “aliados que repetem este processo, não dá mais. (Depoimento de familiar de atingidos de Bento Rodrigues - Jornal “A Sirene”, Edição 41, Set, 2019⁵¹).

⁵⁰ “Na última sexta-feira, 24 de maio, na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a promotora Giselle Ribeiro de Oliveira, coordenadora das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), recebeu um dossiê de tombamento da região de Bento Rodrigues produzido por pesquisadores da universidade. O dossiê é fruto de pesquisa realizada durante três anos no sítio de Bento Rodrigues, local que foi atingido pelo rompimento da barragem da Vale no município de Mariana, em 2015. O desastre ambiental causou danos irreparáveis à região, e o dossiê, que possui mais de 400 páginas com fotos, depoimentos de moradores, dados, análises e impressões dos pesquisadores que trabalharam no projeto, tem o propósito de servir de embasamento para o MPMG pleitear eventual tombamento de Bento Rodrigues, fazendo do local “um sítio de memória sensível”. A promotora Giselle Ribeiro ressaltou a satisfação de receber um “trabalho de tamanha relevância social e cultural”, agradeceu o cuidado dos envolvidos na pesquisa, bem como assegurou que o Ministério Público vai trabalhar “incessantemente” para proteger o patrimônio Cultural de Bento Rodrigues. “Para mim, que sou filha da UFMG, é um prazer ver que a universidade segue cumprindo o seu papel social, que é de entregar conhecimento, produzir pesquisa e contribuir para a preservação das memórias da nossa sociedade”, comentou.” Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/patrimonio-historico-e-cultural/noticias/mpmg-recebe-dossie-de-tombamento-de-bento-rodrigues-produzido-pela-ufmg.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁵¹ “Não seremos ouvidos sobre o futuro do nosso patrimônio?” Título da matéria pública na edição 41 do Jornal “A Sirene”. Disponível em: < <http://jornalasirene.com.br/patrimonio/2019/09/18/nao-seremos-ouvidos-sobre-o-futuro-do-nosso-patrimonio>: Acesso em: 11 out. 2019.

Sobre o Dossiê elaborado pela UFMG, o COMPAT reforçou que "é importante destacar que todo o limite, alcance e restrição do tombamento deve ser definido pelo Conselho a partir da oitiva dos atingidos" (Presidente do COMPAT na Matéria do Estado de Minas, 2019, EM⁵²). A crítica feita pela atingida no depoimento demonstra a manutenção da lógica dos interesses econômicos, mas também , aos órgãos que deveriam promover os processos de forma participativa. Porém, a prática revela outra dinâmica, conforme a fala do COMPAT.

Nessa lógica, seguem as disputas que envolvem jogos de poderes, valores e sentidos em relação aos espaços atingidos enquanto dispositivos de memória, que remontam a duas temporalidades principais: antes e depois do rompimento da barragem da Samarco. O campo do patrimônio cultural congrega áreas institucionais para proteção dos bens culturais, mantendo relações que são poder, como apresentado das discussões. No entanto, o caso de Mariana, ultrapassa os valores relacionados a esfera cultural, existem demandas de outras ordens que são afetivas, jurídicas e sobretudo econômicas.

⁵² Matéria sobre divulgação do Dossiê de tombamento publicada pelo Estado de Minas. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/05/30/interna_gerais,1058008/dossie-da-ufmg-propoe-tombamento-de-bento-rodrigues-em-mariana.shtml>. Acesso em: 11 out. 2019.

Considerações Finais

Passado, presente e futuro estão postos diante da capela de Santo Antônio. Ela carrega as marcas, os rastros, os vestígios de um acontecimento, mas também traz a história e a memória de uma comunidade. Essas constatações podem ser feitas a partir das discussões propostas nessa pesquisa, que buscou compreender os sentidos contidos em torno desse templo que, após o rompimento da barragem da Samarco, passa a ter ampliada sua visibilidade e suas significações.

A produção de sentido se insere numa esfera multidisciplinar. Contudo, está intrinsecamente contida no campo da Comunicação, já que o sentido só se dá a partir dos sujeitos, pelos significados e valores atribuídos por eles aos fatos, às coisas e às próprias interações humanas. De certo, essa produção de sentido não escapa das disputas e das ordenações possíveis que permeiam as práticas sociais. Identificar e analisar esses sentidos requer compreensão do contexto, dos agentes sociais que dele fazem parte, dos interesses existentes nos fenômenos aos quais se pretende revelar.

A pesquisa se dedicou, primeiramente, a compreender o cenário da realidade fraturada da localidade de Paracatu de Baixo, que abriga a Capela de Santo Antônio. A compreensão do rompimento da barragem enquanto um acontecimento possibilitou apreender não apenas as mudanças do presente, mas também as reconfigurações de um passado que não existe mais e as potências de futuro que circundam esse templo a partir do fato traumático. Ao compreender o uso presente da capela, vê-se que o acontecimento continua a acontecer, à medida em que os antigos moradores retornam ao local para manter suas celebrações religiosas e culturais, uma vez que a capela representa a centralidade sociocultural daquela comunidade. Enquanto convivem com a paisagem do entorno encoberta pela lama, vivenciam aquilo que não é mais o mesmo. O templo, cujas marcas físicas denunciam a narrativa de um crime socioambiental, reforça e materializa as alterações do cotidiano. A nova realidade e as evidências carregadas pela capela proporcionaram uma ampliação dos olhares e discussões sobre aquele espaço.

Este estudo identificou o novo lugar ocupado pelo templo religioso que, a partir da passagem da lama, passa a ser reconhecido por mais agentes sociais para além dos moradores que a utilizavam cotidianamente e, certamente, da própria Igreja Católica, enquanto instituição participante e proprietária desse espaço. Esse novo lugar fica evidenciado a partir do momento em que a capela passa a ser objeto de discussão do Conselho

do Patrimônio Cultural de Mariana, arena discursiva de cunho técnico e sobretudo político, que realizou o processo de tombamento da capela e a reconheceu enquanto um patrimônio cultural do município.

O processo de tombamento foi realizado a partir dos valores atribuídos ao templo pelos membros deste Conselho. Durante o processo de patrimonialização da capela, justificou-se a necessidade da salvaguarda da edificação em função de toda representatividade para a comunidade de Paracatu. Todavia, contraditoriamente, a comunidade não participou desse processo, tendo o Conselho agenciado o desejo dos antigos moradores a partir daquilo que a instituição julgou enquanto valores da comunidade. Esse fato ficou evidente quando das discussões sobre as intervenções necessárias para retomada do uso do templo pela comunidade. Foram as reflexões do Conselho, enquanto agente político, que trouxeram à tona, para uma pequena parcela da comunidade, a importância, da preservação das marcas da lama na edificação, ainda que não fosse esse o entendimento inicial daqueles ex-moradores escutados. Nesse sentido, a narrativa política institucional prevaleceu, revelando qual memória estava sendo mantida a partir dessa tomada de decisão.

Qual memória, de fato, o processo buscou manter? O valor atribuído pela comunidade de Paracatu por si só não foi suficiente, no passado, para atrair os olhares dos agentes oficiais do patrimônio cultural do município de Mariana. O tombamento do templo só se deu a partir do acontecimento, do rompimento da barragem, da simbologia que ele carrega na atual temporalidade. E, é essa a memória que passa a ser guardada nesse processo. A patrimonialização desse templo reflete a memória da tragédia, narrada a partir da preservação das marcas da lama.

Essa percepção ficou evidenciada, também, a partir do diálogo ocorrido por meio do grupo focal, que reuniu participantes diversos, inclusive atingidos, que trouxeram claramente essa dimensão. Anteriormente ao rompimento, a capela já era um bem cultural de valor e importância para a comunidade local, independente de um reconhecimento oficial enquanto um patrimônio cultural. O templo foi erguido a partir da população, o espaço pertencia ao cotidiano dos moradores, que cuidavam e mantinham aquele templo, daí o valor e a importância atribuídos a ele. Apesar disso, a partir do reconhecimento da capela enquanto bem patrimonial oficial, a comunidade viu o uso e as decisões acerca do templo serem submetidos ao COMPAT e a outras instâncias institucionais.

Pode-se concluir que a população não perdeu o seu templo religioso devido à passagem da lama, porém perdeu a autonomia na tomada de decisão em relação ao seu uso e, inclusive, sobre destinações futuras da capela. O próprio processo de preservação cultural

e físico do templo pode ficar fragilizado, uma vez que, na prática, é o envolvimento da comunidade de Paracatu que faz a capela continuar existindo e resistindo.

Por fim, os procedimentos adotados nesse estudo permitem afirmar que o processo de patrimonialização da capela de Santo Antônio é a própria materialização da alteração dos sentidos desse templo. Houve um processo de ressignificação oficial pelos agentes políticos e institucionais que agora fazem parte do contexto da capela. Se, antes, aquele espaço representava um bem cultural a partir do uso e dos valores atribuídos pela comunidade de Paracatu, hoje ele é um bem patrimonializado pela simbologia e pela importância atribuídas pela sociedade a partir de um acontecimento de proporções catastróficas, ultrapassando as fronteiras do local ampliando-se para o global.

Não há, nesse processo, escolhas certas ou erradas. A produção de sentidos se deu por meio de diversos agentes que compõem a rede de pessoas, instituições, processos e disputas envolvidos nessa tragédia. Os sujeitos possuem experiências únicas e interesses diversos e, diante de qualquer objeto simbólico ou acontecimento, interpretarão e, desse modo, acionarão significados certamente já existentes para construir novos significados (ORLANDI, 2003).

Mesmo o tombamento da capela de Santo Antônio sendo a constatação material da alteração do sentido, não se percebeu, por meio desta investigação, que os valores anteriores da comunidade tenham sido desconsiderados. No entanto, eles foram atravessados por uma urgência que abarca a própria população atingida e extrapola os limites territoriais da comunidade de Paracatu.

Espera-se que os atingidos de Paracatu de Baixo, para as discussões que seguem sobre a destinação e o uso futuro da capela de Santo Antônio, possam ser sujeitos das suas próprias histórias. E que as instituições estejam a serviço da comunidade, que precisa ter assegurado e respeitado o direito de escolher a memória que deseja guardar, e como ela seguirá representada para as gerações futuras.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; (Orgs.). Memória e patrimônio - Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AGÊNCIA BRASIL. **Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>. Acesso em: 18 fev. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **ANA participa de audiência pública no Senado sobre risco e fiscalização de barragens.** Disponível em: http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=12892. Acesso em: 25 Set. 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Rio Doce.** Disponível em: <https://www.ana.gov.br/sala-de-situacao/rio-doce/rio-doce-saiba-mais>. Acesso em: 18. Mar.2018

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução Luiz Antero Neto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHES, Roland. **A câmara clara.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARROS et al. Panorama das publicações científicas sobre o rompimento da Barragem de Fundão (Mariana-MG): subsídios às investigações sobre o maior desastre ambiental do país”. Caderno de Geografia, v.29, n.57, 2019

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Desafios da mineração: desenvolvimento e inovação para redução dos impactos ambientais e sociais. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/inovacao-tecnologia-mineracao-metais>. Acesso em: 02 set. 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 37-70.

BRAGA, Jose Luiz. **Experiência estética e mediatização.** In: LEAL, Bruno Souza; GUIMARÃES, César; MENDONÇA, Carlos (orgs). Entre o sensível e o comunicacional. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRAGA, Jose Luiz. **A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões.** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-

Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.14, n.1, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/665>. Acesso em: 10 Nov. 2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 216. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em 15 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 25, de 30 novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em 21 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 janeiro de 1937. Art.46. Instituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 ago. 2019.

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio Cultural: valores e sociedade civil**. In: Mestres e Conselheiros. Manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.

CLIMACO, Bianca Pataro Dutra. **Se essa rua fosse minha: patrimonialização de conjuntos urbanos em Itabirito (MG)**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

COSTA, Maria E. B. **Grupo Focal**. In: BARROS, Antônio, DUARTE, Jorge (org). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2011.

Comunidade de Paracatu de Baixo escolhe terreno para reconstrução. 03 set. 2016. Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/09/comunidade-de-paracatu-de-baixo-escolhem-terreno-para-reconstrucao.html>. Acesso em: 03 set. 2017.

COMPAT. **Atas do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana**. Disponível em: <https://www.compat.info/atas>. Acesso em: 04 mar.2018.

COMPAT. **Deliberação 002/2016 de Tombamento Provisório de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e de Cima**. Disponível em: <https://www.compat.info/leis-relativas-ao-patrimonio-cultural>. Acesso em: 15 mar. 2017.

COMPAT. **Regimento Interno do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana**. Disponível em: <https://www.compat.info/leis-relativas-ao-patrimonio-cultural>. Acesso em: 18 jan. 2018.

DEWEY, John. **Ter uma experiência**. In: Arte como experiência. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. In: BARROS, Antônio, DUARTE, Jorge (org). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANÇA, V. **O acontecimento e a mídia**. Galáxia (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

FRANÇA, Renné; LANA, Lígia. **Do cotidiano ao acontecimento, do acontecimento ao cotidiano**. In: E-Compós, Brasília, v.11, nº3, set/dez, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 5ª edição, setembro de 1999.

FUNDAÇÃO RENOVA. **A construção de Paracatu de Baixo**. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/paracatu-de-baixo/>. Acesso em: 5 abr. 2017.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Termo de Transação de Ajustamento de Conduta**. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ESTILO NACIONAL. **Identificação e Diagnóstico: Projeto de Reforma da Capela de Santo Antônio – Paracatu de Baixo**. Mariana/MG. Janeiro, 2017. (Diagnóstico não publicado produzido para Fundação Renova)

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GOOGLE. Google Earth. Versão 9.2.53.2. **Imagem Paracatu de Baixo – Mariana/MG em 2015 e 2017**. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-20.30470058,-43.23047022,534.16405319a,3648.72152686d,35y,0h,0t,0r>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

GONÇALVES, José. **O Patrimônio como categoria de Pensamento**. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (Orgs.). Memória e patrimônio - Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, Juliano C. **Barragens e risco: a institucionalização dos procedimentos de segurança de barragens no Brasil**. In: Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume II. VALENCIO, Norma (Orgs.). São Carlos: RiMa Editora, 2010.

GUIMARAES, César. **As bordas entre a comunicação e a experiência estética**. In: MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge (org). Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016. Disponível em <https://goo.gl/BdrKhZ>.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva e memória individual**. In HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990, p. 25-46.

IPatrimônio. **Mariana – Conjunto Arquitetônico e Urbanístico**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/?p=19751#!/map=38329&loc=-20.37810500000002,-43.41666800000001,17>. Acesso em: 10 nov. 2019.

IPHAN. **Bens Tombados**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 17 jan. 2018.

IPHAN. **Mariana**. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/272>. Acesso em: 25 mar. 2018.

JORNAL, A Sirene. **Celebrar no nosso território**. Set. 2019. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/cultura-memoria/2019/10/08/celebrar-no-nosso-territorio>. Acesso em: 11 out. 2019

JORNAL, A Sirene. **Não seremos ouvidos sobre o futuro do nosso patrimônio?** Edição 41. Set.2019. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/patrimonio/2019/09/18/nao-seremos-ouvidos-sobre-o-futuro-do-nosso-patrimonio>: Acesso em: 11 out. 2019.

JORNAL, Voz da Comunidade. Fundação Renova. **O cansaço de todo dia**. Set.2019 Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/09/e9vozdacomunidade.pdf>. Acesso em: 5 out. 2019

LEAL, Bruno Souza; GUIMARÃES, César; MENDONÇA, Carlos (Org.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LISSOVSKY, Maurício. **Pausas do destino: teoria, arte e história da fotografia**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

LOCATELLI, Carlos Augusto; VARELA, Luis Gustavo. **A novidade estética do desastre da Samarco como acontecimento jornalístico**. INTERCOM, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R120742-1.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

LOSEKANN, Cristiana; MILANEZ, Bruno (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MACHADO, Marília. **O tombamento e o Inventário como formas de acautelamento**. In: *Mestres e Conselheiros. Manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009

MARIANA. **Lei Municipal nº 1.728/2003 de 18 de março de 2003**. Minas Gerais, Mariana. Disponível em: <https://www.compat.info/leis-relativas-ao-patrimonio-cultural>. Acesso em: 21 fev. 2018

MARIANA. **Lei Municipal nº 1.882/2005 de 24 de fevereiro de 2005**. Minas Gerais, Mariana. Disponível em: <https://www.compat.info/leis-relativas-ao-patrimonio-cultural>. Acesso em: 21 fev. 2018

MARIANA. **Lei Municipal nº 2.657/2012 de 29 de outubro de 2012**. Minas Gerais, Mariana. Disponível em: <https://www.compat.info/leis-relativas-ao-patrimonio-cultural>. Acesso em: 21 fev. 2018

MENEZES, Ulpiano. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018

MORICEAU, Jean-Luc; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. **Afetos e experiência estética: uma abordagem possível**. In: MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge (org). Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016. Disponível em <https://goo.gl/BdrKhZ>. Acesso em: 12 jul. 2018

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Especialistas da ONU pedem ação urgente no aniversário de um ano do desastre de Mariana**. Novembro, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/especialistas-da-onu-pedem-acao-urgente-no-aniversario-de-um-ano-do-desastre-de-mariana/>. Acesso em: 28 out. 2019.

PATARO, Bianca Dutra. **A produção do patrimônio cultural em Minas Gerais: desafios na construção dos símbolos do passado**. In: COSTA, B. (Orgs). Cultura: Patrimônio fundamental na construção do ser. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PEIXOTO, Paulo. **A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Dezembro, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1056>. Acesso em: 18 set. 2019.

PRADO, Denise; MEDEIROS, Thais. **Representação midiática: uma análise comparativa entre as participações da cantora Gaby Amarantos nos talk shows “Agora é Tarde” e “The Noite”**. INTERCOM, 2015. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-1252-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PREFEITURA DE MARIANA. **Localização**. Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/localizacao>. Acesso em: 18 Ago. 2019.

PREFEITURA DE MARIANA.. **Portal do Turismo. Praça Minas Gerais**. Disponível em: <http://turismo2016.pmmariana.com.br/atrativos/civis/pracas/praca-minas-gerais>. Acesso em: 10 nov. 2019.

QUÉRÉ, Louis. **A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista**. In: FRANÇA, Vera R.; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). Acontecimento: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OLIVEIRA, M.; FREITAS, H. **Focus group: instrumentalizando seu planejamento**. In: GODOY, Christiane K; MELLO, Rodrigo, B.; SILVA, Anielson, B. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2010.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Editora Pontes, 2003.

RODRIGUES; Daiana Elias *et al.* **Algumas análises sobre os impactos à saúde do desastre em Mariana (MG)**. In: LOSEKANN, Cristiana; MILANEZ, Bruno (Orgs.). Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

RODRIGUES, José Eduardo. **Importância e Responsabilidade dos Conselhos Municipais do Patrimônio Cultural**. In: Mestres e Conselheiros. Manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, Francimário Vito dos. **Trajatória, descentralização e aproximação: as políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial no âmbito do plano de ação para as cidades históricas – PAC/CH, 2019**. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_Francimario_Vito_dos_Santos_Trajatoria_descentralizacao_e_aproximacao.pdf. Acesso em 20 set. 2019.

TAMASO, Izabela, Maria. **Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TAVARES, F. M. B. **Entre a realidade jornalística e a realidade social: o jornalismo como forma de acesso ao cotidiano**. In: E-Compós, Brasília, v.15, n.1, jan./abr. 2012.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Apresentação de slides utilizada no Grupo Focal

O que significa
patrimônio cultural?





Qual dos momentos da capela representa um patrimônio cultural?

Quem define o que é
patrimônio cultural?

Apêndice 2 - Transcrição entrevistas individuais

Entrevista 1

Data da entrevista: 25/07/2018

Instituição/grupo pertencente: COMPAT

Tamara: Você conhece a origem da Igreja de Santo Antônio? Como se constituiu naquele território?

Resposta: Não conheço a fundo. Sei que ela é da década de 90, que a construção em si não possuía valor histórico para fins de tombamento, mas que a partir do rompimento da barragem ela adquiriu um novo significado, uma ressignificação e que acaba gerando o tombamento.

Tamara: A comunidade estaria envolvida nessa constituição da Igreja?

Resposta: A comunidade de Paracatu é muito unida, provavelmente sim, mas realmente não conheço.

Tamara: A quem pertence a Igreja de Santo Antônio, em seu ponto de vista?

Resposta: A Igreja pertence a comunidade a meu ver, é a comunidade que mantém o templo, não do ponto de vista físico, mas ela que matem o prédio com o significado de templo.

Tamara: Que sentimento você tem pela Igreja de Santo Antônio? E qual palavra você usaria para expressá-lo?

Resposta: Não tenho um sentimento pessoal em relação a Igreja. Eu não frequentava aquela Igreja. Diferente da Igreja da Sé, por exemplo, que faz parte da minha infância, onde eu já coroei várias vezes ou a Igreja do Carmo. A Igreja de Santo Antônio lá de Paracatu para mim não tem esse significado da relação pessoal. A significância daquele prédio para mim passa necessariamente pela comunidade, então eu vejo a Igreja como uma referência para comunidade, até mesmo espacial, territorial. Mas principalmente espiritual e de união daquela comunidade. E de união, de uma liga que une aquela comunidade, até onde sei é predominantemente católica, então a minha relação com a Igreja passa pela comunidade. O sentimento que tenho em relação a igreja eu expressaria em duas palavras que seriam o “respeito pela memória”. Eu acho que a Igreja é importante para que aquela comunidade não

seja dissolvida, para não desaparece, para que ela permaneça coesa. E, é nesse sentido que eu me relacionado com a Igreja, com esse prédio especificamente.

Tamara: A importância e o valor que a igreja tem pra você?

Resposta: O valor da igreja agora está em duas questões. A minha relação com a Igreja é nesse sentido, da proteção, da defesa da memória, passando pela comunidade. Mas, a proteção e a defesa da memória tem pelo menos duas vertentes ou consequências diretas: uma é a significância dela para a comunidade, a implicação dela, o fato dela permanecer dentro naquele local, a igreja ser um local de encontro. Mas ela tem também uma outra importância que é fundamental, ela representa um marco da tragédia que aconteceu em 05 de novembro de 2015. Ela extrapola o valor dela pra comunidade. Eu diria que essa igreja tem um valor por ser um hoje um prédio que permanece em pé mas com as marcas muito claras da lama. Ela tem um valor que ultrapassa o interesse da comunidade, o interesse da comunidade Mariana, o interesse da comunidade de Minas Gerais, até mesmo o interesse da comunidade Brasileira. Porque ela guarda um pouco da dimensão da tragédia.

Tamara: Você avalia que o uso dessa igreja se modifica após o rompimento?

Resposta: Acredito que sim, isso é um fato. Até o dia de hoje se modificou abruptamente, era uma Igreja regular, onde havia casamento, batizados, velórios, missa de sétimo dia, missa no domingo. Hoje ela não funciona mais assim. Até porque não tem morando lá, até tem algumas pessoas, mas a comunidade mesmo não mora lá mais. Então, o uso dela definitivamente mudou. Eu me pergunto, muito mais que o uso presente, pós tragédia, eu penso como o uso futuro. E o que me preocupa mais é o uso futuro da Igreja. Porque agora estamos num momento de transição. A igreja ainda não foi restaurada, ela está tombada, mas a gente ainda não tem um projeto de restauro para lá. Ela sofreu umas intervenções mínimas para permitir que ela fosse utilizada pela comunidade para velórios, até apedido da própria comunidade. Então, eu tenho uma preocupação com o uso futuro dela. Agora, que nunca mais o uso será o mesmo, eu não tenho dúvida. Até porque agora ela adquire um valor histórico.

Tamara: O que significa o tombamento da Igreja de Paracatu?

Resposta: O tombamento da Igreja se deu justamente em relação a preocupação com o futuro. Quando a barragem rompeu, a verdade é que ela dizimou dois povoados de Mariana, Bento Rodrigues e Paracatu, hoje as pessoas não moram mais lá, é um território esvaziado.

E o temor do Conselho de Patrimônio, e o meu em especial, é de que essa comunidade nunca mais pudesse se tornar coesa novamente, pudesse talvez conviver junta novamente. A gente está vendo o reassentamento de Bento de Paracatu, mas a gente sabe que os antigos territórios vão continuar sendo utilizados. Eu acredito que a Igreja pode ser um elemento importante para a sobrevivência desse povo enquanto comunidade. Um símbolo, um fator de coesão, quer dizer, todo mundo batalha para voltar a abrir, pra frequentar, as festas religiosas e locais que eram muito tradicionais podem continuar acontecendo. Então, a ideia do tombamento é também preservar a memória, os valores daquela comunidade que ali existia.

Tamara: O que espera sobre o uso futuro da Igreja?

Resposta: Nada. Eu tenho uma opinião pessoal obviamente, mas o que eu espero é ouvir a comunidade. Mas o que eu espero é ouvir a comunidade. Eu acho que o destino da Igreja de Paracatu deve ser ditado pela comunidade Paracatu e pela arquidiocese que é a proprietária dos bens e de tudo que havia lá dentro.

Tamara: Nos espaços de discussão que existem ou que já aconteceram, você acredita que a comunidade atingida tem espaço, tem voz?

Resposta: Eu só posso responder pelo COMPAT. O que eu vi a partir da Renova em relação a capela de Santo Antônio em Paracatu foi no sentido contrário. A Renova contratou uma empresa, fez um projeto, já trouxe tudo pronto. Ninguém quis, as pessoas não aceitaram nem ver. Justamente, porque, as pessoas mais interessadas foram alijadas do processo. Do ponto de vista do conselho de Patrimônio, o que caberia a nós formalmente falando seria apenas a aprovação do projeto de restauro. Em tese, o Conselho poderia aprovar um projeto que não tivesse relação com a comunidade, entretanto não é essa a ideia do Conselho, não é essa a vontade do Conselho.

Quando foram fazer a primeira intervenção na capela, essa limpeza para ela voltar a ser usada, a gente iniciou uma discussão como ela deveria acontecer. Me lembro que fui a Paracatu inclusive com a presença da IPHAN e da Assessoria técnica dos atingidos. E num primeiro momento, a vontade da comunidade era de lavar a capela inteira, porque eles queriam voltar a usar. E na cabeça deles e com certeza deve ter fundamento, a poeira suspensa dentro do templo seria prejudicial ao uso da Igreja. Nós tivemos oportunidade de discutir rapidamente com algumas pessoas da comunidade atingida, que estavam a frente desse processo de retorno ao uso da capela. E os questionamos se eles gostariam de ver desaparecer a marca da tragédia que dizimou o local que eles moravam, eles começaram a refletir sobre o que

significava limpar aquilo tudo e fazer parecer que ali nunca tinha acontecido nada. Eles mesmos acharam que realmente não se devia limpar a capela, pelo menos não pra o uso temporário, foi quando a gente pediu a Renova que desenvolvesse um projeto para colocação dos biombos de acrílico, que assim aconteceu e assim que a Igreja que encontra hoje. Eu acredito que a tendência no futuro em termos de reuso é que ela não seja mais usada como foi antes, mas que ela seja usada em ocasiões especiais nas festas e velórios e num cenário que preservaria a imagem, a representação gráfica do que foi o rompimento da barragem. Mas isso vai depender da comunidade, se a comunidade disser que essa situação faz mal para ela, que se sentem angustiados, a tendência do Conselho será respeitar, embora acredite que isso não irá acontecer.

Tamara: E a participação da arquidiocese, proprietária do bem? Comunidade e Arquidiocese têm anseios muitas vezes distintos.

Resposta: Arquidiocese tem se mantido muito reservada em relação as expectativas de uso futuro da igreja. Não se a Arquidiocese tem procurado a Renova para discutir isso, mas definitivamente o Conselho ela não tem procurado. A arquidiocese teve perdas materiais grandes, inclusive de bens com valor artístico, não sei ela tem pretensão de ajuizar algum tipo de ação contra a Samarco. Esse silêncio torna as coisas mais complicadas de fato.

Entrevista 2

Data da entrevista: 06/09/2019

Instituição/grupo pertencente: Folia de Reis, Comunidade Eclesial

Tamara: Você conhece a origem da Igreja de Paracatu? Como se constituiu naquele território? A comunidade estaria envolvida nessa constituição da Igreja?

Resposta: A igreja velha era de madeira, ela foi jogada no chão e fez aquela de cimento. O Prefeito da época, João Ramos, que realizou essa obra. A igreja está ruim, antiga e pequena. Sr. João achou que ela estava *pequetita*, aí aumentou. Todos os anos tinha festa lá na capela, rezava o terço de maio, festa de Nossa Senhora, Santo Antônio, do Divino, São Sebastião. A imagem de São Sebastião foi comprada pelo meio pai em Ponte Nova. Acho não teve ajuda da Igreja (Arquidiocese). Na época não queriam fazer o coro da Capela, mas João Ramos mandou fazer.

Tamara: A quem pertence a Igreja de Santo Antônio, em seu ponto de vista?

Resposta: A Capela pertence a comunidade. O padre não fala nada não.

Tamara: Que sentimento você tem pela Igreja de Santo Antônio? E qual palavra você usaria para expressá-lo? A importância e o valor que capela tem pra você?

Resposta: Fiquei com medo daquela igreja cair, ficaria ruim demais pra nós. Pro dentro ela está limpinha, é só por fora que ela está com barro. Já acostumamos com aquela Igreja, já tem o cemitério. Agora que nós vamos lá pra trás vai fazer outro cemitério, outra igreja, pra que? A gente podia fazer a mesma Igreja, fazer até a nossa casa no mesmo lugar. A gente não esquece dessa igreja não.

Tamara: O que significa o tombamento da Igreja de Paracatu?

Resposta: Hoje ela é protegida, tem visita lá toda semana. Há poucos dias eu estava lá com uma turma de Belo Horizonte e de São Paulo.

Tamara: Você avalia que o uso dessa Igreja se modifica após o rompimento?

Resposta: Sim, antes do barro passar lá era outra coisa. Todo dia de sábado o pessoal juntava lá, tinha reza, agora não tem nada disso. Agora a gente só faz as festas. Antes, tinha reza todos os dias na Igreja, lá ficava cheio de gente de todo lugar, agora tá lá abandonado.

Tamara: Qual opinião do senhor em relação a Igreja como está hoje com as marcas da lama?

Resposta: Eu acho que tinha que limpar, é a primeira parte. Não tem nenhuma trinca nela. Todo mundo que quer usar nossa igreja, limpa. Ela representa a comunidade. As pessoas viviam ali em volta. Foi sacrifício fazer, até boiada de São Domingos (carro de boi) veio pra Paracatu para ajudar a carregar as madeiras para refazer essa igreja. Muita gente trabalhou. Leontina, também, gostava muito da Igreja, Maria minha – filha minha – cuidava muito da Igreja, fazia tudo pra Igreja.

Tamara: Senhor soube quando foi tomada a decisão por não limpar a igreja?

Resposta: Não. Não sei quem tomou a decisão. Mas acho que é difícil continuar falando pra não limpar. Todo mundo interessa que ela seja limpa. Queria ela *limpinhazia*, pra nos usarmos todo domingo na nossa conferência de São Vicente, eu era presidente da Igreja, agora não temos mais isso.

Tamara: O senhor já falou isso pra alguém?

Resposta: Não. Nunca me perguntaram sobre isso. Esses dias estiveram lá limpando o calçamento.

Tamara: Como foi a festa de inauguração?

Resposta: Foi um festão. Até morreu uma dona na data, Dona Benvinda. Foi o primeiro velório feito na igreja nova.

Apêndice 3 - Sistematização das atas do COMPAT

Ata 1

Data: 07/01/2016

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura e Turismo; Arquidiocese; IPHAN; OAB; Associação Comercial; Câmara de Vereadores; Entidades artísticas e culturais, Cartório de Registro de Imóveis.

Detalhamento da ata: Não há menção ao rompimento da barragem, tampouco processos relacionados as regiões atingidas.

Ata 2

Data: 04/02/2016

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, e Turismo; Associação Comercial; Arquidiocese; IPHAN; OAB; Secretaria de Meio Ambiente; Câmara de Vereadores; Secretaria de Educação; Entidades artísticas e culturais, Cartório de Registro de Imóveis.

Detalhamento da ata: Primeira menção formal do Conselho considerando ocorrido do rompimento da barragem da Samarco a partir da proposição feita pela presidente do conselho para tombamento das ruínas da Igreja de São Bento como “Memória coletiva – museus a céu aberto”, proposta aprovada por unanimidade pelos Conselheiros. Foi proposta ainda reunião extraordinária entre COMPAT, Samarco, Representante do IPHAN e a Comissão de Atingidos para discussão sobre a reconstrução de Vila de Bento Rodrigues. Não foram citadas demais localidades atingidas, a exemplo de Paracatu de Baixo.

Ata 3

Data: 03/03/2016

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura e Turismo; Associação Comercial; Arquidiocese; IPHAN; Secretaria de Meio Ambiente; OAB; Câmara de Vereadores; Associação de Moradores de Padre Viegas; Secretaria de Educação; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.

Detalhamento da ata: Novamente colocada proposta pela presidente do conselho pelo tombamento em Bento Rodrigues, desta vez ampliando a área de tombamento

considerando para além da Igreja de São Bento, mas também as ruínas que restaram em Bento Rodrigues, sob justificativa sociocultural e de construção de um memorial. Foi proposto, também, o tombamento da Capela das Mercês e seu entorno como único patrimônio edificado restante no local que não recebeu impacto direto da lama. Mais uma vez, não houve menção para região de Paracatu ou demais áreas atingidas.

Ata 4

Data: 07/04/2016

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, e Turismo; Associação Comercial; OAB; Arquidiocese; IPHAN; Secretaria de Meio Ambiente; Câmara de Vereadores; Secretaria de Educação; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.

Detalhamento da ata: Proposição para o tombamento da Igreja de Santo Antônio localizada na comunidade atingida de Paracatu de Baixo, tendo sido aprovada por unanimidade pelos presentes.

Ata 5

Data: 28/04/2016

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Associação Comercial; IPHAN; Secretaria de Meio Ambiente; Câmara de Vereadores; Cartório de Registro de Imóveis.

Detalhamento da ata: Presidente do Conselho informa que foi realizada audiência pública realizada pelo COMPAT no dia 19 de abril de 2016 na cidade Mariana cujo objetivo foi discutir o destino das comunidades atingidas de Bento Rodrigues e Paracatu destruídas pela lama da barragem da Samarco. Informou-se que mais de 300 pessoas comparecem a audiência, com presença em massa dos moradores dos locais atingidos.

Ata 6

Data: 02/06/2016

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, e Turismo; OAB; Arquidiocese; IPHAN; Secretaria de Meio Ambiente; Câmara de Vereadores; Associação

de Moradores de Padre Viegas; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.

Detalhamento da ata: Presidente do Conselho informa participação em reunião com o MPMG por meio do Dr. Marcos Paulo que representa a Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico para discussão das medidas que bem sendo adotadas para tombamento das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de rejeito da Samarco. Ressalta-se ainda o questionamento do MPMG acerca da existência de autorizações para movimentação de terra pela Samarco no subdistrito de Bento Rodrigues para fins de construção de dique de contenção de rejeitos (Dique S4). Ainda na reunião, o MPMG solicitou do COMPAT as fichas dos bens inventariados de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Ata 7

Data: 07/07/2016

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, e Turismo; OAB; Associação Comercial; IPHAN; Secretaria de Meio Ambiente; Atingido de Bento Rodrigues; Secretaria de Educação, Cartório de Registro de Imóveis.

Detalhamento da ata: Primeira reunião em que se registra a presença de um representante da comunidade, Sr. Filomeno, representando a comunidade de Bento Rodrigues. No entanto, não houve nenhuma discussão ou tema tratado sobre a comunidade de Bento Rodrigues. Foi mencionado em ata apenas recebimento de ofício enviado pela Samarco que informa intervenções necessárias no subdistrito de Paracatu de Baixo.

Ata 8

Data: 30/08/2016

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, e Turismo; OAB; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis; IPHAN; Secretaria de Meio Ambiente; Assessoria Jurídica do Município; Secretaria de Educação.

Detalhamento da ata: Não há menção sobre os subdistritos atingidos. Apenas informa-se solicitação da Samarco com pedido de parecer do Conselho para autorização para disposição de rejeitos em novo local (Cava de Alegria Sul) para fins de retomada de sua operação.

Ata 9**Data:** 06/10/2016**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura, e Turismo; OAB; Arquidiocese; Associação Comercial; IPHAN; Secretaria de Meio Ambiente; Câmara de vereadores; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.**Detalhamento da ata:** Conselho reforça que, mesmo em face a aprovação unânime dos Conselheiros para tombamento provisório de Bento Rodrigues e ampla divulgação na mídia, não houve por parte da Secretaria de Cultura do Município os encaminhamentos necessários para prosseguimento do processo, sendo definição do Conselho envolver o Ministério Público para que denunciar a omissão do município bem como solicitar providência. Apesar do tombamento provisório em questão se referir as comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, apenas a primeira localidade foi destacada na ata da reunião. Conselho apresentou questionamentos referentes ao dique de contenção (Dique S4) da Samarco que recebeu autorização do estado para sua construção, levando o conselho a solicitar uma série de informações uma vez que obra impacta a região de tombamento em Bento Rodrigues.**Ata 10****Data:** 03/11/16**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura, e Turismo; IPHAN; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Educação; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.**Detalhamento da ata:** Aprovado por unanimidade pelo Conselho o tombamento **definitivo** das Capelas de Mercês do Subdistrito de Bento Rodrigues e Igreja de Santo Antônio, uma vez que foi informada à notificação ao proprietário dos bens de 17 de outubro de 2016 sendo que este anuiu a proteção dos bens. Conforme ata, os tombamentos seguirão para registro no livro do Tombo Municipal, bem como publicada decisão do Conselho.

Ata 11**Data:** 01/12/2016**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura e Turismo; IPHAN; Secretaria de Educação; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.**Detalhamento da ata:** Não há menção sobre os subdistritos atingidos. Apenas informa-se a presença de funcionários da Samarco e sua contratada Arcadis Logos que apresentam a utilização da Cava de Alegria Sul para depósitos de rejeitos de mineração, sendo aprovado pelo Conselho.**Ata 12****Data:** 09/03/2017**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura, e Turismo; OAB; Arquidiocese; Associação Comercial; IPHAN; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Educação; Secretaria de Obras; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis; Câmara de vereadores; Samarco Mineração; UFOP; Grupo Folclórico Zé Pereira; Associação de Moradores de Passagem de Mariana.**Detalhamento da ata:** Não há menção sobre os subdistritos atingidos pelo rompimento da barragem. Apenas informa-se a presença de funcionários da Samarco para apresentação da sua Licença de Operação Corretiva (LOC) para retomada de operação no complexo de Germano em Mariana/MG. O Conselho solicita uma série de informações e documentos, passando a deliberação para a próxima reunião.**Ata 13****Data:** 07/04/2017**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura, e Turismo; OAB; Secretaria de Obras; Associação Comercial; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis; Câmara de Vereadores; atingido de Bento Rodrigues.**Detalhamento da ata:** Registra-se a presença de um representante da Comissão de Atingidos de Bento Rodrigues, Sr. Expedido Lucas. Informa-se que a palavra foi passada ao Sr. Expedido ao qual foi “indagado sobre o tombamento de Bento Rodrigues”, porém não houve mais nenhum registro em ata sobre sua opinião ou demais informações a respeito do tema.

Ata 14**Data:** 04/05/2017**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Meio Ambiente; OAB; IPHAN; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis; Câmara de Vereadores.**Detalhamento da ata:** Presidente do Conselho informa sobre convite para reunião a ser realizada no dia 13 de maio de 2017 junto à Fundação Renova para discussões sobre a reconstrução de Bento Rodrigues e da Igreja de Santo Antônio em Paracatu.**Ata 15****Data:** 01/06/2017**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Educação; Secretaria de Obras; OAB; IPHAN; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.**Detalhamento da ata:** Não há menção sobre os subdistritos atingidos pelo rompimento da barragem. Apenas apresenta-se solicitações enviadas pela Samarco que dizem respeito ao processo de licenciamento para retomada das operações da empresa.**Ata 16****Data:** 06/07/2017**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis; Cáritas Brasileira; Fundação Renova; Comunidade escolar (distrito de Monsenhor Horta); Secretaria de Obras; Câmara de Vereadores; IPHAN; Associação Comercial; Secretaria de Obras.**Detalhamento da ata:** Debates sobre intervenções na Igreja de Paracatu de Baixo, atingida pelo rompimento da barragem, para atividades a serem realizadas pela Fundação Renova para permitir o uso do espaço em cerimônias religiosas, especialmente velórios. Destaque para fala do secretário de Cultura e Turismo que diz ser contra o uso do templo religioso, porém ressalta a importância da adequação por ser uma reivindicação das famílias da comunidade atingida e que o COMPAT deve avaliar os possíveis danos das intervenções ao bem tombado pelo município, sendo a Fundação Renova a responsável pela garantia da segurança das intervenções. Pontos de debate:

- 1- Proteção das paredes internas deveria ser realizada com instalação de placas de acrílico reversíveis e, enquanto não fossem fornecidas essas placas, seriam instalados gradis provisórios;
- 2- Instalações elétricas seriam revisadas e novos dutos seriam instalados externamente, sem necessidade de rasgos em alvenaria;
- 3- Sanitário sofreria intervenções necessárias para garantir o uso adequado.

Não havia presença de representantes da população atingida de Paracatu de Baixo na reunião.

Ata 17

Data: 03/08/2017

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Associação Comercial; OAB; IPHAN; Secretaria de Obras; Secretaria de Educação; Representante do distrito de Santa Rita; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.

Detalhamento da ata: Apresentado projeto de intervenções para uso da Igreja de Santo Antônio em Paracatu de Baixo, conforme debates anteriores, enviado pela Fundação Renova.

Informes sobre convite ao Conselho para participar de grupo de técnico de referência para discutir propostas para o futuro do patrimônio imaterial e material das comunidades atingidas.

Ata 18

Data: 14/09/2017

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Obras; Secretaria de Educação; Associação Comercial; OAB; Arquidiocese; Câmara de Vereadores; Moradora da sede de Mariana; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.

Detalhamento da ata: Não há menção sobre os subdistritos atingidos pelo rompimento da barragem ou assuntos relacionados ao tema.

Ata 19**Data:** 05/10/2017**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Educação; Secretaria de Obras; OAB; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.**Detalhamento da ata:** Não há menção sobre os subdistritos atingidos pelo rompimento da barragem ou assuntos relacionados ao tema.**Ata 20****Data:** 09/11/2017**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Educação; Secretaria de Obras; OAB; Câmara de Vereadores; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.**Detalhamento da ata:** Não há menção sobre os subdistritos atingidos pelo rompimento da barragem ou assuntos relacionados ao tema.**Ata 21****Data:** 15/12/17**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Obras; Associação Comercial; IPHAN; OAB; Câmara de Vereadores; Entidades artísticas e culturais; Cartório de Registro de Imóveis.**Detalhamento da ata:** Conselho informa o recebimento de ofício do Ministério Público de Minas Gerais solicitando informações sobre o tombamento de Bento Rodrigues, ficando a cargo do Secretário de Cultura, Turismo e Patrimônio as providências necessárias para resposta. Foi apresentado comunicado da Fundação Renova informando sobre avarias nas ruínas da Capela de São Bento, em Bento Rodrigues, bem como necessidade de construção de passarela de acesso à Igreja de Santo Antonio em Paracatu de Baixo.

Não houve mais nenhum desdobramento registrado em ata sobre os assuntos em questão.

Ata 22**Data:** 01/03/2018**Tipo de reunião:** Ordinária**Instituições/Setores representados:** Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Educação; Secretaria de Meio Ambiente, Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Associação Comercial; IPHAN; OAB; Entidades artísticas e culturais; Fundação Renova.**Detalhamento da ata:** Apresentação e pedido de autorização pela Fundação Renova para adequação de curso d'água (tributário) no subdistrito de Paracatu de Baixo que fica próximo à Igreja de Santo Antônio. Antes de votar o Conselho apresentou questionamentos:

- 1 – O desassoreamento do córrego atingiria as ruínas da capela de Santo Antônio. Renova responder que não haveria impacto na Igreja.
- 2 – O trecho da intervenção estaria próximo de outras ruínas. Renova responde que sim, conforme exposto do projeto apresentado ao Conselho.
- 3 – Haveria possibilidade de intervenção manual nas proximidades da ruínas. Renova responde positivamente em relação a possibilidade.

Após esclarecimentos o Conselho aprova a intervenção, colocando as seguintes condições: que as obras não atinjam ruínas e demais construções existentes, que as intervenções próximas às ruínas sejam feitas manualmente ou com equipamento de pequeno porte, que o processo de desassoreamento não coloque em risco o patrimônio tombado, que a Fundação Renova apresente relatórios quinzenais durante a execução das obras e que os danos causados com a intervenção sejam reparados de imediato.

Outro assunto relacionado às localidades atingidas foi o pedido de autorização da Fundação Renova para capina nos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo para fins de vistoria “*in loccu*” para indenização aos atingidos. Os Conselheiros aprovam por unanimidade o pedido com as seguintes considerações: aprovação dos proprietários, não remoção ou manuseio do rejeito, materiais, bens móveis ou alterações nas edificações e ruínas remanescentes nos locais, com apresentação de relatórios (pré-capina e a finalização dos trabalhos).

A Fundação Renova também na reunião pede manifestação do Conselho sobre o projeto complementar de reassentamento de Bento Rodrigues. O COMPAT solicita prazo para análise do projeto inicial e complementar. Ainda sobre os processos de tombamento dos

subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, o Secretário de Cultura, Turismo e Patrimônio informou que o processo de tombamento definitivo não foi iniciado pelo município por diferir das normas estabelecidas pelo IEPHA. Nesse sentido, a presidente do Conselho pede, em caráter de urgência, contratação de empresa especializada para assessoramento ao COMPAT nos processos de tombamento e registro das localidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Nesta reunião, também, foi lido ofício no qual a Samarco requer manifestação do Conselho sobre Estudo de Impacto Cultural (EPIC) da utilização da Cava de Alegria Sul e Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural (RIPC) do Complexo de Germano, considerando processo de retomada de operações da empresa.

Ata 23

Data: 27/03/2018

Tipo de reunião: Extraordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Associação Comercial; IPHAN; OAB; Câmara de Vereadores; Samarco.

Detalhamento da ata: Apresentação de resultado de relatório, análise e parecer técnico referente ao RIPC (Relatório de impacto do Patrimônio Cultural) realizado para as obras para disposição de rejeitos da Samarco. Conselheiros questionaram a ausência do levantamento dos bens culturais das comunidades atingidas, sendo que a empresa rendeu que tais bens seriam levantados em outros processos de licenciamentos.

Nessa reunião, também, foi votado pelo Conselho, a emissão de declaração de conformidade para licenciamento do Complexo de Germano e obras emergenciais da Samarco Mineração S/A, tendo 6 votos favoráveis e 1 contra, aprovada a declaração com ressalvas para atendimento de algumas condicionantes.

Ata 24

Data: 05/04/18

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Educação; Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras, Cartório Oficial de Registro de Imóveis; IPHAN; OAB; Entidades artísticas e culturais.

Detalhamento da ata: A temática do rompimento da barragem se fez presente considerando processo de licenciamento para as obras de reassentamento da comunidade

de Bento Rodrigues que incluem a apresentação do EPIC e RIPC para obtenção da declaração de conformidade pela Fundação Renova para realização das obras. A Presidente do COMPAT questionou a ausência da inclusão dos bens tombados de Bento Rodrigues nos relatórios e ressaltando a necessidade de proteção e segurança do local. Foi aprovada a declaração de conformidade mediante algumas condicionantes sendo uma delas a Elaboração e execução de salvaguarda para os bens culturais localizados nos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Ata 25

Data: 04/05/18

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Educação; Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras; Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Associação Comercial; IPHAN; OAB; Entidades artísticas e culturais; Câmara de Vereadores.

Detalhamento da ata: Discussão e definição do conselho para participação em evento da UFOP trazendo reflexões sobre o Patrimônio Cultural de Bento Rodrigues e definição de data para visita dos conselheiros ao subdistrito atingido de Bento Rodrigues.

Ata 26

Data: 07/06/18

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Obras; IPHAN; OAB; Entidades artísticas e culturais.

Detalhamento da ata: Mencionada apenas a necessidade de agendamento de reunião junto a empresa Memória arquitetura para informações sobre o Tombamento de Bento Rodrigues.

Ata 27

Data: 02/08/18

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Educação; Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras; Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Associação Comercial; IPHAN; OAB; Entidades artísticas e culturais.

Detalhamento da ata: Apresentação do relatório de bens culturais das áreas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão realizado pela Samarco, conforme condicionante para liberação da LOC (Licenciamento Operacional Corretivo). Foi colocado em pauta a importância do tombamento Fazenda Fraga Ouro Fino e Fazenda Velha, ambos imóveis situados em Bento Rodrigues.

Ata 28

Data: 30/08/18

Tipo de reunião: Extraordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras; Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Associação Comercial; IPHAN; OAB; Entidades artísticas e culturais; Fundação Renova.

Detalhamento da ata: Discutidos contratação de assessoria técnica especializada para finalização do processo de tombamento de Bento Rodrigues e Paracatu por meio da Fundação Renova. A Renova informou sobre os trabalhos de diagnósticos referências e culturais das comunidades atingidas. Informou sobre os projetos de restauro de objetos da Capela de Mercês e recuperação da Capela de São Bento, ambas em Bento Rodrigues. Além da restauração da Capela de Santo Antônio em Paracatu de Baixo. Foi lido ofício enviado pela Promotoria do Patrimônio Cultural enviado ao IEPHA que informa a necessidade “ da manifestação da Arquidiocese de Mariana e a participação do COMPAT e todas as decisões referentes aos bens culturais atingidos” dos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, a partir da criação de uma Comissão presidida pelo COMPAT para coordenar os trabalhos com a participação da Arquidiocese de Mariana, Ministério Público, Atingidos, Cáritas e Renova.

Ata 29

Data: 13/09/18

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Educação; Associação Comercial; IPHAN; Entidades artísticas e culturais; Fundação Renova; Caritas Brasileira.

Detalhamento da ata: Apresentado pela Fundação Renova intervenções necessárias relacionadas ao reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo considerando passagem de maquinário e transporte de materiais na área atingida de Paracatu, por ser acesso para área do reassentamento. Houve questionamentos do Conselho sobre possíveis danos a Capela de Santo Antônio ou qualquer outro bem cultural protegido. Tendo a Renova informado que a passagem não acarretaria em impactos. Houve ainda informe da Caritas – assessoria técnica dos atingidos – sobre retomada de grupo de trabalho sobre patrimônio atingidos, paralisado há um ano, com pedido de participação do COMPAT no grupo.

Ata 30

Data: 01/11/18

Tipo de reunião: Ordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras; Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Associação Comercial; IPHAN; Entidades artísticas e culturais, Arquidiocese.

Detalhamento da ata: Ministério Público, por meio de ofício, solicita informações sobre as obras e ações da Renova junto à capela de Santo Antônio, tombada municipalmente, ofício encaminhado para Secretaria de Cultura para levantamento de informações.

Ata 31

Data: 29/11/18

Tipo de reunião: Extraordinária

Instituições/Setores representados: Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio; Associação Comercial; IPHAN; OAB; Entidades artísticas e culturais.

Detalhamento da ata: Não houve menção às comunidades atingidas.

ANEXOS

Anexo 1 - Deliberação de tombamento provisório de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo

DELIBERAÇÃO COMPAT nº002/2016

O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando o grande número de bens de valor cultural situados nas localidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (Igrejas de Nossa Senhora das Mercês, São Bento e Santo Antônio – com rica imaginária; sítios arqueológicos históricos; cavidades naturais subterrâneas, bens culturais materiais a exemplo de muros de pedras do período colonial, edificações conhecidas como, por exemplo, o Bar da Sandra; trecho da Estrada Real, incluindo marcos turísticos do roteiro histórico), muitos deles atingidos pelo desastre de 05 de novembro de 2015;

Considerando a necessidade de se dar cumprimento ao comando do art. 216 da CF/88, evitar novos danos ao patrimônio atingido e gerir adequadamente o território afetado pelo desastre;

Considerando que o desastre ocorrido no dia 05 de novembro de 2015 caracteriza, tristemente, um fato memorável da nação brasileira, por ser considerado o mais grave dano ambiental do país; havendo necessidade de que sirva de exemplo para o futuro a fim de se evitar que novas vidas humanas sejam ceifadas em decorrência de atividades minerárias desenvolvidas à margem da responsabilidade que espera de quem exerce atividade de risco;

DELIBERA:

Art. 1º. - Ficam tombados provisoriamente como patrimônio cultural e paisagístico de Mariana os territórios das localidades denominadas Bento Rodrigues, Paracatu de Cima e de Baixo, incluindo toda a conformação original das aglomerações urbanas, impactadas pelo desastre ocorrido em 05 de novembro de 2015, com o acréscimo de uma área de 100 metros de entorno.

Parágrafo único – Os limites territoriais abrangidos pela presente deliberação serão definidos cartograficamente durante a instrução do processo de tombamento.

Art. 2º. – A gestão da área tombada dar-se-á por meio da implantação do Museu Territorial de Bento Rodrigues e Comunidades atingidas, segundo diretrizes estabelecidas pelo COMPAT.

Art. 3º. – O tombamento tem por objetivos principais:

I - Valorização, resgate e difusão do patrimônio cultural material e imaterial das comunidades atingidas pelo desastre de 05 de novembro de 2015, com absoluto respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana;

II - O desenvolvimento cultural e socioeconômico e a participação das comunidades residentes ou atingidas.

III - A identificação, a pesquisa, a proteção, promoção e resgate de todos os bens culturais existentes no território, de forma articulada.

IV - Instituição de espaços museais e culturais, incluindo a implantação de um memorial dedicado às vítimas do desastre;

V - A recuperação de áreas degradadas, a restauração e execução de ações de salvaguarda e resgate dos bens culturais atingidos pelo desastre.

VI - Promoção da educação patrimonial junto às comunidades;

VII - Promoção do turismo histórico e patrimonial;

VIII - Incentivo à produção artesanal e cultural local, incluindo os saberes e modos de fazer tradicionais;

IX - O intercâmbio com instituições públicas e privadas voltadas para a pesquisa, proteção, preservação e valorização do patrimônio natural e cultural;

X - A difusão dos riscos causados pelas atividades minerárias nas imediações de áreas habitadas e o alerta para que fatos como os ocorridos no dia 05 de novembro de 2015 não se repitam.

Art. 4º. Qualquer tipo de intervenção na área objeto do tombamento depende da compatibilidade com os objetivos acima enumerados e prévia aprovação do COMPAT.

Art. 5º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

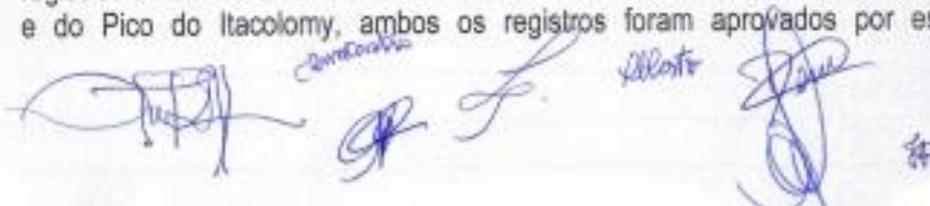


Ana Cristina de Souza Mala
Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio de Mariana, MG

Anexo 2 – Ata reunião do COMPAT – Aprovação do tombamento em definitivo das Capelas de Mercês em Bento Rodrigues e Santo Antônio em Paracatu de Baixo

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL – COMPAT MARIANA

Aos Três dias do mês de Novembro do ano de Dois Mil e Dezesseis, na sede da Secretaria de Cultura e Turismo – CAT, reuniu-se ordinariamente o COMPAT, com a presença dos Conselheiros, Ana Cristina Souza Maia, Flora D'El Rei Passos, Representantes do IPHAN, Lélío Pedrosa Mendes, Renato Resende Braga, Livia Araújo Duarte Castro, Maria da Conceição Figueiredo, Raimunda Maria dos Anjos Castro e Olga Tukoff Dando início aos trabalhos a Presidente leu a ata anterior, citou que encaminhou ao MP ofício sobre o projeto do dique S4 solicitando à Samarco a apresentação do projeto do referido dique, solicitou informações sobre o ofício encaminhado ao Secretario de Cultura solicitando parecer sobre as obras, mas devido à sua exoneração, foi definido que a Secretaria ira protocolar o ofício ao Secretario Interino. Dando prosseguimento à pauta, os Conselheiros analisaram e aprovaram a divulgação do Inventário realizado em 2016, além da disponibilização da Lista de Bens Inventariados em Mariana no site do Conselho (www.conselho-patrimonio-cultural-mariana.org) e no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal, as fichas estão publicada no endereço: www.portaldopatrimoniocultural.com.br. Em seguida os membros presentes aprovaram o plano de atualização das fichas de inventário, a ser encaminhado para apreciação do IEPHA/MG, cujo cronograma de execução se inicia em 2017. Sobre os tombamentos da Igreja de São Pedro dos Clérigos, Capela das Mêrces do Sub Distrito de Bento Rodrigues e a Igreja de Santo Antonio do Sub Distrito de Paracatú de Baixo, fica registrada a aprovação de seus tombamentos definitivos por unanimidade deste conselho, uma vez que o proprietário foi notificado em 17 de Outubro de 2016, e anuli à proteção. Será então providenciada a sua inscrição no Livro do Tombo Municipal, bem como Edital de Publicação desta importante decisão do Conselho. O Conselheiro Lélío Pedrosa Mendes informou o andamento com relação ao Patrimônio Imaterial Marianense, sendo que os Conselheiros examinaram os dossiês de registros da Banda São Caetano de Monsenhor Horta, da Folhinha de Mariana e do Pico do Itacolomy, ambos os registros foram aprovados por este



Handwritten signatures of the council members in blue ink, including the name 'Lélío Pedrosa Mendes' written above one of the signatures.

Conselho e serão encaminhados até 10 de Dezembro de 2016 para o exame do IEPHA/MG. A aprovação das intervenções realizadas em bens já inventariados e tombados com recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – FUMPAC estão especificadas a seguir: Igreja do Rosário de Santa Rita Durão R\$135.339,00, Restauração elementos Artísticos da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira do Brumado R\$145.000,00, reforma do telhado da Estação Ferroviária de Bandeirantes 29.966,85, Escoramento da Casa do Conde de Assumar R\$99.402,68, Restauração Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Camargos, R\$ 462.000,00, Projeto de Restauração da Câmara de Mariana R\$61.844,00, pela dimensão das Intervenções nem todas as obras foram finalizadas e os investimentos já aprovados continuarão em 2017. Sendo assim, os membros do COMPAT consideraram que as Intervenções não alteram as características dos bens, contribuindo para a sua preservação, com aprovação das Intervenções e dos Investimentos com recursos do FUMPAC de Mariana nos referidos bens inventariados e tombados e na página seguinte, ao término desta ata, o Plano de Aplicação do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana detalhado. A Presidente relatou que em reunião com Ana de Grammont e Dr^a Inês Nezola Gomes de Lima ficou definido que a planilha atualizada para a obra emergencial da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Camargos será de R\$462.000,00(Quatrocentos e Sessenta e Dois Mil Reais), sendo aprovado por unanimidade e para a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte o valor atualizado de R\$392.295,00(Trezentos e Noventa e Dois Mil, Duzentos e Noventa e Cinco Reais) sendo também aprovado. O Conselheiro Lélío Mendes apresentou solicitações de apoio ao Bens Imateriais: Zê Pereira da Chácara e Paisagem do Itacolomy, sendo encaminhado para a próxima reunião deste Conselho. Com referencia a restauração do telhado da Estação Ferroviária de Bandeirantes foi solicitado o acréscimo de R\$15.000,00(Quinze Mil Reais), para a finalização da obra, sendo aprovado por unanimidade. A Presidente passou a palavra para o Conselheiro Renato Braga que esclareceu sobre os projetos de Educação Patrimonial. A Conselheira Flora D'El Rei sugeriu uma ação de educação patrimonial com visita às Igrejas em obras, apresentando as questões artísticas e culturais dos monumentos. A Conselheira Raimunda dos Anjos Castro propõe o Registro da Procissão das Almas para 2017, e o Conselheiro Lélío Mendes sugere conforme solicitação

Handwritten signatures in blue ink, including names like "Ana de Grammont", "Lélío Mendes", and "Renato Braga".

da comunidade o registro do Festival de Cuscuz de Padre Viegas, Conselheira Olga Tukoff propôs o Registro da Celebração do Ritual Fúnebre dos Membros da Irmandade de Nossa Senhora das Mèrces. Não tendo nada mais a tratar, lavrei a presente ata, que por mim vai assinada e pelos demais Conselheiros presentes. Mariana, 03 de Novembro de 2016. Livia Araújo Duarte Castro. *luciano*

Conselheiros

Assinaturas

ANA CRISTINA SOUZA MAIA

FLORA DEL REI PASSOS

LÉLIO PEDROSA MENDES

LÍVIA ARAÚJO DUARTE CASTRO

MARIA DA CONCEIÇÃO FIGUEIREDO

OLGA TUKOFF

RAIMUNDA MARIA DOS ANJOS CASTRO

RENATO RESENDE BRAGA

Luciano

Flora del Rei Passos

Lelio Pedrosa Mendes

Livia

Maria da Conceição

Olga Tukoff

Raimunda Maria dos Anjos Castro

Renato Resende Braga

